



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Educação e Humanidades
Instituto de Letras

Solange Nascimento da Silva

Argumentação no gênero carta de leitor de jornal

Rio de Janeiro

2012

Solange Nascimento da Silva

Argumentação no gênero carta de leitor de jornal



Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Língua Portuguesa.

Orientador: Prof. Dr. Helênio Fonseca de Oliveira

Rio de Janeiro
2012

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/CEHB

S586	<p>Silva, Solange Nascimento da. Argumentação no gênero carta de leitor de jornal / Solange Nascimento da Silva. – 2012. 208 f.</p> <p>Orientador: Helênio Fonseca de Oliveira. Tese (doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Letras.</p> <p>1. Língua portuguesa – Semântica – Teses. 2. Língua portuguesa – Português escrito – Teses. 3. Língua portuguesa – Análise do discurso – Teses. 4. Cartas de leitores - Teses. 5. Língua portuguesa – Estudo e ensino – Teses. I. Oliveira, Helênio Fonseca de. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Letras. III. Título.</p> <p>CDU 806.90-541.2</p>
------	--

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese desde que citada a fonte

Assinatura

Data

Solange Nascimento da Silva

Argumentação no gênero carta de leitor de jornal

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Língua Portuguesa.

Aprovada em 29 de março de 2012.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Helênio Fonseca de Oliveira (Orientador)
Instituto de Letras da UERJ

Prof. Dr. Claudio Cezar Henriques
Instituto de Letras da UERJ

Prof^a. Dra. Maria Teresa Tedesco Vilardo Abreu
Instituto de Letras da UERJ

Dra. Ieda Maria Pereira Fonseca de Oliveira

Prof. Dr. João Baptista de Medeiros Vargens
Faculdade de Letras da UFRJ

Rio de Janeiro

2012

DEDICATÓRIA

Ao meu amado esposo, Julio Alvarenga, pela paciência, pelo apoio e pelo companheirismo.

AGRADECIMENTO

Agradeço ao meu orientador, professor Helênio Fonseca de Oliveira – um grande mestre.

RESUMO

SILVA, Solange Nascimento da. *Argumentação no gênero carta de leitor de jornal*. 2012. 208 p. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

Neste trabalho, apresenta-se um estudo da argumentação no gênero carta do leitor de jornal, analisando sua natureza, sua estrutura geral e sua linguagem. O *corpus* é um conjunto de 74 textos, publicados entre julho e outubro de 2008, no jornal *O Globo*, no primeiro caderno, na seção Opinião. Objetivou-se, nesta pesquisa, expor alguns dos principais conceitos e perspectivas no que diz respeito à argumentação, tendo como bases teóricas a Semântica Argumentativa e a Linguística Textual, assim como examinar os fatores que delimitam a carta de leitor como um gênero textual específico, de caráter argumentativo. Além disso, apresentou-se análise da estrutura geral dos textos, em seus elementos principais – tema, tese e argumentos –, e comentaram-se aspectos relativos ao tipo de linguagem adotada, principalmente em relação à polifonia e ao emprego de conectivos. Por fim, propuseram-se estratégias e atividades para o trabalho com argumentação em sala de aula do ensino médio, utilizando como material as cartas dos leitores.

Palavras-chave: Argumentação. Gênero Textual. Carta do Leitor. Produção Textual.

ABSTRACT

This paper presents a study of argumentation in the genre letters to the publisher, analyzing its nature, its overall structure and language. The *corpus* is a set of 74 texts published between July and October 2008 in the newspaper *O Globo*. The objective of this research is to show some of the key concepts and perspectives with regard to the argumentation, based on theoretical Argumentative Semantics, as well as examine the factors that define the letters to the publisher as a specific, textual genre, of argumentative character. Furthermore, was presented analysis of the general structure of the texts in its main elements - theme, thesis and arguments - and commented on aspects related to the type of language adopted, especially in relation to polyphony. Finally, strategies and activities were proposed to work with argumentation in the classrooms of high schools.

Keywords: Argumentation. Textual Genre. Letters to the Publisher. Textual Production.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	09
1	PRESSUPOSTOS TEÓRICOS DA ARGUMENTAÇÃO	13
1.1	Intenção comunicativa e argumentação	14
1.2	Argumentação e dissertação	18
1.3	Argumentação e argumentatividade	21
1.4	Condições para argumentação	23
1.5	Tema e tese	28
1.6	Argumento	29
1.7	Sequências de base	34
1.8	Polifonia e argumentação	34
1.9	O papel do léxico na argumentação	38
1.10	Conectivos: conclusão, explicação, concessão e adversidade	41
2	GÊNERO TEXTUAL CARTA DE LEITOR DE JORNAL	48
2.1	Os textos em uma perspectiva de gênero	50
2.2	Gênero e modo de organização	53
2.3	Gênero e argumentação	54
2.4	Carta de leitor como gênero textual argumentativo	55
3	ESTRUTURA E LINGUAGEM DAS CARTAS DOS LEITORES	57
3.1	Descrição do <i>corpus</i>, critérios e esclarecimentos sobre a análise	57
3.2	Aspectos da estrutura textual	60
3.2.1	<u>Função e tema</u>	60
3.2.2	<u>Tese e argumentos</u>	62
3.2.3	<u>Tema e tese</u>	67

3.3	Linguagem e engajamento	86
3.3.1	<u>Polifonia</u>	87
3.3.2	<u>Linguagem figurada e constituição de pontos de vista</u>	98
3.3.3	<u>Conectivos e termos equivalentes nas cartas: explicação, conclusão, adversidade e concessão</u>	100
4	CARTAS DOS LEITORES NA SALA DE AULA	105
4.1	Contexto: ensino de texto argumentativo	105
4.2	Gêneros no trabalho em sala de aula	108
4.3	Proposta de trabalho com base em cartas de leitores	110
4.4	Outras sugestões	115
5	CONCLUSÕES	124
	REFERÊNCIAS	129
	APÊNDICE	133
	ANEXO	208

INTRODUÇÃO

Na sociedade, somos submetidos, frequentemente, a várias situações em que podemos ou temos de nos manifestar, como consumidores, profissionais, eleitores, cidadãos etc. São muitos os contextos em que precisamos defender nossas ideias, e muitos em que os outros tentam nos convencer de suas opiniões.

Saber comunicar-se, expressar-se e argumentar é primordial em um mundo cada vez mais competitivo e dinâmico. Essas são competências exigidas em diferentes áreas profissionais e sociais. Por conta disso, a escola deve ser a principal responsável por formar e capacitar indivíduos reflexivos e críticos, conscientes e atuantes, principalmente por meio do exercício da leitura e da escrita.

Portanto, as aulas de Língua Portuguesa não podem mais restringir-se ao estudo de regras gramaticais e ortográficas descontextualizadas, nem ao ensino de textos isolados de suas funções sociais e culturais. O objetivo primordial deve ser possibilitar que os alunos dialoguem com o mundo em que vivem, manifestando-se e atuando sobre este, por meio de textos orais e escritos.

Os indivíduos devem ser capazes de agir, em diferentes esferas e situações comunicativas, com autonomia discursiva. Um exemplo significativo da possibilidade desse tipo de atuação acontece no espaço reservado nos jornais para manifestação de opinião dos leitores.

Nesse veículo, de modo geral, há uma seção para onde os leitores enviam cartas e *e-mails*, com questionamentos, reclamações, críticas, elogios e sugestões a respeito de fatos noticiados na semana ou de outras questões referentes a situações de nosso dia a dia.

Essas cartas ficam, normalmente, no caderno do jornal em que se situam o Editorial e outros textos de opinião. No jornal *O Globo*, fonte para este trabalho, as cartas se localizam no primeiro caderno, na seção Opinião, em “Dos Leitores”. Nesse espaço, os leitores apresentam seus pontos de vista acerca de diferentes temas, expondo e defendendo suas ideias. Isso possibilita ao público do jornal o acesso a diferentes posicionamentos sobre um mesmo assunto, criando um “cenário” de democracia. O gênero carta do leitor tem natureza argumentativa, já

que aborda temas polêmicos, noticiados pela mídia, sobre os quais se apresentam opiniões e justificativas.

Neste caso, é importante destacar a formação híbrida do gênero, já que o que se considera como objeto de pesquisa aqui é o texto publicado pelo jornal, que está na posição daquele que seleciona e edita os textos, interferindo em sua produção.

Com esta pesquisa, pretende-se contribuir para o estudo dos gêneros, em especial os de caráter argumentativo, juntamente com outros trabalhos interessantes sobre o assunto, como o de Cosendey (2011), que tratou da argumentação em colunas de opinião do jornal *O Globo*, nos períodos de 1947 e de 2007.

Neste trabalho, apresenta-se um estudo da argumentação no gênero carta do leitor, focando sua natureza, sua estrutura geral e sua linguagem. O *corpus* analisado é um conjunto de 74 cartas, publicadas entre julho e outubro de 2008. Com base nesse estudo, apresentam-se também sugestões para o trabalho com as cartas em sala de aula do ensino médio.

Os objetivos delimitados para este trabalho foram:

- a) apresentar alguns dos principais conceitos e perspectivas no que diz respeito à argumentação, relacionando-os às cartas dos leitores;
- b) examinar os fatores, extra e intratextuais, que demarcam a carta do leitor de jornal como um gênero textual específico de natureza argumentativa;
- c) analisar a estrutura geral da carta do leitor, em seus elementos principais, como também aspectos relativos à linguagem, com foco em polifonia;
- d) propor estratégias e atividades para o trabalho com argumentação em sala de aula do ensino médio, utilizando como material as cartas de leitores.

Como base teórica para a pesquisa, consideramos, para a fundamentação do conceito de argumentação, os trabalhos de Ducrot (1981) e Charaudeau (2008), principalmente, e de Koch (2008), relacionados à Semântica Argumentativa. Para o conceito de gênero textual, tomamos como base as obras de Maingueneau (2004) e de Marcuschi (2008). Esses e outros trabalhos, em que se apoiam nossas ideias e análises, estão referenciados ao final deste estudo.

A partir disso, analisamos o material do *corpus*, definindo, inicialmente, os propósitos comunicativos e os temas abordados nos textos. Em seguida, delimitamos as teses e os argumentos apresentados, esquematizando a estrutura

geral do gênero. Por fim, observamos alguns aspectos específicos relacionados à linguagem engajada e polifônica, como ironias e figurações, por exemplo.

Este trabalho está dividido em quatro capítulos, apresentados, sinteticamente, a seguir.

No primeiro capítulo, apresentam-se alguns pressupostos teóricos sobre a argumentação, destacando aspectos relativos à intencionalidade, à argumentatividade, como também aos fatores que determinam as condições para que ocorra esse modo de organização do discurso. Além disso, são definidas as noções de tema, tese e argumento, elementos fundamentais no texto argumentativo, e são discutidas questões relativas à polifonia, no que diz respeito ao caráter dialógico da relação entre tema e tese, da presença de citações, de ironia e figurações na constituição da linguagem.

No segundo capítulo, aborda-se o conceito de gênero textual, em relação à noção de modo de organização do discurso. Discutem-se as influências da constituição do gênero na argumentação, e vice-versa, como também os sentidos configurados no papel do enunciador e do destinatário, do espaço, do tempo e do veículo.

No terceiro capítulo, após descrição detalhada do *corpus* e de critérios metodológicos, expõem-se alguns resultados e conclusões da análise feita nas cartas selecionadas. São enfocados aspectos relativos à estrutura geral do gênero, assim como à linguagem utilizada.

Por fim, no quarto capítulo, comenta-se o contexto referente ao ensino de texto, especificamente no que diz respeito à argumentação e à importância de trabalhar na escola considerando a perspectiva dos gêneros textuais. Objetivando a formação reflexiva e crítica do indivíduo, que deve dominar sua língua materna e os principais recursos textuais, buscou-se elaborar algumas propostas e apresentar algumas sugestões para o trabalho com argumentação na sala de aula do ensino médio.

Considerando que essas cartas constituem um rico material argumentativo, que inclui diferentes posicionamentos sobre um mesmo tema e construções argumentativas particulares para defesa de ideias, o aluno tem uma oportunidade valiosa no que diz respeito à interpretação, à discussão e à produção textual. Os temas comumente relacionados à sua realidade cotidiana, englobando assuntos de âmbito político e social, facilitam uma formação inicial mais reflexiva e crítica sobre o

mundo. É uma oportunidade de o estudante perceber a linguagem como um instrumento de ação e de poder.

Esse material de trabalho inicial com argumentação é muito produtivo, pois as cartas normalmente apresentam uma linguagem e uma estrutura textual mais simples. Construir uma trajetória de trabalho, partindo dos gêneros mais simples até os mais complexos, em cada modo de organização, favorece um aprendizado mais consolidado em relação ao domínio dos recursos linguísticos e das estratégias discursivas em diferentes situações comunicativas.

1 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS DA ARGUMENTAÇÃO

Os estudos sobre argumentação têm origem na Grécia, com a retórica clássica, que pode ser definida, simplificada, como a argumentação oral sobre um tema específico diante de um auditório. Surgida nas colônias gregas do sul da Itália, no século V a.C., a retórica torna-se elemento central em um momento em que se configura uma primeira experiência de democracia na História.

Nesse contexto, era fundamental dominar a arte de bem falar e argumentar nas assembleias e tribunais. Os mestres com competência para ensinar essa arte se autodenominavam sofistas, sábios. Com a necessidade de expor ideias a um público, era fundamental haver o domínio do discurso argumentativo. Forma-se, a partir disso, toda uma tradição dos sofistas, que iam às praças públicas, aos tribunais, aos foros, buscando a adesão das multidões e a mudança de opiniões.

A grande preocupação dos gregos com o discurso pode ser atestada pela criação de disciplinas específicas nas escolas, que focavam o domínio da “arte da palavra”, tais como a Eloquência, a Gramática e a Retórica. Esta última tinha como objetivo não apenas o falar bem, mas “fazê-lo de modo convincente e elegante, unindo arte e espírito” (CITELLI, 1998, p. 8). Essa questão, certamente, também estava relacionada a um exercício de poder pela palavra. A partir de então, houve o desenvolvimento e o estudo de técnicas e estratégias para o aprimoramento do discurso argumentativo, assim como do próprio gênero oratório.

A retórica se configurava como uma teoria dos diferentes pontos de vista possíveis acerca de um mesmo tema, em contraposição à filosofia da época, que partia de dicotomias mais “racional”, buscando uma “verdade” por meio de evidências.

Em vista disso, filósofos como Sócrates e Platão criticaram a validade dessa forma discursiva, acusando os retóricos de desprezarem a verdade, por escolherem meios discutíveis para atingir o sucesso argumentativo, subordinando ou sacrificando as ideias com o objetivo de conquistar um auditório.

Com o tempo, a habilidade de falar bem em público foi ganhando tal destaque em sua forma e em seus recursos, que o discurso argumentativo em si foi sendo “esquecido” em sua motivação inicial, ao se valorizar mais o aspecto do

ornamento linguístico do que o aspecto argumentativo-persuasivo. Pretendia-se mais impressionar que convencer. Isso, com o passar dos séculos, colaborou, de certo modo, para o desprestígio da retórica, que no século XVIII era vista de forma pejorativa pelos intelectuais de vanguarda da época, visto que se transformara em um amontoado de palavras vazias. Era o ornato pelo ornato.

A partir da segunda metade do século XX, iniciou-se uma renovação dos estudos de retórica, recuperando alguns de seus elementos básicos. Contudo, buscou-se uma reflexão e um novo olhar sobre suas concepções, associadas então a outra realidade. Sem dúvida, esse cenário está vinculado a dois pontos importantes: o do estudo das figuras de linguagem e o das técnicas de argumentação (CITELLI, 1998).

Os trabalhos sobre argumentação e retórica começaram a ser reabilitados, principalmente, com a obra de Perelman e Olbrechts-Tyteca, *Tratado da argumentação*,¹ com os estudos de Ducrot e Anscombe acerca da argumentação integrada à língua, e de outros, que apresentaremos melhor no decorrer do capítulo.

A partir disso, serão apresentados, neste capítulo, alguns dos conceitos e teorias mais estudados no que diz respeito à natureza e à estrutura do texto argumentativo, destacando alguns aspectos, sem perder de vista o *corpus* analisado no trabalho: cartas de leitores de jornal.

1.1 Intenção comunicativa e argumentação

Uma das definições mais comuns para a argumentação se refere à questão da intenção comunicativa. Desse modo, argumentar seria defender um ponto de vista em contraste com outros possíveis, ter a intenção de convencer o receptor de que se está com a razão, de persuadi-lo ou de influenciá-lo, mediante apresentação de razões, dados, exemplos, organizados de maneira coerente e consistente.

O conceito básico de argumentação apresentado em muitas obras é: argumentar é convencer ou persuadir alguém sobre algo.

¹ A primeira edição é de 1958, em francês. A primeira edição traduzida para o português é de 1996. A obra está referenciada ao final do trabalho.

Argumentar é, pois, em última análise, a arte de, gerenciando informação, convencer o outro de alguma coisa no plano das ideias e de, gerenciando relação, persuadi-lo, no plano das emoções, a fazer alguma coisa que nós desejamos que ele faça (ABREU, 2006, p. 26).

Assim, a primeira relação que se estabelece para o conceito tem como base as noções de convencimento e persuasão. A primeira normalmente é associada à razão; a segunda, à emoção e à ação.

Historicamente, essa distinção (razão *versus* emoção) aparece, frequentemente, na trajetória dos estudos sobre argumentação, remontando à Antiguidade clássica:

Os gregos já eram conscientes de que “ter influência sobre outrem” não era apanágio da *razão*, pois o ser humano é igualmente feito de *paixões*. É por isso que, desde aquela época, distinguia-se o que derivava da pura “ratio”, para a qual devia existir uma técnica demonstrativa suscetível de “dizer a verdade”, daquilo que derivava da “interação dos espíritos”, para a qual devia existir uma técnica *expressiva* suscetível de “comover e captar” o interesse de um auditório (CHARAUDEAU, 2008, p. 202).

Linguistas retomaram os estudos gregos, distinguindo a demonstração – relacionada a uma lógica formal – da argumentação – como um discurso² que tem a proposta de agir sobre o outro, em termos de adesão, considerando os sujeitos e o contexto comunicativo.

Nesses termos, na demonstração, busca-se provar uma verdade (por isso não há o espaço fundamental da polêmica), de forma mais rigorosa e com uma linguagem mais artificial (sem possibilidade de ambiguidades), portanto com um caráter mais impessoal; na argumentação, busca-se a adesão do auditório³ (total ou parcial) a uma opinião em contraposição a outras (portanto, é baseada na polêmica e no diálogo), com uma linguagem mais natural (adaptada às necessidades do contexto), logo mais pessoal (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005).

² Existem abordagens em que se diferenciam os conceitos de *discurso* e *texto*, a saber:

Discurso: Seria uma atividade comunicativa inserida numa situação específica de comunicação, que se manifesta por meio de textos. O discurso é dinâmico e histórico. Texto: Seria uma unidade semântico-pragmática, formando um todo significativo em uma relação de coerência com um contexto comunicativo, em linguagem falada ou escrita. Em sentido mais amplo, texto ainda seria considerado como qualquer manifestação comunicativa do indivíduo, de romances, contos, textos jornalísticos etc. até músicas, pinturas, filmes, fotografias, desenhos etc. (KOCH, 2008, p. 19-20). Esse sentido, contudo, é tão amplo que se torna pouco operacional.

³ Adota-se aqui o conceito reformulado de “auditório”, de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 22): “[...] o conjunto daqueles que o orador quer influenciar com sua argumentação.” Como esclarecimento, isso não corresponde, necessariamente, à pessoa interpelada (interlocutor explícito). Assim, interlocutor e auditório podem ser elementos diferentes na situação comunicativa, oral ou escrita. Por exemplo, ao se conceder uma entrevista a um jornalista, mesmo sendo este seu interlocutor, seu auditório é o conjunto das pessoas a quem pretende influenciar.

No que diz respeito à argumentação, agir sobre o outro significa estabelecer uma tentativa de modificar as representações mentais que lhe atribuímos, evidenciando algumas ideias, omitindo outras, propondo novas visões, com o apoio de recursos e estratégias organizados de forma apropriada (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004, p. 52).

Voltando à distinção entre convencer e persuadir, é discutível uma diferenciação rigorosa a esse respeito, já que muitas vezes não é simples separar nitidamente razão de emoção.

Alguns pretenderam opor o discurso que visa convencer ao discurso que visa persuadir [...]. Mas esta maneira de ver supõe uma psicologia das faculdades tornadas obsoletas (*sic*), a qual consideraria que a razão, a vontade e as emoções estão nitidamente separadas no homem (PERELMAN, 1987, p. 239).

Apresentando outra distinção: “Propomo-nos chamar *persuasiva* a uma argumentação que pretende valer só para um auditório particular e chamar *convincente* àquela que deveria obter a adesão de todo ser racional” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 31). Entretanto, essa subclassificação de auditórios gera ainda algumas dúvidas e questionamentos.

Portanto, conclui-se:

Nosso ponto de vista permite compreender que o matiz entre os termos *convencer* e *persuadir* seja sempre impreciso e que, na prática, deva permanecer assim. Pois, ao passo que as fronteiras entre a inteligência e a vontade, entre a razão e o irracional, podem constituir um limite preciso, a distinção entre os diversos auditórios é muito mais incerta, e isso ainda porque o modo como o orador imagina os auditórios é o resultado de um esforço sempre suscetível de ser retomado (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 33).

Koch (2008) também retoma essa questão da distinção, esclarecendo que convencer tem relação com um auditório universal, a fim de resultar em algo próximo de uma certeza, por meio de “provas” ou pela razão; e persuadir tem relação com um auditório particular, com o objetivo de alcançar a adesão por meio de argumentos, que provocará inferências ou conclusões. Provar, portanto, seria diferente de argumentar: “Se p é apresentado como prova de r , p é condição suficiente para r . Por outro lado, p é argumento para r , se de p for possível tirar uma conclusão r , dentro do jogo de relações que se estabelece entre os participantes da situação” (KOCH, 2008, p. 121).

Para Perelman (1987, p. 234-235), o que merece ser destacado, na verdade, no conceito de argumentação é o caráter de pessoalidade do discurso e a condição de ser dirigida a indivíduos (o auditório), dos quais se busca obter a adesão a uma tese, considerando que essa adesão possa acontecer em graus diversos. Nesse sentido, uma argumentação só acontece em uma relação entre sujeitos, em que um queira, por meio da linguagem, exercer uma ação sobre o outro.

Além dessas questões, pode-se tomar o aspecto da intencionalidade comunicativa no sentido de atuar sobre o outro de maneiras diferentes, elaboradas de forma consciente ou não. Nesse caso, não basta tomar apenas como base para interpretação “o que foi dito”, mas também “o como foi dito”. Para esse tipo de análise, devem-se levar em consideração os sentidos explícitos e implícitos constituintes do texto/discurso.

Desse modo, existe uma “estratificação do dizer” em vários níveis: o sentido explícito; o sentido implícito consciente, em que o enunciador passa suas intenções no discurso, que devem ser captadas no ato de interpretação; e o sentido implícito inconsciente, sobre o qual o enunciador pode não ter controle, pois está inserido no discurso mesmo sem que este queira ou saiba, que é derivado da própria cultura e da própria história (KOCH, 2008, p. 23).

Da captação de parte ou de todo o conjunto desses elementos, inclusive os implícitos, surgirá uma gama de interpretações, que poderão abarcar, parcial ou completamente, as intenções do enunciador. “O sentido, portanto, não se apresenta como algo preexistente à decodificação, mas, sim, como constituído por ela.” (KOCH, 2008, p. 24).

Pode defender-se que, se todo discurso é construído com uma determinada intenção, é provável que em toda forma de comunicação haja sentidos implícitos. Entretanto, de acordo com Charaudeau (2008, p. 204), “[...] o aspecto argumentativo de um discurso encontra-se frequentemente no que está *implícito*”. A questão torna-se mais complexa, pois, mesmo que essa última ideia seja considerada correta, deveria ser levado em conta que isso acontece em níveis diferentes e de formas variadas.

É fundamental deixar claro aqui também que o conceito de “intenção” não se prende somente a um caráter psicológico, mas, principalmente, a um caráter linguístico, apreendida por uma interpretação, por meio de marcas e de pistas deixadas no texto.

Uma argumentação pode ser construída toda em base de pressupostos. Para haver entendimento sobre eles, é preciso tomar ciência de um contexto de produção e de recepção do texto, por meio dos elementos linguísticos, como sintaxe e léxico, que levam de alguma forma a esses sentidos. Na argumentação, isso pode ser usado como indução ao leitor, que poderá tomar os dados pressupostos como incontestáveis para as ideias apresentadas.

Há ainda outros recursos empregados com finalidade retórica, destacando informações ou intenções subentendidas no texto, tais como: perguntas retóricas, reiteraões, reticências, aspas, grifos, travessões etc.

Perelman (1987) considera que o nível de elaboração e de precisão da linguagem no discurso argumentativo pode ser muito variável, de acordo com as necessidades e/ou as condições do gênero.

Isso pode ser reportado à análise do *corpus* desta pesquisa, que, como se verá mais adiante, apresenta uma linguagem menos “tensa” e uma estrutura textual mais simples, mais flexível, em relação a argumentações mais formais, o que pode ser associado ao caráter de brevidade e pessoalidade da situação comunicativa. Isso será melhor comentado no estudo do contexto de produção das cartas, apresentado nos capítulos 2 e 3.

1.2 Argumentação e dissertação

Muitas obras tradicionais, didáticas ou não, que abordam o tópico argumentação não estabelecem diferença entre argumentar e dissertar; outras, sim. Iniciaremos o tratamento relacionado à distinção entre argumentação e dissertação com a contribuição de Garcia, no clássico *Comunicação em prosa moderna*:

Nossos compêndios e manuais de língua portuguesa não costumam distinguir a dissertação da argumentação, considerando esta apenas “momentos” daquela. No entanto, uma e outra têm características próprias. Se a primeira tem como propósito principal expor ou explicar, explicar ou interpretar ideias, a segunda visa sobretudo a convencer, persuadir ou influenciar o leitor ou ouvinte (GARCIA, 1998, p. 370).

Oliveira (2004) explica por que houve essa necessidade de se estabelecer distinção entre dissertação e argumentação:

[...] esse termo [dissertação] não tem o mesmo sentido para o professor de Português e para os demais professores. Para aquele, uma dissertação é uma “sequência de opiniões” destinada a persuadir o destinatário da veracidade de uma tese. Para estes, é a exposição de um tema, sem um empenho excessivo de persuadir o leitor; dissertar sobre um item do conteúdo programático, para eles, é discorrer sobre ele. [...]

Essa dicotomia levou alguns estudiosos a distinguir dissertação argumentativa de dissertação expositiva (OLIVEIRA, 2004, p. 183).

Para Garcia (1998), na dissertação apenas externamos ideias sobre um assunto, enquanto que, na argumentação, há outro objetivo: formar ou transformar a opinião do destinatário. No primeiro caso, não haveria a intenção de combater as ideias do outro. No segundo, pretende-se mostrar, por justificativas, fatos, dados, exemplos etc., que a razão está com o produtor do texto, a fim de influenciar outra opinião. Portanto, essencialmente, na argumentação, temos polêmica; na dissertação, não.

Garcia apresenta um exemplo para ilustrar o conceito de dissertação:

Um professor de filosofia pode fazer uma explanação sobre o existencialismo ou o marxismo com *absoluta isenção*, dando dessas doutrinas uma *ideia exata*, fiel, sem tentar convencer seus alunos das verdades ou falsidades numa ou noutra contidas, sem tentar formar-lhes a opinião, deixando-os, ao contrário, em inteira liberdade de se decidirem por qualquer delas (GARCIA, 1998, p. 370) (Grifos nossos).

A primeira questão que se apresenta sobre isso é: será que essa “neutralidade” – no que se refere a não ter intenções comunicativas de ação sobre um leitor ou ouvinte – na dissertação é realmente, ou completamente, possível? Será que, quando se expõe uma ideia, necessariamente não se está contrapondo, em certa medida, um ponto de vista em relação a outros, a partir de escolhas? Nesse caso, é preciso situar os termos considerados para o conceito de argumentação.

Pode-se admitir a situação de *tentativa* de neutralidade em um determinado discurso. Talvez seja provavelmente essa a perspectiva do exemplo anterior. Entretanto, a neutralidade absoluta não existe. A ciência mesmo, por muitos anos, considerou-se a detentora do discurso da imparcialidade. Todavia, como não somos seres imparciais, sabemos que pode existir um esforço, mas não uma *garantia absoluta* de neutralidade, pois o ser humano é influenciado, em diversos níveis, por formação, experiências, época, lugar etc.

Isso quer dizer que, quando se opta por um posicionamento no discurso, descartam-se outros. Podemos nos perguntar: Na elaboração de um texto, por que

determinadas ideias são descartadas? Elas estariam erradas? Seriam menos adequadas? Seriam incompletas? Não atenderiam aos propósitos da situação comunicativa? Essas questões podem estar implícitas em qualquer texto, gerando muitos sentidos subentendidos e refletindo uma ideologia.

Partindo disso, pode-se considerar que nenhum discurso, na verdade, está isento de persuasão. Ainda quando se propõe um discurso que pretende a objetividade, por conta de criar uma imagem de imparcialidade ou credibilidade junto ao leitor, mesmo assim não se está isento da persuasão, pois, pelo discurso, busca-se convencer o outro de que o sujeito – ou a entidade – é caracterizado pela honestidade ou correção. “Isso nos revela a existência de graus de persuasão: alguns mais ou menos visíveis, outros mais ou menos mascarados” (CITELLI, 1998, p. 6).

Assim, o ato de argumentar seria o “ato linguístico fundamental, pois a *todo e qualquer discurso subjaz uma ideologia*, na acepção mais ampla do termo” (KOCH, 2008, p. 17). A simples escolha de determinada palavra já pode revelar isso. De acordo com Bakhtin (2009, p. 36), “A palavra é o fenômeno ideológico por excelência”.

Por isso, concordamos com Koch, quando defende ser desnecessária a distinção entre dissertação e argumentação:

A neutralidade é apenas um mito.

[...]

A aceitação desse postulado faz cair por terra a distinção entre o que tradicionalmente se costuma chamar de *dissertação* e de *argumentação*, visto que a primeira teria de limitar-se, apenas, à exposição de ideias alheias, sem nenhum posicionamento pessoal. Ocorre, porém, que a simples seleção das opiniões a serem reproduzidas já implica, por si mesma, uma opção. Também nos textos denominados narrativos e descritivos, a argumentatividade se faz presente em maior ou menor grau (KOCH, 2008, p. 17-18).

Portanto, essa distinção não parece fundamental neste trabalho, para a análise das cartas, já que esses textos expõem ideias e, de uma forma ou de outra, apresentam pontos de vista, adotados como corretos pelo autor ao emitir a mensagem ao leitor. Por isso, não é um objetivo, nesta pesquisa, distinguir possíveis cartas dissertativas de argumentativas, porque essas modalidades estão imbricadas uma na outra na construção dos textos.

1.3 Argumentação e argumentatividade

A “argumentatividade” é um fenômeno que pode apresentar-se, inclusive, em outras modalidades textuais que não só a argumentação.

Por argumentação, entendemos um modo de organização textual, com condições e características próprias, com propósitos comunicacionais específicos. Em relação à argumentatividade, podemos destacar o caráter pessoal e intencional do produtor na escolha de determinadas formas, construções e palavras, que expõem, em diferenciados graus, seu posicionamento em relação ao que é tratado. Como na comunicação escrita ou oral estamos sempre fazendo escolhas, a argumentatividade está presente, em diferentes níveis, nos textos de maneira geral, porque é própria dos processos comunicativos.

Quando interagimos através da linguagem [...], temos sempre objetivos, fins a serem atingidos; há relações que desejamos estabelecer, efeitos que pretendemos causar, comportamentos que queremos ver desencadeados, isto é, pretendemos atuar sobre o(s) outro(s) de determinada maneira, obter dele(s) determinadas reações [...]. É por isso que se pode afirmar que o uso da linguagem é essencialmente argumentativo: pretendemos orientar os enunciados que produzimos no sentido de determinadas conclusões (com exclusão de outras). Em outras palavras, procuramos dotar nossos enunciados de determinada força argumentativa (KOCH, 2001, p. 29).

Os indivíduos estão constantemente avaliando, julgando, criticando, criando e expondo juízos de valor, de forma explícita ou não. Por meio do discurso, o enunciador expõe intenções e pontos de vista. Isso, como já dito anteriormente, pode ser apreendido nos textos através de marcas linguísticas, que funcionam como “pistas” para os sentidos, e do contexto comunicativo.

Entretanto, supõe-se que, em textos no modo argumentativo, isso se destaca em maior grau, pela própria natureza da composição e pela intenção comunicativa. Nas cartas dos leitores, por exemplo, isso é muito significativo e representativo nas escolhas lexicais, com uso frequente de sentidos figurados e pejorativos, como se constatará na análise apresentada no capítulo 3.

Portanto, se considerarmos que as escolhas e combinações lexicais e a progressão textual por articulações entre enunciados visam a uma intencionalidade (caráter argumentativo), configurando fatores de coesão e de coerência textuais por

meio de marcas linguísticas, chegaremos à ideia de que a argumentatividade está inscrita na própria língua, de acordo com o que propõe a Semântica Argumentativa.

Isso é diferente do que é apresentado em uma concepção tradicional de argumentação, em que a argumentatividade está baseada nos valores e informações descritos por meio da linguagem, esta tendo apenas um papel secundário, como um instrumento, como um código que transmite uma mensagem.

[...] o valor argumentativo de uma frase não é somente uma consequência das informações por ela trazidas, mas a frase pode comportar diversos morfemas, expressões ou termos que, além de seu conteúdo informativo, servem para dar uma orientação argumentativa ao enunciado, a conduzir o destinatário em tal ou qual direção (DUCROT, 1981, p. 178).⁴

Ducrot (1981) não concorda com a ideia de que a argumentação é construída apenas no âmbito dos fatores extralinguísticos, sendo a língua um elemento secundário. O autor defende que esta, ao contrário, tem papel essencial na construção argumentativa.

[...] a argumentação pode estar diretamente determinada pela frase, e não simplesmente pelo fato que o enunciado da frase veicula. Neste caso, dir-se-á que a argumentação está “na língua”, “nas frases”, que as próprias frases são argumentativas (DUCROT In GUIMARÃES, 1989, p. 18).

Na Semântica Argumentativa, a linguagem é uma forma de ação, é uma atividade determinante para a construção da argumentatividade. Dessa maneira, a própria linguagem já é argumentativa por si mesma e a argumentação é a atividade estruturante de qualquer discurso.

Associado a essa concepção, apresenta-se o conceito de encadeamento, na Teoria dos Blocos Semânticos (TBS), de Marion Carel, que apresenta uma nova configuração à Teoria da Argumentação na Língua (TAL), com uma perspectiva mais estruturalista. A TAL foi desenvolvida por Oswald Ducrot e Jean-Claude Anscombre (1983) e, atualmente, também por Marion Carel (1995/1997), como uma nova contribuição.

Nessa teoria (TBS), defende-se que é a relação entre as palavras que torna o discurso argumentativo. A escolha e a combinação das palavras já é argumentação por si só. Por essa ótica, a linguagem é uma prática que nunca é neutra, porque nela já está inscrita a argumentação.

⁴ Mais à frente, na seção 1.6, será tratado o conceito de orientação argumentativa.

O conceito de encadeamento é entendido como uma articulação entre dois segmentos, em que um apresenta o valor semântico de argumento e o outro de conclusão. Estes são ligados pelos conectores *donc* e *pourtant* [*portanto* e *no entanto*]. As relações sintagmáticas entre segmentos definem os encadeamentos discursivos.

Um encadeamento é dito argumentativo quando, numa sequência de duas frases simples, A é apresentado como argumento para C, a conclusão, constituindo uma frase complexa, o enunciado. Há entre A e C uma relação de causa/consequência, ou argumento/conclusão, que pode ser expressa por A portanto C (BARBISAN, 2009).

Assim, o encadeamento forma o que se chama de “bloco semântico”. Essa noção é válida, em boa medida, para a análise do *corpus* das cartas, como uma base teórica para estudo da estrutura geral dos textos.

1.4 Condições para argumentação

Para um texto ser considerado argumentativo, deve-se considerar o atendimento de certos critérios. Destacamos a seguir quais são as condições necessárias para haver argumentação e se essas são atendidas de modo satisfatório nas cartas de leitores de jornal, a ponto de caracterizá-las como texto argumentativo.

Devem-se levar em conta duas perspectivas distintas: uma com elementos extratextuais e outra com elementos intratextuais.

De acordo com a primeira perspectiva (CHARAUDEAU, 2008, p. 205), para haver argumentação são necessários:

- a) uma proposta polêmica (tese proposta), que provoque questionamento quanto à sua legitimidade;
- b) um argumentador, que busque convencer ou persuadir alguém, tomando uma posição acerca da proposta;
- c) um sujeito-alvo (ou destinatário), a quem se queira convencer ou persuadir. Este pode aceitar ou rejeitar, parcial ou totalmente, a argumentação apresentada.

O caráter argumentativo é fundamentado no estatuto da dúvida, do questionamento. Sem isso, não há argumentação. “Para as teorias dialógicas, o ‘estopim’ da atividade argumentativa é a dúvida lançada sobre um ponto de vista, que obriga o interlocutor a justificá-lo” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004, p. 55).

Desse modo, a tese proposta, sobre a qual se constituirá uma tomada de posição do argumentador, é o elemento primordial para a existência do texto argumentativo. Essa proposta suscita, pelo menos, dois lados, duas posições ou opiniões diferentes.

Assim, de acordo com Charaudeau (2008, p. 206-207), o sujeito argumentante parte em busca de uma racionalidade – que tende a um ideal de verdade – e em uma busca de uma influência – que tende a um ideal de persuasão. Nas cartas de leitores, esse ideal de verdade está condicionado a representações socioculturais, experiências e conhecimentos, como normalmente acontece em qualquer produção textual, e a influência refere-se a um contexto de compartilhar ideias e opiniões com o outro, a fim de que este as aceite e as tome para si também.

Considerando a segunda perspectiva de condição para argumentação – com base em elementos intratextuais –, o texto deve apresentar:

- a) uma tese, explícita ou implícita;
- b) um ou mais argumentos;
- c) uma conclusão.

A tese⁵ é o enunciado (ou os enunciados) que apresenta(m) o ponto de vista do sujeito argumentador sobre a proposta, ou a polêmica. Para justificá-lo ou defendê-lo, é necessário apresentar argumentos (razões, justificativas, exemplos, dados etc.), que conduzirão a uma conclusão.

Do ponto de vista da teoria do conhecimento, a condição de validade fundamental de uma argumentação é que ela seja expressa por uma sequência coordenada “argumento + conclusão”. A conclusão não é uma reformulação do argumento, pois os dois enunciados são separadamente distintos e avaliáveis...” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004, p. 55).

⁵ Na próxima seção, será tratada a distinção entre tema e tese.

Cabe aqui um esclarecimento sobre os termos tese e conclusão. Se for considerada a estrutura geral do texto, tese é a ideia central defendida e conclusão é o ponto de chegada, que é gerado pelo desenrolar dos argumentos, como uma espécie de retomada da tese – já que deve estar em concordância com a mesma – e fechamento das ideias apresentadas. Por outro lado, do ponto de vista da estrutura do enunciado, conclusão é sinônimo de tese. Portanto, conclusão, no primeiro caso, relaciona-se com a tese principal do texto; no segundo, refere-se às várias teses (ou subteses) apresentadas no decorrer da argumentação em um texto.

Nas cartas dos leitores, muitas vezes, não há essa conclusão na estrutura geral do texto, possivelmente por conta da edição do jornal, já que as cartas são publicadas em parte. Por isso, preocupamo-nos nesses textos somente com a distinção entre tese e argumento, como poderá ser conferida no capítulo 3.

Em outra forma de caracterizar os elementos que compõem o texto argumentativo, Charaudeau (2008, p. 209-210), quando trata da organização da lógica argumentativa, refere-se a “elementos de base da relação argumentativa”, que o autor nomeia como: asserção de partida, asserção de chegada e asserções de passagem. A primeira relaciona-se com dados e premissas; a segunda, com conclusões e resultados; e a terceira, com inferências, provas e argumentos.

A asserção de partida diz respeito à apresentação de enunciados que descrevem ações ou feitos. Nas cartas, esse elemento pode ser identificado pela apresentação inicial do fato sobre o qual se vai discutir no texto, a problemática. Essa apresentação reflete um recorte sobre determinada perspectiva da realidade, tomada como verdadeira e correta, a partir da qual o ponto de vista será construído e defendido.

A asserção de chegada estabelece-se por uma relação de causalidade com a asserção de partida, traduzindo a conclusão da relação argumentativa, o ponto a que o autor quer chegar ou que o autor quer fazer crer. Essa “relação de causalidade” a que se refere Charaudeau pode abranger relações de explicações, causas e consequências, porém outras categorias podem corresponder também a essa relação, como finalidades, restrições, oposições, adições (com valor de consequência). Isso acontece porque:

[...] a *relação de causalidade* nunca é puramente formal. Ela depende, com efeito, tanto do conteúdo semântico das asserções – e, portanto, das *relações de sentido* que se estabelecem entre elas – quanto dos *tipos de vínculo* (ou *condições lógicas*) [...] (CHARAUDEAU, 2008, p. 211).

Isso se confirmará na análise da estrutura das cartas, no capítulo 3, em que essas relações são estabelecidas, muitas vezes, pelos sentidos vinculados entre os enunciados, podendo haver ou não presença de conectivos.

As asserções de passagem representam o “quadro de questionamento” construído no discurso. Essas asserções são responsáveis pelas relações estabelecidas entre a asserção de partida e a de chegada. Como argumentos, que levam da primeira para esta última, muitas vezes, configuram um universo de crenças e determinações por meio de ideias implícitas, o que se apresenta de forma substancial nas cartas de leitores, na medida em que ironias e subentendidos, por exemplo, não somente são elementos de constituição da argumentação, como também refletem esse universo de crenças e verdades em que os interlocutores se inserem.

Oliveira (1999), com base também em Charaudeau, concretiza essa questão apontando como constituintes do texto argumentativo: Tp (tese proposta), Ta (tese do argumentador – tomada de posição em relação à Tp) e Arg(s) (argumento(s)). Também destaca que os dois primeiros podem estar implícitos no discurso argumentativo, ao passo que o(s) argumento(s) é (são) sempre explícito(s).

O autor apresenta ainda outros constituintes não obrigatórios: C (concessão – que funciona como argumento anti-Ta), R (restrição – relação de adversidade – que anula as concessões) e Ins (inserções – inclusão de outros modos de organização do discurso no texto). A extensão desses constituintes é variável e sua ordem não é fixa.

Sobre outros aspectos, Charaudeau (2008, p. 220-221) trata da questão da “encenação argumentativa”, em que se apresentam determinados componentes para configurar uma “razão persuasiva”, em contraposição a uma “razão demonstrativa” (ligada à lógica argumentativa), em alguma medida já exposta na seção 1.1.

Essa razão persuasiva depende de um sujeito que toma uma posição acerca de certo questionamento, e de uma situação que reflete uma proposta sobre o mundo (tese), inscritas em um quadro de questionamento, configurando assim o “ato de persuasão”. Nesse contexto, o sujeito fará uso de procedimentos discursivos e recursos linguísticos para atingir seu objetivo de persuasão.

O ato de persuasão, segundo Charaudeau (2008, p. 220-221), a partir de uma ou mais propostas, será composto, portanto, de uma proposição – tomada de posição de um sujeito argumentante, que pode concordar ou não com a proposta, total ou parcialmente – e de uma justificativa dessa posição – ato de persuasão. Assim, o autor define o “dispositivo argumentativo”, composto de: proposta, proposição e persuasão. No caso, a proposição seria a tese do argumentador, a proposta teria relação com a tese proposta e a justificativa corresponderia aos argumentos.

O sujeito argumentante também pode mostrar uma posição mais próxima a uma “neutralidade”, em relação a uma não tomada de posição clara sobre a proposta, em que o produtor do texto apenas apresenta o quadro de questionamento, sem expor explicitamente seu ponto de vista, somente ponderando sobre prós e contras (CHARAUDEAU, 2008, p. 223-224).

Nesse caso, trata-se de “argumentação ponderada”, quando o enunciador não concorda nem discorda explicitamente, apenas ponderando sobre a questão. Isso pode significar uma situação em que o autor “confessa” sua “ignorância” sobre o assunto – pelo menos de forma estratégica – ou uma em que o autor deixa a decisão para o leitor, com base no que é apresentado (OLIVEIRA, 1995).

Charaudeau (2008) destaca que, além de uma tomada de posição em relação a uma proposta – o que acarretaria a defesa de uma tese –, o sujeito pode posicionar-se acerca de sua própria forma de argumentação. Dessa maneira, pode apresentar, no texto, uma linguagem que demonstra um engajamento pessoal explícito, com valorização de aspectos subjetivos, como, por exemplo, o uso de ironia e de termos conotativos; ou afastar-se desse tipo de engajamento, adotando uma postura mais objetiva, com uso de enunciados mais impessoais, com argumentos fundamentados teoricamente, como citações de autoridades no assunto. O engajamento pessoal explícito se relaciona mais especificamente com o *corpus* deste trabalho.

As cartas de leitores de jornal apresentam vários traços linguísticos dessa forma de exposição, principalmente no que concerne à escolha do léxico e à estruturação de enunciados, com relações implícitas de sentido. Assim, configura-se uma argumentação mais emocional e informal, afastando-se do formato mais “racional” e mais formal, como acontece em editoriais ou textos acadêmico-

científicos, por exemplo. Deixamos a apresentação de exemplos para o capítulo 3, em que será apresentada a análise realizada nas cartas.

1.5 Tema e tese

De acordo com Abreu (2001, p. 32), “um texto argumentativo implica sempre, inicialmente, um tema e um problema”. O autor explica que o tema tem correspondência com o assunto tratado no texto e o problema se relaciona com um questionamento, entre vários possíveis, a respeito de algum aspecto desse assunto.

Bakhtin (2009) apresenta tema como uma unidade temática de significação, e não como meramente assunto. Nesse caso, o tema deve ser único, sendo definido tanto por formas linguísticas quanto por elementos não verbais da situação.

Em Angelim (In SANTOS, 1996), o tema é explicado em contraposição a objetivo, em que o primeiro se refere a assunto, em uma tomada geral, e o segundo, a tese, que transmite o ponto de vista defendido pelo sujeito.

Para Oliveira⁶, quando o texto argumentativo se configura em termos de problemática e solução, o primeiro, geralmente, se refere a tema, e o segundo, a tese, considerando a estrutura geral do texto. Desse modo, a problemática ou a tese proposta seria a ideia que traz a polêmica do texto; e a solução seria a tese do argumentador, apresentando sua opinião ou proposta de resolução para a questão.

Nas cartas de leitores, também é possível relacionar tema a problema⁷, já que em muitas há uma motivação vinda de uma situação crítica, sobre a qual o autor deseja opinar ou exigir/sugerir melhorias ou soluções. A tese seria relacionada ou com a opinião sobre a questão ou com a proposta de solução apresentada para o problema.

Com isso, não se está querendo dizer que tema e problema são sinônimos, mas sim apenas “associando” os dois no texto argumentativo, e mais apropriadamente nas cartas dos leitores. Ou seja, nesses textos, o tema – assunto específico do texto – traduz uma problemática, que se refere a uma polêmica. Muitas

⁶ A ideia reportada a Oliveira diz respeito a estudo desenvolvido no curso de Doutorado em Língua Portuguesa, na UERJ, em 2008.

⁷ Problema diz respeito, neste contexto, a tema ou assunto em debate, que representa uma polêmica e sobre o qual se pode firmar um posicionamento.

vezes não é possível distinguir os dois – tema e problema – de forma rigorosa e explícita no texto.

[...] a proposta é [...] uma entidade teórica, não realizada concretamente no texto, não sendo relevante identificar-lhe a orientação argumentativa, ou seja, quando implícita, ela se confundiria com o tema do texto, podendo por isso verbalizar-se na análise textual sob a forma de um sintagma nominal [...]. Um dos sentidos de *propos* em francês é precisamente o de “tema”. À *propos* de X significa “a respeito de X”, “sobre o tema X” (OLIVEIRA, 2000, p. 177).

A tese tem esse caráter polêmico e dialógico da argumentação ao apresentar um ponto de vista sobre uma questão (tema/problema) que suscita necessariamente outros pontos de vista diferenciados. Tese, portanto, é a assertiva que apresenta a ideia defendida pelo argumentador e que tem caráter polêmico.

1.6 Argumento

Os argumentos fundamentam o ponto de vista. A coerência e a consistência desses elementos residem essencialmente na evidência. Para Garcia (1998), seriam cinco tipos básicos de argumentos: fatos, exemplos, ilustrações, dados estatísticos e testemunho de autoridade.

Nas cartas dos leitores, os fatos são comumente utilizados nos textos como argumentos para determinadas ideias, até porque muitos desses textos tratam de situações noticiadas no jornal. Os fatos podem funcionar como argumentos por conta de sua inquestionabilidade, como evidência e acontecimento. Porém, a interpretação e a organização desse tipo de elemento podem ser trabalhadas como estratégias para induzir o leitor à determinada conclusão.

Os exemplos, em parte relacionados aos fatos, são também recursos muito utilizados em textos argumentativos, pois buscam generalizar o que é aceito num caso particular, em que se formula uma ideia geral, uma “lei”. Supõe-se, assim, que o acontecimento utilizado como exemplo não seja único, isolado, mas sim faça parte de uma categoria. Para ser usado como argumento, é fundamental verificar sua pertinência ao caso ou à regra, como também sua representatividade para constituir essa generalização.

As ilustrações se relacionam com o que podemos chamar de analogias, comparações, hipóteses etc., recursos utilizados para fundamentar uma ideia, mesmo que de forma provisória ou hipotética, e conduzir a linha de raciocínio que levará o destinatário a aceitar a tese defendida.

Os dados estatísticos, assim como os fatos, são elementos valiosos para compor a argumentação, na medida em que se apresentam com sentido de verdade. Porém, da mesma forma, podem ser usados estrategicamente a configurar uma interpretação a favor ou contra determinada ideia. Nesse contexto, os dados têm valor não absoluto, mas relativo a um contexto específico.

O testemunho de autoridade é usado também de forma ampla na argumentação no formato de citações diretas ou indiretas.

A *citação* consiste em referir-se, o mais fielmente possível, (ou pelo menos dando uma impressão de exatidão) às emissões escritas ou orais de um outro locutor, diferente daquele que cita, para produzir na argumentação um efeito de autenticidade.

A *citação* funciona como uma fonte de verdade, testemunho de um dizer, de uma experiência, de um saber [...] (CHARAUDEAU, 2008, p. 240).

Assim, considera-se como argumento a tradição ou a própria figura da autoridade mencionada. A falha em um desses dois elementos constituirá falha no argumento.

O prestígio de uma pessoa é uma qualidade que incita a imitar os seus comportamentos e a seguir os seus juízos. É ele que, qualquer que seja o seu fundamento, está na base do argumento de autoridade [...]. Este argumento foi frequentemente atacado, enquanto se contestava muitas vezes não o uso do argumento, mas a autoridade daqueles aos quais se fazia apelo (PERELMAN, 1987, p. 256).

A definição, com base teórica ou não, também pode ser utilizada de forma estratégica como argumento. Mesmo não sendo propriamente um, pode tomar aparência de argumento, servindo para produzir “um efeito de evidência e de saber para o sujeito que argumenta” (CHARAUDEAU, 2008, p. 236). Ela pode ser consensual ou de caráter técnico ou científico.

Como já explicitado, o argumento é enunciado com vistas a uma conclusão (ou tese), que é sua razão de existir, em uma relação indissociável, configurando a argumentação.

Seja uma sequência de enunciados {E1, E2}. Essa sequência é argumentativa se podemos parafrazeá-la por pelo menos um ou vários dos enunciados seguintes “E1

apoia, sustenta, motiva, justifica... E2”; “E1, portanto, donde... E2”; “E2, visto que, sendo dado que... E1” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004, p. 53).

Nesse sentido, o argumento se apresenta na forma de enunciado legitimando outro enunciado, que se define como conclusão, ou tese.

De acordo ainda com Charaudeau e Maingueneau (2004, p. 58), na teoria retórica argumentativa, os argumentos podem ser subdivididos em éticos, patéticos e lógicos.

Os do primeiro tipo são ligados à pessoa do locutor (sua autoridade, seu *ethos*), os do segundo tipo estão relacionados ao caráter emocional (*pathos*). Esses dois tipos não precisam necessariamente ser expressos na forma de um enunciado, mas podem ser depreendidos do texto. Esses argumentos são facilmente identificados nas cartas dos leitores, pela própria natureza, pelo propósito do texto e por suas condições de produção, como se poderá verificar no capítulo 3.

O argumento do tipo lógico é proposicional – aparece como um enunciado, exprimindo uma razão para outra proposição. Seu fundamento se sustenta em diversas bases: factual, de direito (consenso), por convenção (acordo).

Em Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), os argumentos se subdividem em quase-lógicos, os baseados na estrutura do real e aqueles que fundam a estrutura do real. O primeiro tipo se associa a um caráter lógico-formal, mas sem uma relação rigorosa com a lógica formal, aspecto da demonstração; os do segundo tipo valem-se da realidade para relacionar juízos de valor; e os do terceiro tipo fundam-se pelos casos particulares e pelas analogias, como os exemplos e os modelos. Nas cartas dos leitores, há uma tendência para o uso do segundo e do terceiro tipo de argumento.⁸

Isso pode ser justificado pelo caráter e pela natureza dos textos, produzidos em contexto informal – já que não há compromisso com fundamentação jurídica, teórica etc. nas cartas –, e pela organização textual e linguagem em formato de registro semiformal.

No processo de argumentação, o argumento pode ser contestado. Nesse caso, o próprio precisa ser justificado, adquirindo *status* de tese e sendo defendido

⁸ Na mesma obra, esses argumentos ainda se subdividem em outros tipos. Entretanto, não é a intenção aqui uma apresentação detalhada desses subtipos, primeiramente porque não se adotou, como propósito da pesquisa, apresentar diferentes classificações ou categorizá-los no *corpus*. Em nossa pesquisa, limitamo-nos, como um dos objetivos, à análise da estrutura geral dos textos em seus constituintes básicos: proposta, tese e argumentos. Porém, consideramos válido expor, mesmo que brevemente, esses conceitos, que podem fundamentar de certa forma nosso estudo.

por subargumentos, em relação à tese inicial. Essa estrutura pode ser apreendida na forma de um esquema de hierarquias de teses no corpo do texto, em que um segmento pode funcionar ao mesmo tempo como tese para um enunciado e como argumento para outro.

Uma noção também importante em relação à construção do texto argumentativo diz respeito à ideia de força. Os argumentos seriam, assim, dotados de uma força, sendo mais fortes e mais fracos. Ducrot (1981) chama essa relação de “escala argumentativa”, que pode ser conferida na explicação a seguir, supondo-se p e p' como argumentos para r .

Diremos que ele [o locutor] toma p' como um *argumento superior* a p ou (mais forte que p) em relação a r , se, aos olhos desse locutor, concluir de p a r implica que se aceite concluir p' a r , a recíproca não sendo verdadeira. Por outras palavras, p' é, para mim, mais forte que p em relação a r , se, de meu ponto de vista, contentar-se com p como prova de r , implica contentar-se também com p' , mas não o inverso (DUCROT, 1981, p. 180-181).

Isso não é determinado somente por fatores extralinguísticos, mas também por marcas linguísticas, como, por exemplo, *até, até mesmo, quase* etc., confirmando a ideia de que a argumentação é construída pela língua. Anterior a qualquer utilização retórica, p é argumentativamente mais forte que *quase p*. Isso está inscrito na própria língua.

Em vista disso, traçam-se estratégias argumentativas, como finalizar o texto com o argumento mais forte com o objetivo de conseguir a adesão do destinatário de forma definitiva, para causar impacto no outro, a fim de convencê-lo de maneira gradual. Porém, esse procedimento é impreciso e relativo, pois esse valor se delimita em um contexto, em que se levarão em conta muitas variáveis, de acordo com o auditório e com o objetivo comunicativo.

Esta [a força dos argumentos] é certamente vinculada, de um lado, à intensidade de adesão do ouvinte às premissas, inclusive às ligações utilizadas, de outro, à relevância dos argumentos no debate em curso. Mas a intensidade de adesão e, também, a relevância, estão à mercê de uma argumentação que viria combatê-las. Por isso a força de um argumento se manifesta tanto pela dificuldade que haveria para refutá-lo como por suas qualidades próprias (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 524).

Relacionada à noção de força, estabelece-se de forma fundamental a de ordem. Muitas vezes, não é simplesmente o valor de cada argumento por si só que

torna a argumentação eficiente, mas fundamentalmente sua disposição no texto, por isso a organização dos argumentos nunca é indiferente.

Pensando que, em essência, a ordem dos argumentos é planejada em vista de um auditório, é preciso levar em conta os aspectos favoráveis a este.

Três pontos de vista, pelo menos, podem ser adotados na escolha da ordem persuasiva: o da situação argumentativa, ou seja, da influência que terão, sobre as possibilidades argumentativas de um orador, as etapas anteriores da discussão; o do condicionamento do auditório, ou seja, das modificações de atitude geradas pelo discurso; enfim, o das relações suscitadas, no auditório, pela apreensão de uma ordem no discurso (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 556-557).

Determinadas marcas linguísticas e escolhas lexicais vão ajudar a compor essa ordem e as ênfases necessárias, contribuindo para a construção dessa noção de força argumentativa. Esses elementos colaborariam para “sublinhar certos momentos do desenvolvimento argumentativo para estabelecer uma hierarquia nos argumentos [...] e, por conseguinte, despertar a atenção do locutor ou do ouvinte” (CHARAUDEAU, 2008, p. 246). Citamos outros exemplos com o léxico:

* “É preciso *ressaltar* que...”

* “Um outro ponto *merece atenção*...”

* “*Não poderíamos deixar* de destacar...”

* “*Reconheçam* que esse ponto é *surpreendente* e que...” (CHARAUDEAU, 2008, p. 246)

Os argumentos, nesse sentido, comporiam uma gradação, para a composição da orientação argumentativa no texto.

Orientação argumentativa [...] é, segundo a *semântica argumentativa* de Ducrot e Anscombre, a *conclusão* a que se quer levar o destinatário a chegar, é a tese que se quer “provar”, com determinado argumento ou conjunto de argumentos [...] (OLIVEIRA, 2007).

Isso é fundamental para apreensão das hierarquias de sentido na composição das cartas, no capítulo 3. Embora essas marcas linguísticas não tenham sido destacadas de forma sistemática no *corpus* deste trabalho – estudo bastante interessante para pesquisas futuras –, esses elementos colaboraram certamente, de forma decisiva, para a compreensão e a análise da organização dos argumentos nas cartas.

1.7 Sequências de base

Os textos, de modo geral, não se apresentam de forma puramente argumentativa, nem puramente descritiva ou narrativa. O que há são sequências argumentativas, ou descritivas, ou narrativas no mesmo gênero, com predomínio de uma ou de outra, é claro. Isso pode ser denominado “sequências de base”.

Esse predomínio pode ser quantitativo ou qualitativo. Segundo Oliveira (2007a), o predomínio será quantitativo quando ocupar mais espaço ou mais tempo na composição do texto, e será qualitativo quando uma sequência, mesmo ocupando menos espaço ou tempo, tiver outra a seu serviço. Isso quer dizer que, por exemplo, se um texto apresenta um grande bloco narrativo que está servindo a um propósito argumentativo, o texto terá uma natureza argumentativa. Portanto, pode-se afirmar que, nessa categorização textual, há um privilégio da predominância qualitativa sobre a quantitativa.

Sob outra ótica, sabe-se que um dos aspectos mais relevantes para identificar a natureza de um texto é sua intencionalidade, como já exposto na seção 1.1. Portanto, nesse caso, se a intenção é contar uma história, o texto é narrativo; se a intenção é convencer, defender uma ideia, o texto é argumentativo. Isso se constrói e se apresenta no percurso enunciação-texto (ABREU, 2001, p. 63-64).

Nas cartas dos leitores, de modo geral, percebe-se, mesmo havendo um ou outro enunciado descritivo ou uma breve apresentação de um fato, que predomina um propósito argumentativo, já que o leitor que escreve tem o intuito de apresentar seu ponto de vista sobre um tópico, defendendo-o em relação a outros possíveis.

1.8 Polifonia e argumentação

Qualquer discurso traz inevitavelmente influências e marcas de outros discursos, de forma explícita ou não, consciente ou não. Dessa forma, não há

discurso original ou “puro”. Todo discurso é uma mistura de vozes, retomadas de formas variadas e em diversas perspectivas.

O ato de dizer é em grande parte um ato de repetir. A repetição está na natureza mesma do discurso, como garantia da necessária continuidade entre o que se disse e se sabe e o que se vai dizer e tornar sabido. O que se disse e se sabe está codificado em textos ou na memória coletiva, de sorte que no ato de enunciar, uns e outra são convocados a tomar parte na enunciação e assim garantir a continuidade histórica da comunidade enquanto arquivo de conhecimentos produzidos e laboratório de novos conhecimentos. Essa coexistência de discursos, ou polifonia, é propriedade de qualquer texto [...] (AZEREDO, 1999, p. 129-130).

O termo polifonia, nesse contexto, é tomado emprestado de Bakhtin, teórico russo.

Na argumentação, há um locutor (quem tem a palavra no texto) que está de acordo com um ponto de vista de um enunciador, em contraposição a outros pontos de vista de outros enunciadores.

Para Ducrot, a concepção de sentido está baseada no conceito de polifonia, uma vez que o enunciado apresenta um certo número de pontos de vista que ele chama de “enunciadores”. O autor considera que a existência de um ato de argumentação se dá quando o locutor se identifica com um enunciador que argumenta. O locutor é aquele que produz as palavras no momento da enunciação e por elas se responsabiliza (às vezes, usa-se a primeira pessoa, coincidindo com o autor do discurso, mas não sempre). Ao enunciador é atribuída a responsabilidade dos pontos de vista presentes no enunciado e incorporados pelo locutor na enunciação. O destinatário é o alvo desses atos, o ser a quem se destinam (TOLDO, 2003, p. 28).

Considerando o que foi tratado na seção 1.4, pode-se lembrar que a proposta, segundo Charaudeau, seria essa “voz” de fora, com a qual dialoga a tese. A natureza polêmica da argumentação traz como aspecto inerente esse constante diálogo de vozes e ideias, configurando a polifonia.

Esse diálogo pode ser manifestado de forma explícita quando o enunciador apresenta no texto as falas de outros locutores, fazendo citações – sendo esta uma das estratégias argumentativas mais comuns. Para isso, usa como marca linguística certos verbos introdutórios mais comuns para essas inserções: *dizer*, *falar*, *afirmar*, ou outros menos “neutros”, como *ênfatisar*, *ponderar*, *advertir* etc., estes últimos refletindo aspectos mais subjetivos do enunciador.

Com efeito, o verbo introdutor fornece um certo quadro no interior do qual será interpretado o discurso citado. Se um verbo como “dizer”, uma preposição como “segundo” podem parecer neutros, não é esse o caso de “confessar” ou de

“reconhecer”, por exemplo, que implicam que a fala relatada constitui um erro (MAINGUENEAU, 2004, p. 144).

Além do emprego de citações, também é considerado polifonia o ato de trazer vozes de outros enunciadores, não somente falas ou textos de outros locutores.

O enunciador da tese proposta, por exemplo, normalmente não é o argumentador do texto – enunciador com o qual o locutor concorda. Esse enunciador da proposta pode ser um indivíduo, um grupo ou uma instituição. Também ocorre de ser apresentado de forma indefinida, por meio de estruturas como *dizem que*, *sabe-se que* etc. Entretanto, essa voz também pode ser depreendida de forma implícita no texto.

Como a “questionabilidade” da *Tp* é condição necessária para que haja argumentação, podemos dizer que todo texto argumentativo mantém uma relação de intertextualidade com alguma *Tp* preexistente à sua produção, o que nos autoriza a postular que, quando a *Tp* não está explícita, mesmo assim existe, implícita (OLIVEIRA, 1999).

Há formas linguísticas diferentes de trazer vozes ao texto, como em expressões como: *é preciso*, *é urgente*, ou com a primeira pessoa do plural, incluindo a voz do próprio leitor, ou destinatário.

De fato, o uso de expressões como *é preciso*, *é urgente* sugere as perguntas: Preciso para quem? Urgente para quem? Esse *quem*, na verdade, é uma espécie de *vox populi* a que se somam, com cumplicidade, o autor e o leitor. O autor por adesão explícita, o leitor, por indução do autor (ABREU, 2001, p. 46).

Koch (2008) lista outras formas que revelam polifonia no texto argumentativo, por meio de marcas de pressuposição, como: a negação (toda negação pressupõe um enunciado – ou uma voz – afirmativo), o uso do futuro do pretérito do indicativo (quando o locutor aparenta não se responsabilizar pela informação, atribuindo-a a outro) e a utilização de certos operadores argumentativos,⁹ como conectivos adversativos (toda forma *X mas Y* pressupõe uma descrição polifônica, já que *X* e *Y* representam enunciadores com pontos de vista diferentes), e outras formas como *ao contrário*, *por outro lado* etc. Trataremos a

⁹ “O termo operadores argumentativos foi cunhado por O. Ducrot, criador da Semântica Argumentativa [...], para designar certos elementos da gramática de uma língua que têm por função indicar (‘mostrar’) a força argumentativa dos enunciados, a direção (sentido) para o qual apontam” (KOCH, 2001, p. 30).

seguir, mais detidamente, a questão do conectivo adversativo e da ironia como exemplos de polifonia.

Como mencionado anteriormente, a forma *X mas Y* pressupõe enunciadores diferentes, mais precisamente quatro (KOCH In GUIMARÃES, 1989, p. 132), como posto a seguir.

E1: que convoca um conjunto de *topoi* (T1, T2, T3...);¹⁰

E2 (argumentador 1): que seleciona um *topos* do conjunto de *topoi* anterior, para sugerir uma determinada conclusão;

E3: que convoca um conjunto de *topoi* (T1, T2, T3...);

E4 (argumentador 2): que seleciona um *topos* do conjunto de *topoi* anterior, para se opor à conclusão sugerida por E2, argumentando para outra conclusão.

Uma breve análise sobre essas vozes nas cartas será exposta no capítulo 3, na subseção 3.3.1.

A ironia, como outro recurso, de acordo com Brait (1999, p. 335), pode ser vista de uma perspectiva polifônica, pois recorre a uma intertextualidade e a uma interdiscursividade. Além disso, sua força argumentativa se constitui na medida em que transita nas instâncias comunicativas de produção e de recepção, com heterogeneidade de diferentes vozes.

Na enunciação irônica, o enunciador desqualifica sua própria comunicação.

Classifica-se tal fenômeno como um caso de polifonia, uma vez que esse tipo de enunciação pode ser analisado como uma espécie de encenação em que o enunciador expressa com suas palavras a voz de uma personagem ridícula que falasse seriamente e do qual ele se distancia [...] (MAINGUENEAU, 2004, p. 175).

A natureza mesma da ironia é ser ambígua, ficando na fronteira entre o que é defendido e o que refutado. O enunciador produz um enunciado e, ao mesmo tempo, o invalida. Esse processo pode acontecer em forma de gradação, desde a ironia extrema, com total subversão do enunciado, até um “colorido irônico”, em que o enunciador “toma alguma distância” do que é enunciado (MAINGUENEAU, 2004, p. 178). No capítulo 3, serão discutidos, mais detidamente, alguns exemplos em relação a esses aspectos.

¹⁰ A noção de *topos* (no plural, *topoi*) se refere a “uma ideia socialmente aceita”. Isso será explicado melhor na próxima seção.

De uma maneira geral, o próprio processo de compreensão se estabelece por meio de diálogo. Nesse sentido, compreender é dialogar, é produzir uma resposta, é replicar, processo inerente a toda argumentação.

A compreensão é uma forma de *diálogo*; ela está para a enunciação assim como uma réplica está para a outra no diálogo. Compreender é opor à palavra do locutor uma *contrapalavra* (BAKHTIN, 2009, p. 137).

Nas cartas dos leitores, isso ocorre em alto grau já que os locutores, muitas vezes, se reportam a fatos, notícias e textos anteriores, assim como a falas de outros locutores, como uma “contrapalavra” a essas palavras. Desse modo, os leitores buscam compreender, se apropriar e apresentar o resultado desse processo com uma opinião.

Um discurso pode aceitar, implícita ou explicitamente, outro discurso, pode rejeitá-lo, pode repeti-lo num tom irônico ou reverente. Por isso é que o discurso é o espaço da reprodução, do conflito ou da heterogeneidade. As relações interdiscursivas podem, assim, ser contratuais ou polêmicas (FIORIN, 2005, p. 45).

Esse caráter de heterogeneidade seria constitutivo, portanto, de qualquer discurso e de qualquer texto, porém mais especialmente no texto argumentativo por seu propósito de confronto de ideias e pontos de vista.

1.9 O papel do léxico na argumentação

Quando se pretende, no processo comunicativo, influenciar o outro, certamente o discurso será elaborado e organizado de modo a colaborar para esse resultado. Além de se pensar na seleção e na forma de dispor os argumentos e as ideias, consideram-se também a escolha e a organização das palavras. Determinadas opções podem influenciar toda a linha argumentativa do texto.

As palavras não são etiquetas que colocamos sobre os objetos, as pessoas, as ideias, os sentimentos, mas maneiras de representar tudo isso. [...] Quando usamos uma palavra, estamos fazendo uma escolha de como representar alguma coisa. Podemos chamar alguém que ganhou muito dinheiro recentemente de *novo-rico*, ou de *emergente*. [...] Argumentando desfavoravelmente a prisioneiros de uma casa de detenção que sofreram violência policial, podemos dizer: – *São assassinos, bandidos!* Argumentando favoravelmente, diríamos: – *São seres humanos, são filhos de Deus!* (ABREU, 2006, p. 99-100).

A escolha de uma forma, de uma palavra, para representar uma realidade, já revela um ponto de vista sobre a questão e, de certa maneira, mesmo que implicitamente por vezes, exerce uma influência sobre o outro. “Distinguiremos a argumentação definida como *a expressão de um ponto de vista*, em vários enunciados ou em um único, e mesmo em uma única palavra...” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004, p. 52).

Consideramos como recurso argumentativo não somente a escolha das palavras em si, mas também a contextualização dessas em estruturas frasais, estabelecendo sequências de sentido, como em: *é evidente que, é claro que, é possível, é provável, é lamentável, é pena que, desejo que, eu acho que* etc. Essas estruturas, em diferentes graus, demonstram julgamentos de valor ou adesões aos conteúdos expostos. Isso também pode ser realizado pela escolha de certos advérbios, como *infelizmente, provavelmente, certamente, lamentavelmente* etc., e de adjetivos. Boa parte da opinião sobre o tema é revelada nessas escolhas, como já mencionado na seção 1.3.

Conforme Oliveira (2007b), a natureza pejorativa ou meliorativa das escolhas lexicais, que será determinada pelo contexto de produção e de recepção, definirá de forma colaborativa a orientação argumentativa do texto.

Um dos elementos que mais chamam a atenção nas cartas, por exemplo, é uso significativo de linguagem figurada. Para Abreu, esse é um recurso para facilitar o acesso do leitor à ideia defendida, e conseqüentemente para conseguir sua adesão.

A utilização das metáforas tem exatamente essa função: procurar pescar no repertório de um leitor uma imagem de que ele se possa servir para entender o conteúdo proposicional de um texto (ABREU, 2001, p. 74).

No caso do uso de certas metáforas na argumentação, há o objetivo de aproximação entre autor e leitor. As metáforas, nesse caso, não têm meramente caráter estético, mas sim funcionam como recursos que visam à simplicidade de sentido e à economia no processo de apreensão das ideias e informações e de adesão à tese.

Não se trata, portanto, de metáfora literária, que tem como característica principal a originalidade. Nesse caso, quanto mais previsíveis forem os sentidos no

contexto, é melhor. Trata-se de metáforas de uso ou de interpretação mais comum, do cotidiano comunicativo, que têm o papel de colaborar na construção de sentidos gerais ou “preencher lacunas” de significação, ou mesmo causar efeitos especiais no intuito de chamar a atenção do outro. Esse procedimento tem como base um material analógico retirado da tradição.

Para que o processo comunicativo se realize, é preciso haver um reconhecimento, que depende de um convite oculto do falante e de um esforço para aceitá-lo do ouvinte – uma aproximação entre o produtor do texto e o destinatário (SACKS, 1992).

O que se forma no discurso é uma verdadeira rede, em que o autor tenta atrair o leitor, e este, pela percepção, procura descobrir os objetivos, por meio de uma reconstrução que contém o sentido literal mais as suposições sobre o próprio falante.

Esse processo todo estabelece um ato cooperativo de compreensão. É uma consciência compartilhada por um senso comunitário, em que todos devem “saber”. Essa compreensão tem caráter restrito, por isso há uma sensação de proximidade entre produtor e leitor. É um convite, sem dúvida, especial.

A metáfora, como já se ressaltou, não se prende ao campo literário, ela é utilizada também com muita frequência em todos os domínios discursivos. Dessa forma, para determinados contextos, essa figura se revela uma chave para a verdadeira comunicação.

Em sentido figurado ou não, as escolhas lexicais, portanto, colaboram para compor o quadro argumentativo dos textos, enfatizando pontos de vista que revelam angústia, revolta, insatisfação, indignação, ou seja, emoções do enunciador.

Isso exige evidentemente um trabalho de interpretação ao considerar as palavras em um contexto específico, cercadas de intenções e propósitos, e não em seu sentido literal e “estático”.

Não basta conhecer o significado literal das palavras ou sentenças de uma língua: é preciso saber reconhecer todos os seus empregos possíveis, que podem variar de acordo com as intenções do falante e as circunstâncias de sua produção (KOCH, 2008, p. 27).

Os termos de sentido figurado no contexto, as gírias, as ironias etc. são recursos que contribuem para uma identificação com o destinatário, além de representarem o caráter emocional e subjetivo do argumentador.

O efeito é de sensibilização, de engajamento emocional às teses tratadas. O espaço do jornal funciona também como um local de desabafo em relação aos problemas. Todavia, essa participação dos leitores na seção traduz uma busca pelo não conformismo, por uma ação ou, ao menos, uma reflexão sobre aspectos e fatos importantes da realidade cotidiana da sociedade, tendo em vista uma conscientização e/ou a uma transformação de certa realidade.

1.10 Conectivos: conclusão, explicação, concessão e adversidade

Determinados conectivos funcionam como orientadores discursivos na estruturação do encadeamento dos enunciados, visando à coesão e à coerência. Apresentam uma função importante na constituição do texto e na apresentação coerente e lógica dos argumentos em relação à tese, embora as relações de sentido possam se estabelecer em muitos casos sem sua presença física no texto, sendo a relação desencadeada pelo próprio contexto.

Um argumento é, portanto, uma assertiva sobre outra assertiva. Isso fica bem claro, quando lembramos que a sequência *Ta* [tese do argumentador] *porque* *Arg* [argumento] pode ser parafraseada como *Ta* (e eu digo isso) *porque* *Arg*. Diga-se de passagem, o conector *porque* e seus sinônimos são introdutores de *Arg*, ao passo que *portanto* e sinônimos introduzem teses: *Ta* *porque* *Arg* = *Arg* *portanto* *Ta*. Ducrot e Anscombe, quando uma sequência é argumento para outra, dizem que aquela se orienta argumentativamente para esta. É o conceito de orientação argumentativa (OLIVEIRA, 1999).

Reportando-se, então, à questão do emprego dos conectivos, com base em Oliveira (1999), os conectivos com papel mais significativo, considerando o aspecto estrutural, no modo argumentativo de organização do discurso, seriam: conclusivos (*portanto* e sinônimos), explicativos (*porque* e sinônimos), concessivos (*embora* e sinônimos) e adversativos (*mas* e sinônimos), ressaltando, porém, que há outras relações semânticas estabelecidas por outros tipos de marcas ou de forma assindética.

Cabe explicar também que o conectivo *e* pode substituir alguns desses conectivos, como os adversativos e os conclusivos, além de apresentar outros valores na argumentação. Esse *e* é destacado também na análise das cartas dos leitores apresentada no capítulo 3, assim como o *e* que adiciona segmentos

paralelos – como dois ou mais argumentos ou duas ou mais teses. Entretanto, o e com valor adicional entre termos simples ou orações simples não foi destacado na análise, pois a ênfase se pautou sobre o destaque de teses e argumentos, e não sobre orações e termos sintáticos simplesmente.

Assim, pode-se afirmar que, mesmo com uma marca de conexão explícita, como o e, esta pode pouco sinalizar sobre a relação semântica, exigindo mais da interpretação. Nesse caso, o sentido da relação semântica não está totalmente no conectivo, que fornece apenas uma associação entre os segmentos (DOOLEY; LEVINSOHN, 2004, p. 133).

A seguir, comentamos com mais atenção os quatro conectivos mencionados por Oliveira (1999) na composição do texto argumentativo: os conclusivos e explicativos – para as ideias de tese e argumento respectivamente –, e os concessivos e adversativos – para as ideias de concessão e adversidade também respectivamente, que são relações de oposição.

Como já comentado antes, na argumentação, as relações de conclusão (tese) e explicação (argumento) são fundamentais na formação do texto, são mesmo a base do propósito argumentativo.

[...] no modo argumentativo de organização do discurso, o papel da conjunção explicativa é o de introdutor de argumentos, como o da conclusiva é introduzir teses, sejam miniteses de nível microestrutural, teses de maior “porte”, ou até mesmo a tese principal do texto [...] (OLIVEIRA, 2001, Módulo Didático).

É importante salientar que as ligações estabelecidas por esses conectivos podem ser relacionadas a orações, como *A porque B*, ou *B portanto A*, em que *A* e *B* são orações. Porém, para uma análise discursiva, em que se baseia o estudo do *corpus* cartas de leitores para este trabalho, o limite não necessariamente é a oração, mas segmentos de sentido integrantes da estrutura do texto como um todo.

Tais elementos [A e B] podem ser em certos casos conjuntos de orações (por isso usaremos às vezes o termo *sequência*, que pode referir-se tanto a uma *oração* quanto a *algo menor que a oração*, quanto a um *conjunto de orações*), o que, aliás, vale também para outros tipos de conjunções (OLIVEIRA, 1999).

No capítulo 3, essas relações são demonstradas com base na análise das cartas, como também o emprego desses conectivos.

Destacam-se ainda, no texto argumentativo, os papéis dos conectivos de concessão e de adversidade. A concessão concede razão a um argumento para

uma tese oposta a do argumentador do texto, todavia, em seguida, recorre-se impreterivelmente a uma asserção de valor mais forte (restrição) para recuperar o controle quanto ao projeto de adesão do interlocutor à ideia defendida. Garcia (1998) trata disso se reportando ao conceito de concordância parcial.

Portanto, a concessão tem um valor justificado na situação comunicativa, pois confere uma seriedade e uma tentativa de credibilidade ao tratamento da questão. O reconhecimento de certa razão ao argumento do outro (polifonia) é, nesse caso, somente uma estratégia argumentativa, já que antecipa argumentos contrários possíveis, a fim de introduzir argumentos de caráter decisivo em sentido oposto, enfraquecendo os anteriores.

Em relação a esse último aspecto, a restrição tem uma função primordial. Todo esse processo confere maior poder de persuasão ao discurso.

As marcas linguísticas dessas relações são os conectivos concessivos e os adversativos, em que os do segundo tipo imprimem maior força argumentativa que os do primeiro.

A diferença entre os dois grupos diz respeito à *estratégia argumentativa* utilizada pelo locutor: no caso do *MAS*, ele emprega [...] a “*estratégia do suspense*”, isto é, faz com que venha à mente do interlocutor a conclusão *R*, para depois introduzir o argumento [...]; ao empregar o *embora*, o locutor utiliza a *estratégia da antecipação*, ou seja, anuncia, de antemão, que o argumento introduzido pelo *embora* vai ser anulado, “não vale” (KOCH, 2001, p. 36-37).

Abreu apresenta a distinção entre as duas formas:

Quando fazemos uso da coordenação adversativa, a oração adversativa, obviamente, faz um encaminhamento argumentativo contrário ao da oração anterior, frustrando, assim, a expectativa do destinatário.

[...]

Podemos dizer que a articulação sintática de oposição utilizando a subordinação concessiva tem um efeito de modalização, uma vez que prepara, com antecipação, o destinatário, para uma conclusão contrária ao inicialmente esperado (ABREU, 2001, p. 24-25).

No que diz respeito às relações semânticas de conclusão, explicação, concessão e adversidade entre os segmentos, não sendo explícitas, fornecem-se “pistas” para a interpretação. Por exemplo, temos a entonação (na fala), a ordem dos elementos, as estruturas de expectativa e outras marcas morfológicas (DOOLEY; LEVINSOHN, 2004, p. 130-131). Isso diz respeito ao aspecto microtextual, porém ainda se pode e se deve considerar o contexto, que fornece informações no que concerne aos sentidos construídos.

As possibilidades de argumentação “não dependem somente dos enunciados tomados por argumentos e conclusões, mas também dos princípios dos quais se serve para colocá-los em relação” (DUCROT In GUIMARÃES, 1989, p. 21). Esse é um fator essencial para entender por que é possível depreender as relações de sentidos entre os enunciados mesmo quando os conectivos não estão presentes.

Para ilustrar essa situação, utilizaremos exemplo apresentado em Oliveira (1999).

- 1) *Vou comprar esse sapato. Ele custa menos de R\$ 40,00.*
- 2) *Não vou comprar esse sapato. Ele custa menos de R\$ 40,00.*

Nos dois casos, a primeira oração é a tese, e a segunda é o argumento (que se apresenta como justificativa para a ideia anterior). Todavia, o argumento é diferente em cada caso por conta do raciocínio em que se apoia.

- 1) *Vou comprar esse sapato [porque] ele custa menos de R\$ 40,00.*

No exemplo 1, entende-se que o sapato custar menos de R\$ 40,00 é um fator positivo, um argumento para comprá-lo. O sapato custa pouco, portanto vale a pena comprá-lo – o preço baixo é considerado o elemento mais importante nesse contexto.

- 2) *Não vou comprar esse sapato [porque] ele custa menos de R\$ 40,00.*

No exemplo 2, depreende-se que o sapato custar menos de R\$ 40,00 é um fator negativo, um argumento para não comprá-lo. O preço é baixo, portanto não vale a pena comprá-lo – o preço baixo, no caso, significa pouca qualidade, e qualidade é o que se valoriza nesse contexto.

O que possibilita pensar, no exemplo 1, que o sapato custar menos de R\$ 40,00 é algo positivo? Entendendo-se que a ação de comprar significa aprovação do produto, o valor aparece como fator determinante para essa compra, transparecendo a ideia de que o enunciador compartilha da situação de valorizar o preço baixo, estipulando nesse enunciado o limite de R\$ 40,00. Para entender isso, deve-se levar em conta que existe um princípio socialmente aceito de valorização do preço baixo, buscando então o fator de economia.

Desenvolvendo o mesmo raciocínio para o exemplo 2, considera-se que, aceitando a mesma ideia de que a ação de comprar traduz a aprovação do produto, o limite de R\$ 40,00 surge com valor negativo, já que a tese é não comprar. Nesse caso, o preço não é determinante e não é utilizado o princípio da economia. Então qual seria o princípio que rege essa construção? Para compreender o sentido do enunciado, é necessário levar em conta que existe uma ideia socialmente aceita de preço baixo como sinônimo de pouca qualidade – “um produto bom não pode ser barato”.

A essa ideia socialmente aceita, ou a esse princípio, dá-se o nome de *topos*. Este seria então um “princípio argumentativo”, um lugar-comum entre as ideias que circulam na sociedade.

Os dois enunciados estão apoiados, portanto, em *topoi* diferentes.

Um *topos*, portanto, é, como diz Anscombe (1995:39) “um princípio geral que serve de apoio ao raciocínio, mas que não se deve confundir com esse raciocínio”. Esse princípio “é sempre apresentado como parte de um consenso” (OLIVEIRA, 1999).

Para Ducrot (In GUIMARÃES, 1989, p. 24-27), um *topos* deve apresentar as três propriedades que seguem:

- a) ser *universal*, ou seja, deve ser partilhado por uma comunidade linguística (essa universalidade pode ser apenas suposta, pretendida);
- b) ter *generalidade*, isto é, o princípio deve ser válido para um conjunto razoável de situações, não somente para a situação aplicada;
- c) ter uma *natureza gradual*, quer dizer, uma variação da propriedade de um enunciado pode implicar a variação de outro, relacionando duas escalas.

Associaremos este último item aos exemplos apresentados anteriormente. No exemplo 1, a escala estabelecida é quanto mais baixo é o preço maior é a possibilidade de compra, ou quanto mais alto é o preço menor é a possibilidade de compra – considerando como limite o valor de R\$ 40,00. No exemplo 2, a escala configurada é quanto mais baixo é o preço pior é a compra, ou quanto mais alto é o preço melhor é a compra – considerando o mesmo limite.

Relacionando essa propriedade de gradação para as construções argumentativas, pode-se depreender também que quanto mais fortes forem os argumentos mais adesão haverá à tese defendida. “Se um *topos*, aplicado a dois argumentos, leva a ver um como mais forte que o outro, é inevitável que o *topos* seja

gradual, que ele coloque em correspondência gradações” (DUCROT In GUIMARÃES, 1989, p. 29).

Assim, os *topoi* utilizados podem interferir também na força argumentativa dos enunciados, e por consequência nos níveis de adesão à tese.

Segundo Charaudeau e Maingueneau (2004, p. 54), o *topos*, frequentemente implícito, garante a relação de sentido entre argumento e conclusão, como um princípio geral, um consenso. Isso colabora para a apreensão de sentidos, mesmo quando os conectivos não estão presentes.

Portanto, para análise das relações entre orações, períodos, fragmentos ou parágrafos, é preciso considerá-las não somente do ponto de vista estritamente lógico ou sintático, mas também pragmático, semântico, contextual, levando em conta aspectos relativos à enunciação.

Segundo KOCH (2008, p. 104-106), os operadores argumentativos, de modo geral, apoiam a mecânica do texto argumentativo, para estabelecer hierarquias de sentido (relação entre argumentos mais fracos e mais fortes, ou relação entre argumentos e conclusão), orientar sentidos (por exemplo: *não só...mas também, além de, também* etc.), marcar tempos (por exemplo: *ainda*), introduzir argumentos decisivos (por exemplo: *aliás, além do mais*), marcar oposições (favorecendo descrições polifônicas), retificar, esclarecer (por exemplo: *isto é, quer dizer, ou seja* etc.), operar sequências em escalas orientadas para afirmação ou negação (por exemplo: *quase, apenas*). A seleção e a organização desses elementos são pontos-chave para a construção argumentativa, como ela destaca:

É essa relação *paradigmática* que vai determinar a classe argumentativa a que o enunciado pertence, enquanto a *seleção* de um ou outro elemento vai apontar para combinações sintagmáticas ou encadeamentos possíveis. É somente na sintaxe do discurso que se caracteriza a não-afinidade de certos morfemas em termos argumentativos (KOCH, 2008, p. 107).

Por conta disso, pode-se defender a ideia de que, como esses operadores funcionam como instruções de natureza gramatical, o valor argumentativo é algo inerente à própria gramática da língua também, como já mencionado antes. “O fato de se admitir a existência de relações retóricas ou argumentativas inscritas na própria língua é que leva a postular a argumentação como o ato linguístico fundamental” (KOCH, 2008, p. 107).

Apesar da absoluta relevância do tema, não é objetivo deste trabalho desenvolver um estudo aprofundado dos operadores, o que requer uma pesquisa específica, dada a complexidade do assunto. O tratamento dado a esse tópico reporta-se somente ao destaque das relações de conclusão, explicação, concessão e adversidade na estrutura da carta de leitor, estabelecendo os encadeamentos semânticos principais desse gênero. Inclusive, como já dito, essa análise considera também o estudo dessas relações mesmo quando o conectivo não está presente materialmente, reforçando a noção de que, neste caso, o mais importante é a relação de sentido – estabelecida pelo *topos* –, e não o conectivo em si

2 GÊNERO TEXTUAL CARTA DE LEITOR DE JORNAL

Em primeiro lugar, é fundamental esclarecer que todo texto pertence a um gênero (MAINGUENEAU, 2004, p. 59). Quanto a essa questão, não há dúvidas. No caso do material do *corpus* estudado nesta pesquisa, destaca-se que as “cartas de leitores de jornal” podem ser relacionadas com o gênero carta. Nesse caso, procura-se situar e delimitar os aspectos ou as características que definem as cartas de leitores como um gênero específico, e não como um subgênero do gênero carta. Mas, para discutirmos essas questões, é preciso trazer à tona o conceito básico de gênero textual.

Para Maingueneau (2004), um enunciado pode ter determinada orientação comunicacional: “discurso polêmico”, “didático”, “televisivo”, “jornalístico”, “científico”. Essas são tipologias comunicacionais. Os gêneros pertencem, no dizer do autor, a diferentes tipos de discurso, que correspondem a essas tipologias; por isso, ele se refere a gêneros de discurso. Por exemplo: “[...] o ‘*talk show*’ constitui um gênero de discurso no interior do tipo de discurso ‘televisivo’[...]” (MAINGUENEAU, 2004, p. 61). Nesse caso, as tipologias têm uma natureza mais estável, diferentemente dos gêneros, que apresentam um “caráter historicamente variável”, pois são “[...] dispositivos de comunicação que só podem aparecer quando certas condições sócio-históricas estão presentes” (MAINGUENEAU, 2004, p. 61).

Dessa forma, os gêneros se reportam a determinados setores da sociedade. São elaborados cultural e historicamente, de forma coletiva, de acordo com as necessidades de uso na vida cotidiana. Com o tempo, determinados gêneros podem sofrer transformações ou até ser substituídos por outros. A presença mais acentuada da tecnologia no nosso dia a dia, por exemplo, trouxe novos gêneros, ou velhos gêneros com outras roupagens, como: *e-mails*, conversas de salas de bate-papo na internet, *blogs* etc.

Portanto, os gêneros têm um caráter histórico e social, configurando uma espécie de “retrato” da sociedade em que são construídos. Não têm nada de eterno, são variáveis de acordo com a época e o lugar.

Alguns elementos que vão compor esse caráter histórico e social são importantes para situar o gênero: o produtor do texto, o destinatário, o lugar, a época, a função do texto, o meio.

No caso das cartas dos leitores, temos:

- a) o produtor do texto – um leitor que se posiciona em relação a algum tema;
- b) o destinatário – que pode abarcar todos os leitores do jornal, mas também, ao mesmo tempo, pode se referir a uma autoridade ou personalidade específica;
- c) o lugar – no caso, o Brasil ou mesmo um de seus estados;
- d) a época – o momento atual: normalmente as cartas se reportam a temas noticiados na semana;
- e) a função – que significa o objetivo geral a que se propõe o texto, seu propósito comunicativo –, que pode ser reclamar, denunciar, discordar, apoiar, elogiar, parabenizar etc.;
- f) o meio – o veículo ou o material de divulgação do texto, que, no caso, é o jornal.

Além desses elementos, marcas linguísticas, estruturas sintáticas, organização dos enunciados e léxico também devem ser considerados na análise de um gênero, até porque essas marcas são indissociáveis desse tipo de caracterização.

Contudo, de acordo com Marcuschi:

[...] os gêneros textuais surgem, situam-se e integram-se funcionalmente nas culturas em que se desenvolvem. Caracterizam-se muito mais por suas funções comunicativas, cognitivas e institucionais, do que por suas peculiaridades linguísticas e estruturais (In DIONISIO, 2003, p. 20).

Isso pode ser muito importante para se admitir a possibilidade de não serem encontradas marcas linguísticas específicas suficientes para darem conta, isoladamente, da delimitação de um gênero. Nesse caso, parecem mais significativos para essa delimitação outros aspectos, como a função e o meio em que essas marcas se materializam.

Ressaltamos que há mesmo, na Análise do Discurso, uma valorização de fatores discursivos (situacionais), para a classificação dos gêneros, em detrimento

da dimensão textual (mecanismos de composicionalidade – segmentação e ligação), mais ligada à Linguística Textual (COUTINHO, 2005).

Existe, portanto, em certa medida, um conjunto de elementos a serem considerados na constituição do gênero. Entretanto, percebe-se que os fatores discursivos têm mais peso nessa avaliação e caracterização que os linguísticos.

Marcuschi (2008) apresenta essa ideia, enfatizando que, na produção de um gênero, há uma ação de “ordem comunicativa” como uma estratégia para se alcançar um objetivo específico. Desse modo, é o propósito comunicativo que o determina e define sua “esfera de circulação”: “[...] todos os gêneros têm uma forma e uma função, bem como um estilo e um conteúdo, mas sua determinação se dá basicamente pela função e não pela forma.” (MARCUSCHI, 2008, p. 150). Por isso, segundo o autor, dominar um gênero quer dizer realizar em termos linguísticos objetivos determinados em uma situação social, e não simplesmente dominar uma forma linguística (MARCUSCHI, 2008, p. 154).

Desse modo, estabelecido o propósito inicial de comunicação, estrutura-se o texto em um gênero e em um modo de organização, organizam-se sintaticamente os enunciados, fazem-se escolhas lexicais.

2.1 Os textos em uma perspectiva de gênero

Dois fatores explicam o caráter utilitário dos gêneros, segundo Maingueneau (2004): produzir textos em gêneros é um fator de economia, já que se consolidam “modelos” para determinadas formas de comunicação, que dizem respeito a tamanho ou extensão, estrutura, linguagem etc. A manifestação por gêneros assegura a comunicação, pois atende a determinadas expectativas, o que facilita o processo de compreensão, além de deixar claros os “direitos e deveres” dos interlocutores quanto a esses protótipos. Por outro lado, a fixação de modelos permite também sua transgressão, que pode ser geradora de sentidos em algumas situações comunicativas.

Entretanto, os gêneros não são simplesmente modelos a serem seguidos. Na verdade, são atividades sociais: dizer ou fazer algo. No caso das cartas dos leitores, fica nítida essa forma de ação: expor um ponto de vista, que significa um

ato de participação social, em um sentido de contribuição reflexiva ou uma atitude sobre o assunto discutido.

Marcuschi trata dessa questão:

Já se tornou trivial a ideia de que os gêneros textuais são fenômenos históricos, profundamente vinculados à vida cultural e social. Fruto de trabalho coletivo, os gêneros contribuem para ordenar e estabilizar as atividades comunicativas do dia a dia. São entidades sócio-discursivas e formas de ação social incontornáveis em qualquer situação comunicativa (In DIONISIO, 2003, p. 19).

No gênero em estudo, fica clara a relação entre produtor e receptor do texto no que se refere às formas de atuação social. Há determinação de quem fala (com o nome divulgado ao final da carta, como é comum mesmo no gênero carta) e da pessoa com quem se fala (que podem ser os leitores de maneira geral ou mesmo a pessoa envolvida no fato ou no tema comentado). Os “direitos e deveres” correspondem, juntamente com determinados “saberes”, a papéis: o do produtor, que é participar da discussão, apresentando um ponto de vista, contribuindo para a reflexão a respeito de algo; e o do leitor, que é também participar dessa discussão, mas se informando, se conscientizando sobre o que é debatido.

Assim, há determinações que se associam a esses papéis sociais: de cidadão que faz parte de uma coletividade – por isso não são comuns cartas de cunho pessoal, retratando experiências particulares –; de cidadão que é eleitor, por isso pode reclamar, denunciar e exigir; de cidadão que tem o direito de expor uma posição política ou intelectual. Mas há limites para essas determinações. “Falar de papel é insistir no fato de que cada gênero de discurso implica os parceiros sob a ótica de uma condição determinada e não de todas as suas determinações possíveis” (MAINGUENEAU, 2004, p. 70).

Isso se relaciona diretamente com o atendimento de certas expectativas comunicacionais, como já se mencionou. Assim, por exemplo, não se espera que, no espaço das cartas no jornal, o leitor dê uma receita, ou faça uma descrição detalhada do fato discutido, ou ensine algo; também não se espera que se comente um fato exclusivamente particular de sua vida ou um ocorrido há dez anos; não é muito comum a discussão de temas que não sejam ligados ao cotidiano político, econômico ou social. Essas expectativas colaboram para facilitar a interpretação dos textos.

Como já se disse, todo gênero remete a um espaço e a um tempo legítimos. Ainda em Maingueneau (2004, p. 66): “Todo gênero de discurso implica certo lugar e certo momento. Não se trata de coerções ‘externas’, mas de algo constitutivo.” O lugar delimitado nas cartas, como já se destacou, é o país, e o tempo é o presente, normalmente tendo como período considerado a semana.

Além disso, é importante levar em conta o modo de existência material do gênero. Para Marcuschi (2008, p. 174), suporte é um “*locus* físico ou virtual com formato específico que serve de base ou ambiente de fixação do gênero materializado como texto”.

O gênero precisa de um suporte material para existir e este colabora também para a formação de seu sentido.

Um texto pode passar somente por ondas sonoras (oralidade), ter suas ondas tratadas e depois restituídas por um decodificador (rádio, telefone etc.), ser manuscrito, impresso em um único exemplar (impressora individual), figurar na memória de um computador etc. Uma modificação do suporte material de um texto modifica radicalmente um gênero de discurso: um debate político pela televisão é um gênero de discurso totalmente diferente de um debate em uma sala para um público exclusivamente formado pelos ouvintes presentes (MAINGUENEAU, 2004, p. 68).

Nesse sentido, o suporte tem uma função importante na delimitação do próprio gênero, não é neutro em sua composição. Entretanto, é discutível até que ponto essa influência pode ser determinante.

Uma observação preliminar pode ser feita a respeito da importância do suporte. Ele é imprescindível para que o gênero circule na sociedade e deve ter alguma influência na natureza do gênero suportado. Mas isso não significa que o suporte determine o gênero e sim que o gênero exige um suporte especial. Contudo, essa posição é questionável, pois há casos complexos em que o suporte determina a distinção que o gênero recebe (MARCUSCHI, 2008, p. 174).

Relacionado a esse aspecto, considera-se, neste trabalho, o gênero carta de leitor como o produto publicado no jornal. Enquanto o texto está nas mãos do produtor, ou no arquivo de seu computador, ou no material que chega pelo correio ou pela internet à redação do jornal, não pode ser considerado carta de leitor, entendida, neste caso, em seu formato final. Antes disso, o texto será uma carta, um e-mail, ou qualquer outro gênero correlato, mas não carta de leitor na forma que aparece no jornal e que compõe nosso *corpus*. Isso justifica, neste caso, o fato de considerarmos o gênero aquilo que está publicado, e não a carta “pura” enviada pelo leitor.

Isso será melhor discutido na seção 2.4 – Cartas de leitores como gênero textual argumentativo.

Por fim, levar em conta elementos da constituição do gênero – produtor, destinatário, lugar, tempo e meio – na atividade de compreensão dos textos torna a atividade de leitura mais reflexiva, porque, sendo constitutivos do ato de comunicação, tais elementos colaboram de modo significativo para a construção de sentidos. Isso será fundamental para o que trataremos no capítulo 4 – Cartas dos leitores na sala de aula.

2.2 Gênero e modo de organização

Outra distinção se faz necessária antes de tratarmos da natureza do gênero carta de leitor: a diferença entre gênero textual e modo de organização do discurso. É importante destacar, neste caso, em relação ao modo de organização, que alguns autores utilizam o termo *tipo textual*. Assim, por exemplo, considerariam a carta de leitor um gênero, com tipo textual argumentativo. Entretanto, o uso desse termo pode causar ambiguidades, considerando contextos variados. A fim de evitar isso, adotaremos o termo *modo de organização*.

Os procedimentos que consistem em utilizar determinadas categorias de língua para ordená-las em função de finalidades discursivas do ato de comunicação podem ser agrupadas em quatro *Modos de organização*: o *Enunciativo*, o *Descritivo*, o *Narrativo* e o *Argumentativo* (CHARAUDEAU, 2008, p. 74).

Para Charaudeau (2008, p. 68), os modos de organização “[...] constituem os *princípios de organização* da matéria linguística, princípios que dependem da finalidade comunicativa do sujeito falante: ENUNCIAR, DESCREVER, CONTAR, ARGUMENTAR”. Sendo assim, o propósito comunicativo definirá a escolha e a organização das estruturas linguística e textual, que se concretizarão por meio de um gênero.

Ao tratarmos das cartas, podemos dizer que os textos publicados no jornal são um gênero textual; o modo de organização predominante é o argumentativo; e o discurso está no âmbito do político-social.

De maneira geral, os textos refletem discursos por meio de gêneros textuais, constituídos em um modo de organização. Essas categorias não são independentes, estão relacionadas umas às outras.

O fato de os gêneros – e os domínios em que se enquadram – dependerem de aspectos culturais (portanto extratextuais) não significa que não haja correlação entre certos domínios e gêneros, por um lado, e determinados modos de organização, por outro e, embora o que os modos tenham de essencial e típico sejam traços de natureza intratextual, existe uma correlação entre eles e determinadas *situações comunicativas* propensas a fazê-los aparecer, isto é, modos, gêneros e domínios se inter-relacionam, como não podia deixar de ser (OLIVEIRA, 2007a, p. 82).

De acordo com o exposto pelo autor, pode-se perceber que há relativa dependência entre essas categorias. Em algumas situações, umas acabam determinando outras e sendo determinantes para a construção dos sentidos, de acordo com as intenções comunicativas.

2.3 Gênero e argumentação

Retomando, considera-se gênero textual uma entidade comunicativa com predomínio de aspectos como funções, ações e conteúdos, e não meramente como entidades formais. Em vista disso, as cartas dos leitores são um gênero textual específico gerado a partir de determinadas condições sociais e culturais. Quem escreve ao jornal parte de uma situação problemática noticiada recentemente, tem o objetivo de expor seu posicionamento a respeito do tema (defendendo uma tese), agindo na sociedade – reclamando, sugerindo, reivindicando etc. Assim, há uma tendência para esse gênero ser elaborado normalmente no modo argumentativo, atendendo àquelas condições já explicadas no capítulo 1.

Os elementos próprios de composição dos gêneros textuais são levados em conta evidentemente na elaboração de textos, considerando a intenção comunicativa do enunciador em relação a seu destinatário. Além disso, aspectos como tempo, espaço e veículo são componentes importantes na argumentação também. Se, nesse modo de organização, o objetivo está em conseguir a adesão do destinatário, a composição do gênero deve ser pensada em termos de condições favoráveis a isso.

Portanto, o texto argumentativo carta de leitor é elaborado considerando o limite de tempo e o espaço disponível no veículo. Isso é determinante na escolha dos argumentos e das ideias, assim como em sua organização.

2.4 Carta de leitor como gênero textual argumentativo

As cartas de leitores que compõem nosso *corpus* são situadas na parte do jornal em que se publicam textos de opinião: o editorial do jornal, artigos de intelectuais e autoridades, crônicas de escritores, buscando assim um “cenário de democracia”, em que conviveriam diferentes pontos de vista, de variados participantes, muitas vezes sobre um mesmo tema.

A carta de leitor é uma carta aberta dirigida a destinatários desconhecidos. Ela é veiculada através dos meios de comunicação escrita, de circulação ampla e restrita, tem caráter público, cumprindo importante função social na medida em que possibilita o intercâmbio de informações, ideias, opiniões entre diferentes pessoas de um determinado grupo (PASSOS In DIONISIO; BESERRA, 2003, p. 81).

As cartas dos leitores são disponibilizadas ao público, perdendo seu caráter de privacidade e pessoalidade, aspectos da carta pessoal comum. Nessas cartas, de modo geral, nota-se um propósito argumentativo, já que o leitor que escreve tem o intuito de apresentar sua opinião, em contraposição a outras.

Considerando seu formato geral, outros aspectos a diferenciam da carta propriamente dita, tais como: não há identificação de cidade e data no alto do texto; o texto pode apresentar ou não um título; não há indicação de destinatário; ao final, além do nome do autor, vêm as informações sobre a cidade de quem escreveu e a data de origem. Quanto à estruturação, os textos não são divididos em parágrafos.

Outro elemento diferenciador é que, na carta de leitor, há prioritariamente a exposição de uma opinião sobre um tema – argumentação –, como já dito; já na carta comum, a modalidade argumentativa não é prioritária, podendo ser composta por descrição e narração em modalidades predominantes e podendo abarcar vários temas em um único texto.

As cartas dos leitores atendem às condições específicas para a argumentação: uma proposta suscetível de questionamentos, um argumentador e

um sujeito-alvo. No mais, apresentam também em sua estrutura geral, como será tratado no capítulo 3, um tema (que reflete uma problemática), uma tese e argumentos.

Como o que se considera neste trabalho como gênero é o material impresso no jornal e não o enviado pelo leitor, pode-se concluir que o próprio jornal estabelece os limites de espaço e os ajustes linguísticos, participando, assim, como co-produtor do texto, em certa medida, já que seleciona e edita as informações, preocupando-se com o tamanho, o formato e a linguagem dos textos, de acordo com nota explicativa publicada pelo próprio jornal ao final da página onde se encontram as cartas. Além disso, o jornal não deixa as marcas da intervenção. Não sabemos onde foram feitos os cortes ou os ajustes no texto.

O jornal participa da construção do produto final (o texto publicado) fazendo cortes e atribuindo títulos, por exemplo, sem consultar o produtor da carta, que não sabe se seu texto sairá ou não no jornal até a publicação em si. Mostra-se, assim, a assimetria do processo de interação produtor/jornal. É o jornal que supervisiona e coordena os diálogos entre os leitores. Isso faz parte das condições estabelecidas nesse processo de comunicação.

3 ESTRUTURA E LINGUAGEM DAS CARTAS DOS LEITORES

3.1 Descrição do *corpus*, critérios e esclarecimentos sobre a análise

O *corpus* analisado neste trabalho constitui um conjunto de 74 cartas de leitores retiradas da seção Opinião, do primeiro caderno, do jornal *O Globo*, em seu formato impresso.

Quanto à seleção dos textos, adotaram-se dois critérios básicos: o primeiro é relacionado ao tamanho do texto; o segundo, a grupos de assuntos.

No que diz respeito ao tamanho, deu-se preferência às cartas que apresentassem uma unidade temática, com um desenvolvimento de ideias. Nesse sentido, foram evitados textos muito curtos, que se apresentassem com a estrutura de um parágrafo simples, sem um desdobramento de ideias, em que o autor expusesse apenas um pequeno parecer sobre algo. Normalmente, esses textos menores apresentavam menos de seis linhas, o que correspondia à minoria das cartas publicadas no jornal.

No que se refere aos conteúdos, foram selecionadas, de preferência, cartas que pertencessem a grupos de assuntos. O próprio jornal apresenta esses agrupamentos, em que se tratam assuntos em comum, algumas vezes sob pontos de vista diferenciados. A cada conjunto de cartas é dado um título, conferido pelo próprio jornal.

Apresentam-se, a seguir, os agrupamentos de assuntos selecionados, com o número de cartas de cada grupo, com base na divisão feita e nos títulos dados pelo jornal.

1. Eca x impunidade – 2 cartas.
2. Nossos políticos – 3 cartas + 4 cartas (total = 7 cartas).¹¹
3. Currais eleitorais – 1 carta.

¹¹ Os grupos são apresentados em quantidades separadas porque o jornal os publicou em dias diferentes, porém com o mesmo título. A mesma justificativa se aplica aos outros casos.

4. Eleições 2008 – 4 cartas + 4 cartas + 2 cartas + 4 cartas + 4 cartas (total = 18 cartas).
5. Decisões do STF – 2 cartas.
6. Nossos atletas – 4 cartas.
7. Uso de algemas – 2 cartas.
8. A nova geografia – 4 cartas.
9. Fichas-sujas – 2 cartas.
10. Promessas vazias – 2 cartas.
11. Crise na Bolívia – 4 cartas.
12. Eleições livres – 2 cartas.
13. Horário dos políticos – 4 cartas.
14. Políticos prometem – 2 cartas.
15. Novas profecias – 2 cartas.
16. Financiar campanha – 2 cartas.
17. Médicos faltosos – 6 cartas.
18. Crise mundial – 2 cartas + 2 cartas + 4 cartas (total = 8 cartas).

O período de seleção dos textos foi de 27 de julho de 2008 a 19 de outubro de 2008, coletados das publicações de sábados e domingos.

A seguir, são listados os grupos de textos escolhidos por data. Essa seleção não seguiu rigorosamente uma sequência ininterrupta de sábados e domingos.

- 27 de julho (domingo) – 4 cartas.
- 03 de agosto (domingo) – 2 cartas.
- 09 de agosto (sábado) – 2 cartas.
- 10 de agosto (domingo) – 4 cartas.
- 16 de agosto (sábado) – 2 cartas.
- 17 de agosto (domingo) – 4 cartas.
- 23 de agosto (sábado) – 2 cartas.
- 30 de agosto (sábado) – 4 cartas.
- 31 de agosto (domingo) – 4 cartas.
- 06 de setembro (sábado) – 2 cartas.
- 07 de setembro (domingo) – 2 cartas.
- 13 de setembro (sábado) – 4 cartas.
- 14 de setembro (domingo) – 6 cartas.

- 20 de setembro (sábado) – 2 cartas.
- 21 de setembro (domingo) – 4 cartas.
- 27 de setembro (sábado) – 6 cartas.
- 28 de setembro (domingo) – 4 cartas.
- 05 de outubro (domingo) – 2 cartas.
- 12 de outubro (domingo) – 2 cartas.
- 18 de outubro (sábado) – 4 cartas.
- 19 de outubro (domingo) – 8 cartas.

Na organização do material para estudo, rearranjaram-se os textos em novos grupos de assunto, renomeando esses conjuntos e definindo também siglas para facilitar a identificação, que foram convencionadas da seguinte forma:

1. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – 2 cartas;
2. Política (POL) – 16 cartas;
3. Eleições 2008 (ELE) – 24 cartas;
4. Supremo Tribunal Federal (STF) – 4 cartas;
5. Olimpíadas 2008 (OLI) – 4 cartas;
6. Petróleo: *Royalties* (PET) – 4 cartas;
7. Bolívia: Crise (BOL) – 4 cartas;
8. Economia (ECO) – 10 cartas;
9. Médicos Faltosos no Serviço Público do RJ (MED) – 6 cartas.

No total, foram organizados 9 grupos de assuntos. Como pode ser notado na lista, há um predomínio de assuntos ligados direta ou indiretamente ao universo sociopolítico.

Em relação ao jornal utilizado, é preciso esclarecer que o objetivo não foi traçar um perfil comparativo do gênero carta de leitor em diferentes jornais ou revistas, o que se pode revelar um tema de estudo muito interessante, porém específico, de outra natureza. O objetivo principal foi estudar a argumentação no gênero, tomado de forma geral e representativa. Por isso, a opção por apenas um jornal (neste caso, sem um critério ideológico ou político especial) não prejudica o estudo em questão.

Cabe salientar também que a análise feita nas cartas foca a estrutura do texto e as relações entre as ideias, com base em critérios semânticos, pragmáticos e

sintáticos, e nunca o valor do conteúdo ou da opinião apresentados pelo autor, com julgamentos pessoais em relação ao aspecto ideológico.

No que se refere aos objetivos traçados para a análise do *corpus*, procuramos verificar:

a) a estrutura textual geral das cartas, que compõe seu caráter argumentativo, no que diz respeito à apresentação do tema e à defesa de um ponto de vista, destacando tese e argumentos;

b) a linguagem utilizada nesses textos, com atenção a aspectos referentes à polifonia.

3.2 Aspectos da estrutura textual

Além de atender àquelas primeiras condições para a argumentação – apresentar uma proposta polêmica, um argumentador e um público-alvo –, as cartas apresentam a estrutura própria do texto argumentativo, com problemática (ou tema), tese e argumentos.

3.2.1 Função e tema

No trabalho de análise com o material do *corpus*, partimos de uma leitura geral, considerando o texto de forma global, para um estudo das especificidades, levando em conta aspectos mais particulares de organização e estruturação das cartas, abordados mais detalhadamente nas próximas seções.

Assim sendo, em primeiro lugar, foi depreendido o propósito comunicativo, que se relaciona à função do texto, a que tipo de ação ou atuação se refere – reclamar, criticar, parabenizar etc. –, atrelada, evidentemente, a uma intenção de convencimento ou persuasão a respeito do ponto de vista defendido.

Foi destacado também, nessa etapa, o tema discutido em cada texto, que, nas cartas, se associa a uma problemática, com uma perspectiva polêmica, suscitando diferentes posicionamentos, ou vozes.

Resumindo, os primeiros pontos de observação foram:

a) O texto se propõe a quê? (Propósito/função: criticar, questionar, elogiar, parabenizar etc.);

b) O texto trata de quê? (Tema/problemática).

A seguir, temos um exemplo com a carta ECA01:

ECA01

Está sendo comemorado o 18º aniversário do Estatuto da Criança e do Adolescente, citado como um marco de proteção contra a violência praticada por adultos. Todavia, o que dizer da violência cometida por adolescentes de 12 a 17 anos, matando, assaltando e agredindo sobretudo idosos, em ruas, sinais de trânsito e parques da cidade? Amparados por uma legislação penal anacrônica, eles praticam toda sorte de violência contra pessoas indefesas. A maioridade penal brasileira somente aos 18 anos é hoje muito mais um estímulo do que um freio à criminalidade de jovens. Muitos deles são reincidentes. Urge acordar para a realidade que estamos vivendo.

O tema delimitado no texto é “Violência cometida por adolescentes, amparados pelo ECA”. O tema normalmente não vem explícito no texto, podendo ser depreendido deste e transcrito na forma de um sintagma nominal (OLIVEIRA, 2000, p. 177).

A temática destacada no exemplo anterior levanta uma polêmica na carta. Uma voz representativa, vinda do meio jornalístico ou social, estaria exaltando o ECA em pleno aniversário de 18 anos, no trecho “citado como um marco de proteção contra a violência praticada por adultos”. O próprio termo *citado* transparece a não concordância do produtor do texto com a ideia. Por essa voz de fora, o ECA é considerado um marco positivo, que demonstra uma mudança de situação ruim anterior para uma melhor.

Outra voz, do enunciador com quem concorda o locutor, se mostra contrária, pelo menos parcialmente, a essa ideia, na medida em que o ECA não contribuiu, em seu ponto de vista, para diminuição da violência social, no que diz respeito à praticada por adolescentes. Essa voz é introduzida pelo conectivo *todavia*, iniciando o desenvolvimento da problemática – “Todavia, o que dizer da violência cometida por adolescentes de 12 a 17 anos, matando, assaltando e agredindo sobretudo idosos, em ruas, sinais de trânsito e parques da cidade? Amparados por uma legislação penal anacrônica, eles praticam toda sorte de violência contra pessoas indefesas”.

Nesse exemplo, o autor critica a impunidade em relação à violência cometida por adolescentes, amparados pelo ECA. Essa é a função geral do texto,

que se associa à intenção de convencer seu destinatário de que “A maioria penal brasileira somente aos 18 anos é hoje muito mais um estímulo do que um freio à criminalidade de jovens”. Essa é a opinião do enunciador, da qual se pode subentender uma proposta de solução implícita, que é: Para diminuir a criminalidade de jovens, é preciso diminuir a maioria penal brasileira. Portanto, a partir do questionamento levantado, o autor opina ou sugere uma solução. Essa interpretação é baseada em conhecimento de mundo e no contexto de discussão do assunto.

Dos 74 textos constantes do *corpus*, no que diz respeito à função, temos os seguintes resultados:

- em 67 (90,5%), a função é criticar, reclamar ou protestar;
- em 4 (5,4%), a função é comentar de uma forma mais ponderada o tema, destacando pontos positivos e negativos;
- em 1 (1,3%), o autor quer contestar uma declaração feita;
- em 1 (1,3%), busca-se defender uma autoridade;
- e, em 1 (1,3%), estabelece-se uma comparação.

Por esses quantitativos, pode-se concluir que a função principal das cartas dos leitores, nesse contexto, é criticar, é reclamar sobre um problema, no caso noticiado pelo próprio jornal. A função discriminada para cada texto do *corpus* encontra-se no Apêndice, ao final deste trabalho.

3.2.2 Tese e argumentos

Após essa fase inicial de leitura, em que foram destacados função e tema de cada texto, partiu-se para o desmembramento das ideias, em sua estrutura geral no gênero. Separamos os segmentos e analisamos as relações de sentido entre eles, com a finalidade de destacar tese e argumentos. Para isso, considera-se que a tese é a ideia defendida e os argumentos são os legitimadores dessa ideia.

Antes de apresentar exemplos dessa análise, cabe um esclarecimento quanto às concepções de frase, enunciado e segmento, no que diz respeito às partes desmembradas dos textos em estudo.

Em uma distinção básica, considera-se frase “uma estrutura abstrata, ou seja, algo absolutamente diferente de uma sequência de palavras escritas” (DUCROT In GUIMARÃES, 1989, p. 13-14), enquanto “enunciado é um segmento de discurso”, com um lugar e uma data, um produtor e um ouvinte, é um fenômeno empírico (DUCROT In GUIMARÃES, 1989, p. 13.). Com base nisso, pode-se complementar que a frase é uma unidade teórica que determina instruções, “senhas”, para decodificar o sentido dos enunciados.

Portanto, os trechos destacados nas cartas de leitores se referem a enunciados, e não a frases. Entretanto, essa não é uma delimitação rigorosa do ponto de vista teórico, pois o objetivo era separar as partes constitutivas da estrutura textual das cartas. Por isso, adotamos preferencialmente o termo *segmento* para os trechos analisados do *corpus*, que se referem aos elementos constitutivos da estrutura geral do texto.

Para apresentar com mais clareza a constituição da estrutura argumentativa dessa produção textual, segue um exemplo com a carta POL04.

POL04

As milícias ou os traficantes, através das “associações” e dos respectivos “líderes” comunitários, ao cercearem a campanha de candidatos nas comunidades sob seu controle invalidam o processo democrático das eleições nas seções em que se fazem representar como eleitores. Ao serem constatadas essas ações que prejudicam diretamente os resultados dessas urnas, cabe ao TRE suspender, impedir ou anular a votação nessas seções como garantia da manutenção do princípio democrático da igualdade de oportunidade a todos os candidatos e a lisura e a correção do processo da eleição como um todo.

Nesse exemplo, o autor pretende, como função comunicativa, criticar uma situação problemática, que se configura no seguinte tema: “Cerceamento do processo eleitoral em comunidades sob o controle de milícias ou traficantes”.

Segmentando as ideias, pode-se separar a estrutura da carta em três partes:

* A *primeira* traz à tona a problemática em si: “As milícias ou os traficantes, através das ‘associações’ e dos respectivos ‘líderes’ comunitários, ao cercearem a campanha de candidatos nas comunidades sob seu controle invalidam o processo democrático das eleições nas seções em que se fazem representar como eleitores”. Na apresentação da problemática (tema), já se emite, conjuntamente, um ponto de vista sobre a situação: “invalidam o processo democrático das eleições nas seções em que se fazem representar como eleitores”.

* A *segunda* apresenta uma sugestão de ação e de solução para o problema: “Ao serem constatadas essas ações que prejudicam diretamente os

resultados dessas urnas, cabe ao TRE suspender, impedir ou anular a votação nessas seções”.

* E a *terceira* expõe uma justifica para a sugestão apresentada: “como garantia da manutenção do princípio democrático da igualdade de oportunidade a todos os candidatos e a lisura e a correção do processo da eleição como um todo”.

A partir disso, separando as partes e reescrevendo-as em esquema – com vista a uma análise mais objetiva –, identificou-se por uma letra cada segmento e buscou-se depreender as relações de sentido entre as partes. Recuperando o que foi tratado no capítulo 1, na seção 1.10, consideram-se relações básicas no texto argumentativo: conclusão, explicação, concessão e adversidade.

É importante lembrar que a relação de sentido não é estabelecida exclusivamente pela presença do conectivo. Assim, na segmentação do texto, manteve-se o conectivo utilizado no texto; porém, no caso de ausência de conectivo, inserimos no esquema, entre colchetes, o conectivo representativo da relação de sentido estabelecida entre os segmentos. Em relação ao exemplo anterior, temos:

Segmentos:

A – Milícias ou traficantes, ao cercearem eleições em comunidades, invalidam o processo eleitoral.

B – [portanto] o TRE deve suspender, impedir ou anular a votação nessas seções

C – [porque] deve-se garantir a manutenção do princípio democrático de igualdade de oportunidades e a lisura e a correção do processo.

Nas relações de sentido do texto, entende-se que há um problema (A), já destacado, e há um posicionamento defendido, com uma proposta de solução e de ação (B) para o problema. Esse posicionamento é justificado por um argumento (C) e por (A).

Em um esquema linear com base nessa análise, temos:

A [portanto] B [porque] C

Com base no conceito de orientação argumentativa, representamos a sequência anterior em um esquema, substituindo os conectivos de conclusão e de explicação por setas, para simbolizar essa orientação. Esse novo tipo de esquema permite também uma melhor visualização da organização da estrutura do texto.

A explicação foi representada pela seta \leftarrow (apontando para a esquerda), e a conclusão pela seta \rightarrow (apontando para a direita). Basicamente, a tese é o segmento mais apontado por setas – estas indicam, simbolicamente na análise, a orientação argumentativa dos segmentos: os argumentos são orientados para a tese ou as subteses. Sendo assim, temos como novo esquema do exemplo POL04:

$$A \rightarrow \mathbf{B} \leftarrow C$$

A e C orientam-se argumentativamente para B, a tese do texto.

Após essa análise em esquema, apresentamos uma síntese desses segmentos, reescrevendo as ideias básicas, em uma estrutura textual mais simples (um parágrafo) de: “tese + argumentos”, nesta ordem. O objetivo, com isso, é verificar se a relação de sentido é válida do ponto de vista da coerência argumentativa, conforme citado no capítulo 1.

Seja uma sequência de enunciados {E1, E2}. Essa sequência é argumentativa se podemos parafraseá-la por pelo menos um ou vários dos enunciados seguintes “E1 apóia, sustenta, motiva, justifica... E2”; “E1, portanto, donde... E2”; “E2, visto que, sendo dado que... E1” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004, p. 53).

Com base nisso, temos a síntese elaborada a partir da análise do texto anterior.

Síntese:

Cabe ao TRE suspender, impedir ou anular a votação nas seções com irregularidades, porque há cerceamento de eleições por milícias ou traficantes em algumas comunidades, o que invalida o processo eleitoral, pois se deve garantir a manutenção do princípio democrático de igualdade de oportunidades e a lisura e a correção do processo.

Como é possível verificar, com base na relação tese + argumento(s), o segmento em itálico (tese) pode ser seguido por suas justificativas (argumentos), mantendo-se a coesão e a coerência entre as ideias. Testam-se, dessa forma, as relações de sentido depreendidas na análise.

No processo argumentativo, determinado argumento ainda pode ser contestado. Nesse caso, o próprio precisa ser defendido. Adquirindo *status* de tese, passa a ser justificado por subargumentos, em relação à tese inicial. Essa estrutura pode ser representada na forma de um esquema de hierarquias de teses no corpo do texto, em que um segmento pode funcionar ao mesmo tempo como tese para um

enunciado e como argumento para outro. Isso pode ser verificado no seguinte exemplo:

POL01

Definitivamente, nosso país não é um país sério. Que lei é esta que permite que uma pessoa com ficha suja possa se candidatar a um cargo público, como vereador ou deputado? Afinal, eles não são representantes do povo? A intenção só pode ser a de se locupletar, por meio de caminhos sórdidos... Penso que toda a sociedade deveria se mobilizar, começando por intelectuais e artistas, pessoas influentes na vida pública, para que toda essa sujeira fosse varrida da nossa sociedade. Acorda, meu povo. Por muito menos os argentinos fazem panelaço em praça pública!

Apresentando os segmentos de ideias, de forma resumida, temos:

Segmentos:

A – País não é sério

B – [porque] permite que fichas-sujas se candidatem a cargos públicos; a intenção deve ser se locupletar por caminhos sórdidos

C – [portanto] a sociedade deveria se mobilizar para varrer a sujeira da sociedade; acorda, meu povo

D – [porque] por muito menos os argentinos fazem panelaço em praça pública

Seguindo a ordem das ideias expostas no texto, apresenta-se o seguinte esquema, que chamaremos de *organização linear*, porque segue estritamente a sequência apresentada na carta, da forma como se materializa no texto.

Organização linear. A [porque] B [portanto] C [porque] D

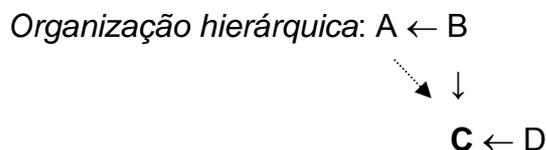
Entretanto, é possível reorganizar os segmentos que fazem parte da estrutura do texto, como demonstrado em exemplo anterior (POL04), considerando as relações de sentido estabelecidas entre eles.

A partir disso, entende-se que B é argumento para A, pois representa o motivo que justifica a ideia de que o país não é sério. Observe-se que o segmento A é a problemática levantada no texto, ao mesmo tempo em que desempenha papel de tese (subtese na estrutura geral) para o segmento B.

Esse primeiro bloco ou encadeamento de ideias, que expõe um contexto problemático ou crítico – composto por uma tese e um argumento – orienta-se para uma opinião ou sugestão de solução, exposta em C: “Penso que toda a sociedade

deveria se mobilizar, começando por intelectuais e artistas, pessoas influentes na vida pública, para que toda essa sujeira fosse varrida da nossa sociedade”. Assim A é subtese, no primeiro bloco, mas também funciona como argumento para C. Complementando essa ideia de C, como reforço, vem uma proposta em “Acorda, meu povo”, fundamentada pelo exemplo dos argentinos, que, no caso, têm grande mobilização (D), no dizer do autor. Sendo assim, C é a tese principal do texto.

Podemos, então, apreender a nova estrutura do texto, que nomeamos de *organização hierárquica*, em uma forma de representação mais abstrata, considerando mais aproximadamente as relações lógicas.



A é subtese no texto e funciona, de modo simultâneo, como argumento para C, que é a tese principal.

3.2.3 – Tema e tese

Como exposto no capítulo 1, na seção 1.5, a relação estabelecida no texto argumentativo que se organiza em termos de problema e solução é que o primeiro, normalmente, se refere ao tema e o segundo, à tese, levando em conta a estrutura geral do texto.

Nas cartas de leitores, justifica-se essa relação por conta das questões discutidas, que se reportam a problemas ou situações polêmicas sociais ou políticas, noticiados pelo jornal. O autor tem como motivação a necessidade de se manifestar, de mostrar seu posicionamento e/ou sua sugestão a respeito de temas que influenciam sua vida em sociedade.

Essa sugestão pode se apresentar de forma explícita:

1) com a ação proposta como possibilidade, com o verbo no futuro do pretérito do indicativo, com valor de “conselho”, “dica”, orientação a ser seguida, sugestão;

Exemplos:

a) “Toda a sociedade *deveria se mobilizar* para que toda essa sujeira fosse varrida da nossa sociedade” (POL01).

b) “O financiamento da campanha para cargos no Executivo e no Legislativo *deveria ser feito* com recursos públicos” (POL11)

c) “A Justiça Eleitoral *deveria voltar-se* para informar os eleitores, de forma sucinta e inteligente, que pendências judiciais existem à conta de cada candidato” (ELE15).

2) com a ação proposta de forma incisiva, com verbo no presente do indicativo;

Exemplos:

d) “*Cabe* ao eleitor fazer valer os seus direitos e não permitir que os desonestos voltem a atuar na política deste país” (POL03).

e) “*Cabe* ao TRE suspender, impedir ou anular a votação em algumas seções” (POL04)

f) “*Não basta* impugnar somente os fichas-sujas; *temos* que extirpar os mentirosos, os que prometem e não cumprem e os que aparecem para curtir com a nossa cara, dando um fim ao deboche eleitoral” (ELE10)

3) com uso de palavras ou expressões que denotem claramente o valor de solução ou sugestão apresentado pelo argumentador;

Exemplos:

g) “A *solução* é estabelecer que detentores de cargos eletivos estejam impossibilitados às vantagens e/ou privilégios político-fisiológicos fora desses cargos, a menos que renunciem ao mandato” (POL14).

h) “*Sugiro* que, daqui para a frente, a fim de facilitar o eleitor, a imprensa passe a publicar a lista de candidatos que ainda têm a ficha limpa” (ELE08).

i) “Apresento *sugestão* mais digna ao Senado: juntar todos os *royalties* e distribuí-los pelos municípios proporcionalmente ao número de eleitores brasileiros” (PET02).

A proposta de solução do argumentador também pode vir implícita, devendo ser depreendida do texto pelo *topos* e pelo contexto apresentados.

Exemplos:

j) “Nenhum dos candidatos aprofunda as discussões sobre o tema [militância no regime militar], preferindo romancear suas atividades e evitando

abordar, por exemplo, indícios de traição” (POL16) – Sugestão implícita: os candidatos deveriam aprofundar as discussões sobre o tema.

k) “Enquanto não pensarmos em educação como solução, este país democrático de analfabetos será um caos” (ELE01) – Sugestão implícita: devemos pensar em educação como solução.

Entretanto, a tese pode apresentar somente uma opinião do autor sobre o tema, sem propor soluções.

Por exemplo:

l) “Querem que continuemos a votar às cegas” (POL02).

m) “A falta de caráter dos políticos em nosso país envergonha a juventude na hora de votar” (ELE04).

n) “O governador Cabral erra ao chamar os médicos de vagabundos” (MED05).

Das 74 cartas estudadas, em 31 (41,9%) aparece, de forma explícita, a proposta de solução na tese, em 9 (12,1%) a solução está implícita – totalizando nos dois casos 40 propostas de solução na tese (54%) –; e em 34 (46%) há apenas a manifestação de uma opinião sobre a problemática. Na tabela 1, logo a seguir, foi adicionada informação, ao lado das teses destacadas, para os segmentos que se referiam a uma proposta de solução ou ação para o problema exposto no tema.

Apresentamos, em seguida, na tabela, o tema e a tese de cada carta. Em relação às teses, estão entre aspas as que aparecem explicitamente nos textos, na forma concreta do enunciado. Para os casos de tese implícita ou fragmentada ou diluída, sobre as quais trataremos mais adiante, ainda nesta subseção, elaboramos um enunciado que traduzisse essa ideia principal.

Tabela 1: Temas e teses das cartas de leitores selecionadas.

	TEMA (problemática)	TESE (ideia a ser defendida ou proposta de solução)
ECA01	Violência cometida por adolescentes, amparados pelo ECA.	“A maioria penal brasileira somente aos 18 anos é hoje muito mais um estímulo que um freio à criminalidade de jovens.” (Solução implícita: A maioria penal

	TEMA (problemática)	TESE (ideia a ser defendida ou proposta de solução)
		deveria ser diminuída)
ECA02	Problema dos lavadores de para-brisas em sinal.	“Para os que já se esqueceram, o problema pode ser coibido sim.”
POL01	Candidatura, com permissão da lei, de políticos com ficha suja.	“Penso que toda a sociedade deveria se mobilizar [...], para que toda essa sujeira [candidatos ficha-suja] fosse varrida da nossa sociedade.” (Solução)
POL02	Falta de transparência no processo eleitoral com as urnas eletrônicas.	“querem mesmo que continuemos a votar às cegas”
POL03	Decisão da Justiça Eleitoral em permitir candidatura de fichas-sujas.	“cabe ao eleitor fazer valer os seus direitos e não permitir que os desonestos voltem a atuar na política deste país.” (Solução)
POL04	Cerceamento do processo eleitoral em comunidades sob o controle de milícias ou traficantes.	“[...] cabe ao TRE suspender, impedir ou anular a votação nessas seções [...]” (Solução)
POL05	Liberação de candidatura de políticos acusados ou já condenados por homicídio.	“Nós, cidadãos do Rio, não podemos permitir que criminosos assumam o governo da cidade [...]” (Solução implícita: a população deve agir)
POL06	Candidatura de políticos com ficha suja.	Se não é possível impedir a candidatura dos chamados fichas-sujas, o TSE deveria acrescentar no questionário a declaração da outrora conhecida como folha corrida. (Solução)
POL07	Promessas de campanha que	Alguns candidatos à prefeitura do

	TEMA (problemática)	TESE (ideia a ser defendida ou proposta de solução)
	não podem ser cumpridas por candidatos à prefeitura do Rio.	Rio devem prestar mais atenção quando fizerem suas promessas de campanha, apresentando planos para melhorar o ensino e humanizar mais o atendimento nos hospitais. (Solução)
POL08	Declaração do coronel Jardim sobre críticas sofridas e esclarecimento de posicionamento [Chico Alencar] sobre atuação da prefeitura em relação a políticas de segurança pública.	“Seria mais útil aos leitores o coronel Jardim [...] explicar por que considera a política de segurança do governo estadual de imensa letalidade e tão pouco eficaz, em vez de reiterar as óbvias limitações constitucionais do poder municipal sobre as ações dos policiais.” (Solução)
POL09	Falta de coerência e seriedade em relação a promessas de candidatos em campanha.	“Sou a favor da manutenção de vereadores que têm trabalho social sério [...]” (Solução implícita: deveriam ser mantidos os vereadores que têm trabalho social sério)
POL10	Valorização da política paternalista.	“Devemos dar o exemplo antes de cobrar qualquer atitude.” (Solução)
POL11	Jogo de interesses no financiamento de campanhas aos Executivo e Legislativo.	“O financiamento da campanha para cargos no Executivo e no Legislativo deveria ser feito com recursos públicos.” (Solução)
POL12	Financiamento de campanha por doações de particulares.	Não é possível levar esse país a sério.
POL13	Campanha de políticos em relação às favelas em época de	“Sanear as favelas, desmotivar a favelização e criar programas

	TEMA (problemática)	TESE (ideia a ser defendida ou proposta de solução)
	eleições.	habitacionais [...] não estão nas metas dos políticos.”
POL14	Não cumprimento de mandatos políticos em época de candidaturas em eleições.	“Solução? Estabelecer que detentores de cargos eletivos estejam impossibilitados às vantagens e/ou privilégios político-filosóficos fora desses cargos, a menos que renunciem ao mandato.” (Solução)
POL15	Quadro desolador da cidade no contexto das eleições.	“É fundamental uma reviravolta, no Legislativo e na prefeitura, se é que se deseja reverter o quadro de desolação da cidade [...].” (Solução)
POL16	Campanha de políticos em época de eleições com uso de histórico de militância contra o regime militar.	“[...] nenhum deles [candidatos] aprofunda as discussões sobre o tema [militância no regime militar], preferindo romancear suas atividades e evitando abordar, por exemplo, indícios de traição [...].” (Solução implícita: os candidatos deveriam aprofundar as discussões sobre o tema)
ELE01	Falta de lucidez e clareza para escolha de candidatos nas eleições.	“Enquanto não pensarmos em educação como solução, este país democrático de analfabetos será um caos.” (Solução implícita: devemos pensar em educação como solução)
ELE02	Situação de determinados bairros onde o candidato é imposto sob pena de	“Para que o eleitor possa exercer o seu direito e dever de votar livre e espontaneamente, o candidato

	TEMA (problemática)	TESE (ideia a ser defendida ou proposta de solução)
	“castigos”.	imposto tem que ser impugnado.” (Solução)
ELE03	Quadro político em processo de eleição.	“O quadro que se nos afigura sobre as eleições não é salutar.”
ELE04	Diminuição do percentual de eleitores jovens.	“A falta de caráter dos políticos em nosso país envergonha a juventude na hora de votar.”
ELE05	O processo de eleição a cada dois anos.	“Acho que o povo merece que se faça um debate para se eleger no mesmo ano todos os políticos [...].” (Solução implícita: deveria ser feito um debate)
ELE06	Poluição visual e falta de fiscalização com material de campanha de políticos.	“Nada contra as eleições. Apenas sou contra a poluição visual e a falta de fiscalização que me obriga a conviver com essa cena [cartazes de políticos] todos os dias [...].” (Solução implícita: deveria haver fiscalização)
ELE07	Lei que permite candidatos ficha-suja.	“[...] a lei há de ser também reavaliada.” (Solução)
ELE08	Aumento progressivo da lista de políticos e candidatos com fichas sujas publicadas na imprensa.	“Sugiro que, daqui para a frente, a fim de facilitar o eleitor, a imprensa passe a publicar a lista de candidatos que [...] ainda têm a ficha limpa.” (Solução)
ELE09	Aceite de inscrição do candidato no TRE pelo apelido em vez do nome.	O TRE não deveria aceitar que o candidato desse o apelido e não o nome na inscrição de sua candidatura. (Solução)
ELE10	Falta de seriedade na	“Não basta impugnar somente os

	TEMA (problemática)	TESE (ideia a ser defendida ou proposta de solução)
	propaganda eleitoral e de ética na política.	fichas-sujas; temos que extirpar os mentirosos, os que prometem e não cumprem e os que aparecem para curtir com a nossa cara”, dando um fim ao deboche eleitoral. (Solução)
ELE11	Falta de segurança nas eleições, com denúncia de manipulação de votos.	Seria mais fácil impugnar a candidatura destes elementos [políticos com apoio de milícias e traficantes]. (Solução)
ELE12	Atuação ruim de candidatos e políticos, que não realizam projetos atrasados.	“O Brasil e as suas cidades precisam de soluções, de prática e de urgência na implantação de projetos que estão aí há 20 anos nas gavetas [...]” (Solução)
ELE13	Segurança questionável das urnas eletrônicas.	“As urnas eletrônicas nunca foram seguras.”
ELE14	Conteúdo e nível da campanha eleitoral.	“São lamentáveis o conteúdo da propaganda e o nível dos candidatos.”
ELE15	Falta de objetividade na campanha eleitoral.	“Cidadãos, acordem! Valorizem seu voto ou pagarão indefinidamente pelas consequências que ora vivenciamos.” (Solução)
ELE16	A propaganda da Justiça Eleitoral de conscientização sobre o voto.	A Justiça Eleitoral “deveria voltar-se para informar os eleitores, de forma sucinta e inteligente, que pendências judiciais existem à conta de cada candidato”. (Solução)
ELE17	Candidaturas à prefeitura do Rio de Janeiro nas eleições em 2008.	Eduardo Paes é bom candidato à prefeitura do Rio e Gabeira não é bom candidato.

	TEMA (problemática)	TESE (ideia a ser defendida ou proposta de solução)
ELE18	Nível da campanha 2008 para prefeito do Rio de Janeiro.	“Acho o sr. Fernando Gabeira irretocável, votei nele no primeiro turno, mas votarei com toda a convicção no Eduardo Paes nesse segundo turno.”
ELE19	Discurso que defende que haverá maior liberação de verbas no apoio a Paes para prefeito do Rio, com a integração entre governos.	O discurso que diz que a integração entre governos traz mais verbas para a cidade é uma “vergonha, discriminação, ameaça”.
ELE20	Discurso que defende que haverá maior harmonia entre governos no apoio a Paes para prefeito do Rio.	“É um absurdo que numa democracia tenhamos de assistir ao presidente da República declarando seu apoio a um determinado candidato e induzindo a população a votar em seu protegido, alegando que só assim haverá harmonia entre os governos.”
ELE21	Postura dos candidatos nas eleições 2008 para prefeito do Rio de Janeiro.	“A menos que definam com clareza o que vão fazer para extirpar esses cancros da vida carioca [...], nenhum dos dois [Paes ou Gabeira] merece o meu voto.”
ELE22	Candidatos à prefeitura do Rio de Janeiro nas eleições 2008.	“A principal e determinante diferença entre os candidatos a prefeito do Rio de Janeiro só poderá ser entendida após a posse do vitorioso.”
ELE23	Falta de coerência de alguns políticos candidatos à prefeitura do Rio.	“Tais candidatos [incoerentes e sem compromisso], certamente, serão alvo de uma reflexão crítica e

	TEMA (problemática)	TESE (ideia a ser defendida ou proposta de solução)
		cautelosa dos votantes.” (Solução implícita: deve-se fazer reflexão crítica dos candidatos)
ELE24	Falta de coerência de parcerias em campanhas políticas.	“Nós, os eleitores brasileiros, necessitamos urgentemente começar a valorizar a ética e a coerência, assim como a importância dos valores e dos princípios.” (Solução)
STF01	Duas decisões do STF, que aprovou a candidatura de fichas-sujas e anulou a sentença de um condenado.	Nossos magistrados agiram como fundamentalistas legais e proporcionaram uma demonstração do abismo histórico entre as elites e o povo.
STF02	As últimas decisões do STF.	“Se o nosso entendimento é que esse órgão está extrapolando suas funções, devemos reagir com o protesto democrático a que temos direito.” (Solução)
STF03	Decisão do STF [quanto à questão da decisão da liberação do uso de algemas em julgamento, conforme ideia implícita no título].	“É a realidade de um país que está na contramão de tudo que se espera de uma Justiça correta, punitiva e respeitada.”
STF04	Postura de condescendência do ministro do STF, Gilmar Mendes, com indiciados de colarinho branco.	“Parece que isso é só o começo de medidas que transformem o país num verdadeiro paraíso da impunidade das elites.”
OLI01	Desempenho dos nossos atletas nas Olimpíadas e a falta de patrocínio.	Um país que deseja ser sede dos Jogos deveria incentivar através de patrocínio sério nossos desportistas

	TEMA (problemática)	TESE (ideia a ser defendida ou proposta de solução)
		e as ONGs deveriam treinar nadadores, ginastas etc. (Solução)
OLI02	Nossa evolução nas Olimpíadas em comparação ao desempenho de outros países.	“Evoluímos, sim, mas o mundo, incrivelmente mais.”
OLI03	Participação do Brasil nas Olimpíadas.	Não podemos “nos satisfazer em ver jovens despreparados, desassistidos a chorar uma derrota [...]”
OLI04	Evolução do país nas Olimpíadas.	Esse é o Brasil hoje no esporte. Pobre país que se contenta com pouco [A situação do país no esporte é lamentável].
PET01	Proposta da senadora Ideli Salvatti sobre nova divisão dos <i>royalties</i> do petróleo.	“Para os cariocas, é tempo de colocar mais farpados em nossos arames de alto-mar e garantir usufruto daquilo que é nosso por direito, há mais de 20 anos.” (Solução)
PET02	Proposta da senadora Ideli Salvatti sobre nova divisão dos <i>royalties</i> do petróleo.	“Apresento sugestão mais digna ao Senado: juntar todos os <i>royalties</i> e distribuí-los pelos municípios proporcionalmente ao número de eleitores brasileiros.” (Solução)
PET03	Proposta da senadora Ideli Salvatti sobre nova divisão dos <i>royalties</i> do petróleo.	“Nossos representantes no Congresso têm que assumir uma postura firme e contrária ao projeto que pilha as finanças do estado.” (Solução)
PET04	Proposta de nova divisão dos <i>royalties</i> do petróleo.	“Neste momento, o que se espera é que o governador Sérgio Cabral

	TEMA (problemática)	TESE (ideia a ser defendida ou proposta de solução)
		Filho se apresente para defender com convicção e veemência os interesses de seu povo.” (Solução)
BOL01	Postura do Brasil frente à crise com a Bolívia em relação ao fornecimento de gás.	“A competência é indispensável a quem procura o desenvolvimento do seu país.”
BOL02	Situação internacional do Brasil em relação a problema na relação com a Bolívia.	“O presidente Lula, mais uma vez, [...] fica numa situação internacional constrangedora.”
BOL03	Dependência do Brasil em relação ao gás boliviano.	“A prioridade, agora, é o futuro dos impostos do pré-sal.” (Solução)
BOL04	Falta de comando e liderança do presidente na política externa do país em relação à crise na Bolívia.	“[...] fica difícil saber a quantas anda e quem é quem no comando da política externa do país.”
ECO01	Previsões de analistas durante anos em relação à economia de mercado.	Profecias de mercado não funcionam.
ECO02	Problemática financeira nos Estados Unidos e reflexos em nosso país.	“Isto significa que vamos pagar a conta deste papagaio também”. [Vamos sofrer as consequências da crise econômica dos EUA.]
ECO03	Posição de lideranças sobre reflexos da crise econômica mundial em nosso país.	“Talvez nos custe caro a presunção de nossas lideranças de que o país estaria suficientemente preparado para resistir à crise econômica que se aproxima.”
ECO04	Reflexos da crise econômica mundial em nosso país.	“A nação tem, hoje, recursos para enfrentar durante algum tempo o dragão [crise econômica] que virá.”
ECO05	Política de juros do país em	“A política de aumentar os juros [...],

	TEMA (problemática)	TESE (ideia a ser defendida ou proposta de solução)
	relação à crise econômica mundial.	nunca freou absolutamente nada. Pelo contrário, só vai aumentando a inadimplência dos que ganham pouco e recorrem a empréstimos, cheques especiais e cartões de crédito para sobreviver.”
ECO06	Instabilidade de investimentos de especuladores na Bolsa de Valores no país e os pequenos investidores.	“[...] o que deveria ser mudado é a entrada e a saída, sem restrição, de capitais parasitários, que não trazem qualquer benefício para o país.” (Solução)
ECO07	Instabilidade de investimentos nas bolsas de valores no contexto da crise mundial.	Uma saída honrosa possivelmente seria fechar as bolsas do mundo todo e esperar o mercado se acalmar. (Solução)
ECO08	Sugestão do governo de adiamentos ou cortes nos aumentos dos salários de servidores públicos, em reflexo da crise mundial.	Mesmo não sendo servidor público, proponho que o governo federal, em vez de sugerir adiamentos ou cortes nos salários de servidores por conta da crise mundial, faça cortes no próprio governo. (Solução)
ECO09	Crise econômica mundial.	A grande tarefa agora (após os escombros) será redefinir o futuro, com um Estado viável, que respeite a cidadania, a democracia, que seja solidário entre nações ricas, pobres e emergentes, que valorize e, até, sacralize o dinheiro público [...]. (Solução)
ECO10	Medidas de governos para	Os governos se animam em ‘salvar

	TEMA (problemática)	TESE (ideia a ser defendida ou proposta de solução)
	salvar banqueiros.	o mundo de um colapso' quando estão em jogo o capital e os grandes representantes de uma economia perversa, mas não vergonhosamente em salvar milhões de indivíduos sem assistência humanitária.
MED01	Referência feita pelo governador Sérgio Cabral aos médicos do serviço público como "vagabundos".	O médico não é vagabundo, e sim um vereador é vagabundo.
MED02	Postura de faltas dos médicos do serviço público, no contexto da referência feita por Cabral.	Não está certo, depois de acertarem contrato de trabalho, [os médicos] deixarem os pacientes sem atendimento e o governador está correto em criticar essa postura.
MED03	Postura dos médicos do serviço público, no contexto da referência feita por Cabral.	O Cremerj deveria "vir a público pleitear melhores condições de trabalho para os médicos ou lutar para que os hospitais tenham um choque de gestão que otimize os recursos disponíveis". (Solução implícita)
MED04	Referência feita pelo governador Sérgio Cabral aos médicos do serviço público como "vagabundos" e postura dos médicos e do Cremerj.	Tanto o governador quanto a presidente do Cremerj estão sendo insensatos, e a presidente do Cremerj deveria fiscalizar melhor o comportamento dos profissionais. (Solução)
MED05	Referência feita pelo	"O governador Cabral erra ao

	TEMA (problemática)	TESE (ideia a ser defendida ou proposta de solução)
	governador Sérgio Cabral aos médicos do serviço público como “vagabundos”.	chamar os médicos de vagabundos.”
MED06	Posicionamento do governador Sérgio Cabral no contexto da referência feita aos médicos do serviço público como “vagabundos”.	“Nosso governador está coberto de razão: não precisamos de médicos assim.”

No que diz respeito especificamente às teses, direcionamos a atenção para dois pontos: o primeiro se refere à própria delimitação da tese no texto, como um segmento deste; o segundo tem relação com sua posição no texto.

Sobre o primeiro ponto, definimos tese explícita quando esta aparece no texto na forma de um enunciado, que denota ou conota a ideia defendida pelo enunciador. Isso não necessariamente tem relação direta com os casos de proposta de solução (itens 1, 2 e 3), enumerados anteriormente à tabela 1. A tese pode apresentar ou não uma proposta de solução. Apresentando uma, a solução pode vir explícita, como já exemplificado antes, ou não. Mas isso não quer dizer que a tese é implícita porque a solução está implícita. A tese pode ser explícita, porque se apresenta na forma de um enunciado do texto, com uma proposta de solução implícita. São aspectos diferentes.

Ao contrário da tese explícita, a tese implícita, como já adiantado, não pode ser destacada no próprio texto. Esse tipo de tese pode ser depreendido por um exercício de interpretação, com base em ideias subentendidas – por ironias e figurações –, em argumentos, em perguntas retóricas e em *topoi*, configurado o contexto formado na produção e na recepção do texto. Nesse caso, a tese pode ser entendida com base em um enunciado específico do texto ou pode vir de forma diluída na carta.

Cita-se como exemplo a carta ELE09:

Assisti, pela primeira vez, ao horário gratuito do TRE. Se alguém estiver em dúvida ou não souber em quem votar vai continuar pior do que estava. Como o TRE aceita que o candidato dê o apelido e não o nome todo? Quando vamos procurar emprego temos que dar nome e sobrenome, então, por que não ser assim também para quem vai disputar uma eleição? É cargo público, vai representar o povo. Tenho vergonha de ser eleitora. Se algum deles conseguir se eleger vai abrir

portas para outros bandidos nas próximas eleições. Meu Brasil brasileiro, o que estão fazendo com você?

Desmembrando a carta em segmentos, temos:

- A – Os eleitores podem ter dúvidas ao votar; o TRE aceita que o candidato dê o apelido e não o nome na inscrição da candidatura [Ideia implícita: A' – Isso é errado / Não deveria ser assim]
- B – [porque] quando vamos procurar emprego temos que dar nome e sobrenome; assim também deve ser para quem vai disputar eleição [referência à ideia implícita em A']
- C – [porque] é cargo público, vai representar o povo
- D – [portanto] tenho vergonha de ser eleitora [Ideia implícita: D' – Isso é uma vergonha]
- E – [porque] se algum deles conseguir se eleger vai abrir portas para outros bandidos nas próximas eleições [...].

O segmento B colabora para que entendamos uma justificativa para um posicionamento específico: o argumentador é contra (ou acha errado) o TRE aceitar inscrição de candidatura pelo apelido, em vez de pelo nome. Entretanto, essa ideia não aparece explicitamente no texto, nesses termos, podendo apenas ser inferida pelo segmento A, por meio de uma pergunta retórica, que pode ser transpassada à condição de afirmativa. Além disso, o autor expõe sua indignação quanto a isso no segmento D. Portanto, os segmentos B e C não se ligam explicitamente à ideia de A, mas a uma ideia que não aparece materialmente no texto, que se entende por “isso é errado”, representada por A'.

O que está delimitado como D e E pode ter um tratamento à parte em relação à estrutura geral do texto. Na verdade, configuram itens externos ao desenvolvimento das ideias referentes à tese central implícita. D é um comentário avaliativo e E é um argumento para D. Isso significa que D é uma tese secundária no texto, de valor avaliativo referente à parte precedente da carta.

Por isso, mesmo quando se depreende a tese implícita com base em um enunciado específico do texto, há todo um contexto que colabora para que se chegue à sua compreensão.

Sobre o segundo ponto, relacionado ao posicionamento da tese, delimitaram-se três posições nas cartas: no início (quando aparece no primeiro

segmento do texto), no meio (em qualquer posição entre o primeiro e o último segmento, desde que este seja também um argumento) e no fim (quando aparece no último segmento do texto). Além disso, como já se disse, notou-se que, em algumas vezes, a tese aparecia de forma fragmentada ou diluída na carta. O propósito, com essa delimitação, era verificar se existia um padrão ou uma tendência para uma organização dos elementos argumentativos no gênero.

Segue tabela sobre o número de cartas com tese explícita e com tese implícita, além do quantitativo sobre posicionamento das teses.

Tabela 2 – Como a tese é apresentada nas cartas de leitores.

Enunciado da tese			Posicionamento da tese no texto			
Nº	Tese explícita	Tese implícita	Início	Meio	Fim	Tese diluída /fragmentada
ECA01	X			X		
ECA02	X			X		
POL01	X			X		
POL02	X			X		
POL03	X			X		
POL04	X			X		
POL05	X			X		
POL06	X			X		
POL07	X					X
POL08	X			X		
POL09	X				X	
POL10	X			X		
POL11	X		X			
POL12		X				X
POL13	X		X			
POL14	X				X	
POL15	X		X			
POL16	X				X	

Enunciado da tese			Posicionamento da tese no texto			
Nº	Tese explícita	Tese implícita	Início	Meio	Fim	Tese diluída /fragmentada
ELE01	X			X		
ELE02	X				X	
ELE03	X		X			
ELE04	X				X	
ELE05	X				X	
ELE06	X				X	
ELE07	X			X		
ELE08	X			X		
ELE09		X		X		
ELE10	X				X	
ELE11	X				X	
ELE12	X			X		
ELE13	X		X			
ELE14	X		X			
ELE15	X				X	
ELE16	X			X		
ELE17		X				X
ELE18		X		X		
ELE19	X			X		
ELE20	X		X			
ELE21		X			X	
ELE22		X	X			
ELE23	X			X		
ELE24	X		X			
STF01	X				X	
STF02	X			X		
STF03	X			X		
STF04	X				X	

Enunciado da tese			Posicionamento da tese no texto			
Nº	Tese explícita	Tese implícita	Início	Meio	Fim	Tese diluída /fragmentada
OLI01	X					X
OLI02	X				X	
OLI03	X			X		
OLI04		X		X		
PET01	X				X	
PET02	X			X		
PET03	X			X		
PET04	X				X	
BOL01	X			X		
BOL02	X		X			
BOL03	X			X		
BOL04	X			X		
ECO01		X	X			
ECO02		X		X		
ECO03	X		X			
ECO04	X			X		
ECO05	X		X			
ECO06	X				X	
ECO07	X			X		
ECO08	X					X
ECO09	X					X
ECO10	X					X
MED01		X				X
MED02		X				X
MED03		X			X	
MED04		X				X
MED05	X		X			
MED06	X			X		

Do total de 74 cartas, em 61, a tese é apresentada de forma explícita e, em 13, é implícita. Assim, em 82,4% das cartas, a tese é enunciada no corpo do texto e, em 17,6%, pode ser subentendida das ideias apresentadas. Podemos, portanto, constatar uma tendência para expor claramente a tese nas cartas.

No que diz respeito à posição da tese no corpo do texto, em 14 cartas (18,9%), a tese aparece no início, ou seja, no primeiro segmento; em 32 cartas (43,2%), aparece no meio, isto é, como já explicado antes, em qualquer posição no corpo do texto que não seja no primeiro nem no último segmento; e, em 18 cartas (24,3%), apresenta-se no final. Em 10 cartas (13,5%), a tese é apresentada de forma fragmentada ou diluída. Apesar do maior índice de teses no meio do texto, até por configurar uma maior possibilidade de ocorrência no espaço físico no texto, não se pode concluir daí uma regra para esse tipo de posicionamento específico no gênero, mesmo porque os quantitativos referentes aos outros posicionamentos aparecem também em número significativo.

Como as cartas são editadas pelo jornal, que certamente tem outras preocupações, como espaço e concisão, esse último aspecto ganha caráter aleatório, não podendo ser traduzido em modelos.

3.3 Linguagem e engajamento

Além de aspectos inerentes às condições para argumentação – proposta, argumentador e auditório – e à estrutura geral do gênero carta de leitor – tese e argumentos –, a linguagem tem um papel fundamental nessa composição.

Como já apresentado, com base na Semântica Argumentativa (capítulo 1, seção 1.3), a argumentação é constitutiva da própria língua, já que determinadas formas, certas estruturas, as escolhas lexicais passam, em si mesmas e em combinações variadas, pontos de vista, julgamentos, valores. Assim, em graus diferenciados, a linguagem é engajada por natureza, pois é elaborada e constituída a partir das subjetividades de seus enunciadores, em situações específicas de comunicação.

Destacamos, a seguir, alguns dos pontos mais significativos em relação à constituição dessa linguagem engajada no *corpus* analisado. Buscamos apresentar e comentar alguns exemplos que elucidam as questões levantadas na análise do material, embora esse processo não tenha sido feito de forma sistematizada para o aprofundamento maior de algumas ideias, pois privilegiamos a análise da estrutura textual no estudo do gênero. De qualquer forma, esses pontos relativos à linguagem não poderiam ser descartados aqui de modo nenhum, já que representam aspecto importante na constituição do texto argumentativo.

Desse modo, expomos considerações a respeito dos pontos que mais nos chamaram a atenção no *corpus*, a saber:

- * a polifonia, por meio do diálogo entre proposta e tese, das citações, das relações de oposição de ideias (com adversativas e concessivas) e da ironia;
- * o léxico, principalmente pelo emprego de linguagem figurada;
- * os conectivos, no que concerne à sua ocorrência e ao seu emprego nas relações de explicação, conclusão, adversidade e concessão.

3.3.1 Polifonia

As cartas dos leitores são motivadas por temas noticiados e discutidos pela/na mídia. Isso basta para defini-las como textos polifônicos por natureza, já que o argumentador se posiciona, defendendo uma tese, a respeito de um tema apresentado por outro enunciador.

Esse processo de apropriação da temática, na medida em que o enunciador a compreende e constrói um ponto de vista, já constitui um processo dialógico – a tese, nesse sentido, é uma espécie de resposta ou réplica à proposta, ao tema.

De acordo com o comentado no capítulo 1, na seção 1.8, a proposta é a voz de fora, preexistente à produção da carta, e a tese é a voz do argumentador, em um diálogo e em uma relação de intertextualidade. A seguir, são apresentados três exemplos.

1) POL07

Tema: Promessas de campanha que não podem ser cumpridas por candidatos à prefeitura do Rio.

Tese: Alguns candidatos à prefeitura do Rio devem prestar mais atenção quando fizerem suas promessas de campanha, apresentando planos para melhorar o ensino nas escolas municipais e humanizar mais o atendimento nos hospitais municipais.

2) POL15

Tema: Campanha de políticos em época de eleições com uso de histórico de militância contra o regime militar.

Tese: Nenhum dos candidatos aprofunda as discussões sobre o tema [militância no regime militar], preferindo romancear suas atividades e evitando abordar, por exemplo, indícios de traição.

3) PET01

Tema: Proposta da senadora Ideli Salvatti sobre nova divisão dos *royalties* do petróleo.

Tese: Para os cariocas, é tempo de colocar mais farpados em nossos arames de alto-mar e garantir usufruto daquilo que é nosso por direito, há mais de 20 anos.

É notável, nos exemplos anteriores, o diálogo estabelecido entre a tese e o tema. Este apresenta a problemática – vinda de divulgação na mídia e de discussões de ordem social como uma voz de fora –; aquela é a voz que se posiciona, que comenta, que responde. Esse processo estabelece uma relação de intertextualidade inerente entre a voz recortada de outros meios externos ao texto e a voz do argumentador.

Em algumas cartas, essa relação fica mais clara ainda quando o que é comentado no texto é um discurso em si, uma voz explícita, como acontece nos três exemplos que seguem.

4) ELE19

Tema: Discurso que defende que haverá maior liberação de verbas no apoio a Paes para prefeito do Rio, com a integração entre governos.

Tese: O discurso que diz que a integração entre governos traz mais verbas para a cidade é uma vergonha, uma discriminação, uma ameaça.

5) ELE20

Tema: Discurso que defende que haverá maior harmonia entre governos no apoio a Paes para prefeito do Rio.

Tese: É um absurdo que numa democracia tenhamos de assistir ao presidente da República declarando seu apoio a um determinado candidato e induzindo a população a votar em seu protegido, alegando que só assim haverá harmonia entre os governos.

6) MED05

Tema: Referência feita pelo governador Sérgio Cabral aos médicos do serviço público como “vagabundos”.

Tese: O governador Cabral erra ao chamar os médicos de vagabundos.

Além da proposta, outras vozes podem ser levadas para o texto, de forma direta ou indireta, por meio do processo de citação, recurso utilizado no texto argumentativo, em boa medida, para formular argumentos.

No caso da citação direta, busca-se reproduzir exatamente as palavras do locutor. Estas são destacadas nas cartas por meio das aspas, da referência ao locutor, da introdução feita por verbos *dicendi*, que podem ser mais “neutros” ou podem já demonstrar o engajamento do argumentador em relação ao que é dito.

Por exemplo, temos:

- a) Para acabar com o problema, o Código Penal prevê “crime de ameaça e extorsão em via pública”, que é exatamente o que esses galaláus com cara de bandido fazem diariamente sob os olhares coniventes da polícia. (ECA02)
- b) Daí o vice-presidente do TRE lamentar que “infelizmente, é a nossa realidade” [candidatos com ficha suja] é um absurdo, pois apenas vivemos nessa triste situação porque as autoridades não proibem tais candidaturas. (POL05)
- c) No momento em que Marco Aurélio Garcia ultrapassa os limites de suas restritas competências e dá um “pito” na oposição boliviana, proclamando,

altaneiro, “não toleraremos uma ruptura do ordenamento institucional e constitucional boliviano...”, fica difícil saber a quantas anda e quem é quem no comando da política externa do país. (BOL04)

No exemplo *a*, o trecho entre aspas é uma citação do Código Penal, utilizado como forte argumento, já que é documento de lei. Entretanto, a perspectiva tomada para o uso do trecho e a interpretação apresentada para o caso comentado na carta (problema dos lavadores de para-brisas em sinal) são responsabilidades do argumentador.

Em relação ao exemplo *b*, o produtor do texto comenta, emite seu parecer, sobre uma fala do vice-presidente do TRE, argumentando sobre o despropósito do conteúdo do que foi dito. Nesse caso, comenta-se a frase isolada, sem informações contextuais e sem referências sobre o momento e o local da citação. Isso reflete um menor comprometimento possível na carta de leitor com o tratamento e a comprovação da informação. Destaca-se o uso do verbo *lamentar*, que reforça o teor negativo do conteúdo da fala, associado ao próprio uso da palavra *infelizmente*. Assim, parece que, tanto na visão do argumentador quanto na do vice-presidente do TRE, a realidade é lamentável, porém para este há um conformismo com a situação, o que suscita a indignação do produtor da carta. A ideia defendida seria: *é um absurdo uma autoridade dizer isso, já que esta tem poder para mudar a realidade*. Nesse caso, a citação não é um argumento, mas é o próprio problema comentado.

Sobre o exemplo *c*, o verbo *dicendi proclamar*, acompanhado do adjetivo *altaneiro*, enfatiza, ironicamente, uma fala constituída de forma autoritária e solene, sem que a voz seja uma autoridade, na visão do argumentador, que questiona exatamente a indefinição quanto às posições de decisão na política exterior do país. Isso fica evidente por conta do trecho “Marco Aurélio Garcia ultrapassa os limites de suas restritas competências”, já antecipando a complicação.

Em outros casos de citação, a fala do locutor de fora é tomada também indiretamente no texto, ou seja, incorporada à própria fala do argumentador. Cabe lembrar, inclusive, que o locutor citado pode ser o próprio produtor do texto, que traz uma fala sua proferida em outro momento, como é o caso do exemplo *d*, a seguir. Nesse caso, em citações indiretas, não há necessidade de aspas, apresentando o verbo *dicendi* e a incorporação sintática da fala.

d) [Chico Alencar] O que afirmei foi que, como prefeito, terei voz ativa para contestar a atual política de segurança, que considero equivocada. (POL08)

e) Aí, aparece o Bush na TV, com aquela cara de sonso, dizendo que a situação é grave. (ECO02)

f) O governador Sérgio Cabral voltou a chamar de vagabundos os médicos que estavam com seus contratos vencidos e trabalhavam de graça para o governo. (MED01)

Na forma de citação indireta, temos também exemplos quando o responsável pela fala não é um indivíduo, mas um grupo de locutores. “Poderíamos chamar aqui de *enunciador genérico* este enunciador que é o representante de um conjunto” (MAINGUENEAU, 2004, p. 147).

g) Uns dizem que vão restringir o uso do “caveirão”. Outros afirmam que vão investir na segurança pública, pois o modelo atual está defasado. (POL07)

h) Mas, durante a campanha, todos afirmam que vão lutar pela saúde do povo brasileiro, vão criar UPAs, duplicar a frota de ambulâncias [...]. (POL09)

i) Todos prometem mais UPAs, melhoria no policiamento, construção de casa própria e outras soluções mirabolantes. (ELE15)

j) Durante anos, ouvi analistas tratando a economia de mercado como uma espécie de continuidade da teoria da evolução das espécies [...]. (ECO01)

Foram encontrados, no *corpus*, exemplos também em que a fala citada não correspondia a uma citação real, ocorrida em um tempo e em um espaço específicos, mas sim a uma fala hipotética, possível. Essa fala pode ser depreendida, por inferência, e aceita por conta de uma experiência acumulada que permite apresentá-la como um dizer típico, que acontece de forma geral e categórica (pertencente a uma categoria).

k) Basta que esses marginais mandem um recado do tipo “se o nosso candidato não ganhar vamos considerar que todos os moradores votaram em outros candidatos, e aí a coisa vai ficar preta”. (ELE11)

l) Vote no Paes, porque os governos estadual e federal vão liberar mais verbas para a cidade. Esse discurso diz que se eu votar no Gabeira a cidade não terá recursos. (ELE19)

No exemplo *k*, o trecho entre aspas é mostrado como um “tipo de recado”. É uma fala que não aconteceu concretamente, mas que pode ocorrer, em termos gerais, contando provavelmente com a experiência de outras situações passadas, em que esse “tipo de fala” já tenha acontecido.

Sobre o exemplo *l*, temos também um caso de fala representativa de um tipo de discurso. O produtor do texto incorporou o tipo de fala ao seu próprio texto, em uma espécie de “colagem”, ou justaposição ao texto, sem os recursos das aspas ou de verbo *dicendi*, em um formato próximo a discurso indireto livre. A partir do período seguinte, torna-se possível perceber/inferir que o segmento anterior não é propriamente uma fala do argumentador, mas sim uma representação de determinadas falas que circulam no momento de discussão das candidaturas a prefeito do Rio de Janeiro, em um processo de intertextualidade.

Outra marca de polifonia explícita nas cartas é a referência ao interlocutor, ao leitor, que pode referir-se aos leitores de modo geral, como uma voz que, implicitamente, participa da constituição do diálogo e do discurso. Essa interlocução nas cartas pode ser referendada também por termos como *cidadão* e *povo* ou, de forma personificada, pelo lugar, como *Rio* e *Brasil*. Isso pode ser notado com o uso de vocativos e verbos no imperativo. A seguir, são destacados alguns exemplos:

- m) Acorda, meu povo! (POL01)
- n) Elementar, caro leitor. (POL13)
- o) Meu Brasil brasileiro, o que estão fazendo com você? (ELE09)
- p) Cidadãos, acordem! Valorizem seu voto [...]. (ELE15)
- q) Acorda, Rio! (ELE17)
- r) Presidente, repare, vou repetir. Evo Morales está alinhado externamente com o presidente Hugo Chávez. (BOL02)

Outra forma que se configura como polifonia nos textos é a relação de ideias por oposições. Nas cartas dos leitores, destacamos esse fenômeno nas relações de adversidade e de concessão.

No que diz respeito às adversativas, uma primeira ideia *A* se orienta para determinada conclusão, que é desconsiderada pela ideia *B*, que se opõe, nesse sentido, à ideia *A* e se orienta para outra conclusão. Desse modo,

[...] não se poderia compreender o papel da conjunção *mas*, se se diz somente que ela assinala a oposição de duas proposições que une. Por essa razão, propusemos

descrever *A mas B* como ‘*A*, você tende a tirar de *A* uma certa conclusão *r*; você não deve fazê-lo, pois *B*, tão verdadeiro quanto *A*, sugere a conclusão *não-r*’. Assim o enunciado *A mas B* supõe que, no espírito dos interlocutores, existe ao menos uma proposição *r*, para a qual *A* é um argumento e *B* um contra-argumento (DUCROT, 1981, p. 179).

Como tratado no capítulo 1, seção 1.8, da forma *A mas B* se destacam quatro enunciadores (KOCH In GUIMARÃES, 1989, p. 132)

E1: que se refere a um conjunto de *topoi* (T1, T2, T3...);

E2 (argumentador 1): que seleciona um *topos* do conjunto de *topoi* anterior, para indicar uma conclusão;

E3: que se refere a um conjunto de *topoi* (T1, T2, T3...);

E4 (argumentador 2): que seleciona um *topos* do conjunto de *topoi* anterior, para estabelecer oposição à conclusão indicada por E2, argumentando para outra conclusão.

Esse processo indica uma inter-relação de diferentes vozes, em que o argumentador 2 se opõe ao argumentador 1. Segue um exemplo:

s) Muito bonita e oportuna a campanha do TSE, recomendando ao eleitor valorizar o seu voto. De fato, quatro anos é muito tempo. *Mas* fica em total desacordo com a situação do eleitor residente em determinados bairros (ou seriam currais eleitorais?), onde o candidato é imposto, sob pena de sofrer na carne o castigo pela desobediência. (ELE02)

No exemplo anterior, o primeiro segmento – “Muito bonita e oportuna a campanha do TSE, recomendando ao eleitor valorizar o seu voto. De fato, quatro anos é muito tempo” – conduz a uma conclusão positiva para a campanha, significando que pode ser bem-sucedida e atacar o problema de desvalorização do voto, da falta de conscientização dos eleitores no processo para eleger representantes políticos. Por outro lado, o segmento seguinte – “*Mas* fica em total desacordo com a situação do eleitor residente em determinados bairros (ou seriam currais eleitorais?), onde o candidato é imposto, sob pena de sofrer na carne o castigo pela desobediência” – apresenta uma restrição à ideia anterior, pois traz uma situação específica negativa (determinados bairros – imposição de candidatos), que

conduz a uma conclusão diferente: a medida é ineficiente em alguns contextos, resultando em fracasso.

Resumindo, temos:

Argumentador 1: Muito bonita e oportuna a campanha do TSE, recomendando ao eleitor valorizar o seu voto. De fato, quatro anos é muito tempo.

Conclusão 1: a campanha pode ser bem-sucedida e atacar o problema de desvalorização do voto, da falta de conscientização dos eleitores no processo para eleger representantes políticos.

Argumentador 2: Mas fica em total desacordo com a situação do eleitor residente em determinados bairros (ou seriam currais eleitorais?), onde o candidato é imposto, sob pena de sofrer na carne o castigo pela desobediência.

Conclusão 2: a medida é ineficiente em alguns contextos, resultando em fracasso.

De forma esquemática, temos:

Argumentador 1 → Conclusão 1

mas

Argumentador 2 → Conclusão 2

No caso das relações adversativas, tomando como base o esquema anterior, a conclusão 2 anula a conclusão 1, pois a voz do argumentador 2 (produtor do texto) se sobrepõe à do argumentador 1 (voz de fora, tomada como uma concessão). A voz do argumentador 2 se identifica com a tese do texto, enquanto a do 1 se orienta para a tese contrária.

Vejamos mais um exemplo:

t) Está sendo comemorado o 18º aniversário do Estatuto da Criança e do Adolescente, citado como um marco de proteção contra a violência praticada por adultos. *Todavia*, o que dizer da violência cometida por adolescentes de 12 a 17 anos, matando, assaltando e agredindo sobretudo idosos, em ruas, sinais de trânsito e parques da cidade? (ECA01)

Separando as ideias, temos:

Argumentador 1: Está sendo comemorado o 18º aniversário do Estatuto da Criança e do Adolescente, citado como um marco de proteção contra a violência praticada por adultos.

Conclusão 1: O ECA é uma boa medida para diminuição da violência contra crianças. (Essa ideia é conduzida por conta da informação do tempo do estatuto, que está fazendo 18 anos, e pelo fato de ser considerado um marco pela voz de fora.)

Argumentador 2: Todavia, o que dizer da violência cometida por adolescentes de 12 a 17 anos, matando, assaltando e agredindo sobretudo idosos, em ruas, sinais de trânsito e parques da cidade?

Conclusão 2: Não há medidas tomadas sobre violência cometida por adolescentes contra adultos.

O argumentador 2 destaca a questão da violência praticada nas ruas por adolescentes, que se orienta para sua tese: “A maioria penal brasileira somente aos 18 anos é hoje muito mais um estímulo do que um freio à criminalidade de jovens”. Considerando o tema geral da violência, no contexto do aniversário do ECA, o argumentador concede certa razão ao tratamento da violência contra crianças e adolescentes, mas põe em foco o problema da violência ao inverso: cometida por adolescentes contra adultos.

No que diz respeito às relações de concessão, a voz de fora traz normalmente a marca da oposição. Isso é diferente no caso das adversativas, em que a marca de oposição aparece no enunciado do argumentador do texto, como se pode verificar no exemplo seguinte.

u) Ainda que se exaltem as vantagens da urna eletrônica para tornar a votação mais ágil, ninguém me garante sua total segurança e inviolabilidade.
(POL02)

Argumentador 1: Ainda que se exaltem as vantagens da urna eletrônica para tornar a votação mais ágil.

Conclusão 1: a urna eletrônica pode ser um modo eficiente para o processo eleitoral

Argumentador 2: ninguém me garante sua total segurança e inviolabilidade

Conclusão 2: a urna eletrônica compromete o processo eleitoral

A voz de fora levada para o texto apresenta o fator agilidade para a eficiência da urna eletrônica. A do argumentador da carta destaca, entretanto, o fator falta de segurança para defender a ineficiência desse processo. Esta última se sobrepõe à primeira, se considerarmos que o *topos* da segurança tem mais valor que o da agilidade, quando se trata de eleições.

Outro aspecto de destaque nas cartas é a ironia, que se caracteriza por dizer o contrário do que se pensa e sente, em um processo em que o enunciador deve fazer-se entender, esperando que o leitor compreenda o oposto do que é dito. Colaboram para a compreensão da intertextualidade criada o conhecimento de mundo e a memória discursiva de ambos. Nesse processo, forma-se uma espécie de diálogo implícito, por meio da ambiguidade criada entre o que se defende e o que se rejeita.

Nas cartas dos leitores, a ironia é um recurso recorrente, fazendo parte comumente do quadro de indignação do leitor em relação às temáticas discutidas. O produtor da carta responde aos problemas com sarcasmo e deboche, em uma espécie de protesto contra o que critica.

- a) Vendo o desfile de infindáveis candidatos a *salvadores da pátria do Rio*, causa espécie que nenhum deles se comprometa com o cumprimento integral do mandato. (POL14)
- b) Infelizmente, elas [flores] dividem o espaço com dezenas de faixas e galhardetes de candidatos, com seus *lindos sorrisos*. Apesar de todo o esforço, eles perdem feio para a beleza natural das florezinhas. (ELE06)
- c) Atualmente, o melhor *humorístico* na televisão é o programa eleitoral gratuito. É impressionante a quantidade de *piadistas* que despontam nesta época. (ELE10)

Nos casos apresentados, temos exemplos, por meio do recurso da ironia, da convivência de vozes opostas no texto. Nos fragmentos destacados em *a*, *b* e *c*, o enunciador diz *salvadores da pátria*, *lindos*, *humorísticos* e *piadistas* – e, no momento em que diz, traz, em certa medida, seus sentidos literais para a composição também. Entretanto, as palavras nesses contextos apresentam sentidos diversos, reconstruídos na situação comunicativa.

No exemplo *a*, *salvadores da pátria* ganha um sentido novo no contexto de herói – aquele que se propõe a resolver todos os problemas. Desse modo, pátria perde seu sentido original de nação, país, pois a expressão é usada para o estado da Federação: “salvadores da pátria do Rio”. A expressão é irônica porque o argumentador deixa transparecer que não acha isso, que não concorda com essa ideia, pois sua argumentação parte da problemática de que os candidatos prometem “salvar” o Rio, mas na primeira oportunidade deixam o cargo conquistado para trocarem para outras situações ou posições de seu interesse particular, ou seja, não existe comprometimento. Por isso, a figura do “salvador” é só uma máscara.

Em relação ao exemplo *b*, o produtor do texto afirma que os candidatos, que aparecem em dezenas de faixas (no Alto da Boa Vista), têm *lindos sorrisos*. O autor utiliza a palavra *lindos*, que remete a um sentido já conhecido, mas a emprega em um sentido contrário. Ele não acha que os sorrisos sejam lindos na verdade. É possível depreender isso apenas pelo fragmento destacado, sem necessitar do texto como um todo. O sentido irônico aparece reconstruído já pela antecipação do termo *infelizmente*, no início do enunciado – o autor lamenta o convívio das flores com os galhardetes, portanto a perspectiva é negativa, e não positiva, primeiramente associada ao sentido de *lindos* –, como também pela ideia do período posterior.

No que diz respeito ao exemplo *c*, os termos *humorístico* e *piadistas* relacionados ao *programa eleitoral gratuito* representam um deboche feito ao nível do programa e à postura dos candidatos, pois, realmente, demonstram a indignação do eleitor com a falta de seriedade e ética na política brasileira. Nem o programa nem os políticos têm graça alguma, e não é para ser engraçado, no sentido denotativo. A “graça” diz respeito ao absurdo do contexto político e eleitoral, que leva à frustração e à falta de esperança, remetendo ao riso como último recurso. Isso pode ser entendido do próprio texto, mas também de toda nossa experiência de mídia e de mundo em relação a essa temática.

A ironia pode ser marcada no texto por meio das aspas, que significam, nesse caso, a subversão do significado da palavra no contexto.

d) As milícias ou os traficantes, através das “associações” e dos respectivos “líderes” comunitários, ao cercearem a campanha [...] invalidam o processo democrático das eleições [...]. (POL04)

e) Alguns candidatos insistem em tentar passar uma imagem de “herói da resistência” [...]. (POL16)

Com o destaque gráfico das aspas, nesses casos, o enunciador explicita essa subversão dos sentidos de alguma maneira, destacando uma perspectiva diferenciada.

3.3.2 Linguagem figurada e constituição de pontos de vista

Não existe linguagem neutra (KOCH, 2008), porque o ser humano não é neutro. Em variados graus, pode-se imprimir maior ou menor subjetividade, pontos de vista e valores ao texto, dependendo do gênero e da situação comunicativa. Considerando que, de acordo com isso, se seleciona uma palavra, é fácil concluir que uma escolha está normalmente condicionada, influenciada pelo ambiente comunicativo e pelos propósitos do produtor do texto, como também, é claro, pela formação e pelas experiências desse produtor.

Associado à questão da escolha da palavra como algo determinante para o discurso argumentativo, considera-se aqui o destaque ao emprego de conotação, do uso de palavras em sentido figurado como um valioso recurso argumentativo.

Nas cartas dos leitores, esse emprego facilita a aproximação do argumentador com o leitor, pois se constitui entre ambos uma linguagem mais carregada de emotividade, de engajamento, em uma espécie de parceria comunicativa, colaborando assim para a busca de uma ligação e de uma maior chance de adesão à tese do argumentador, por uma “consciência compartilhada”.

Um termo recorrente nas cartas, que se pode destacar como exemplo, é *ficha suja*, relacionado ao contexto da Lei da Ficha Limpa, de iniciativa popular, que impede candidatura de políticos com processo na Justiça.

Nesse caso, *suja* se reporta aos sentidos de “acusado” ou “condenado” por ato irregular. A expressão não foi criada por um ou outro eleitor, portanto não tem uso original e criativo, seu emprego já é amplo por toda a sociedade. Porém, seu sentido de origem é conotativo. A expressão aparece em 9 cartas do *corpus*

(POL01, POL02, POL03, POL05, POL06, ELE07, ELE08, ELE10, STF01). Segue um exemplo:

a) Que lei é esta que permite que uma pessoa com *ficha suja* possa se candidatar a um cargo público [...]? (POL01)

Cabe destacar também a fácil associação, infelizmente, no campo da política com a ideia de *sujeira* para *corrupção* e *irregularidade*, e na conseqüente ideia de *limpeza* para combatê-las.

b) Penso que toda a sociedade deveria se mobilizar [...], para que toda essa *sujeira* fosse *varrida* da nossa sociedade. (POL01)

No exemplo *b*, temos o termo *varrida* associado ao campo semântico da *limpeza* para significar afastamento dos políticos corruptos, que representam o que deve ser eliminado, rejeitado, “jogado fora”.

A seguir, comenta-se, na íntegra, o texto ECO02, a fim de verificar o uso de termos figurados como recurso para a constituição da linguagem argumentativa.

ECO02

Um *furacão* financeiro. O *epicentro* está nos Estados Unidos e continua *devastando* o planeta todo. As empresas lá no *Tio Sam* emprestam dinheiro a qualquer *pé-inchado*, sem as devidas garantias. São milhares de mutuários *pendurados*, fora as operações de renegociações. Isto significa que vamos *pagar a conta deste papagaio* também. Aí, aparece o Bush na TV, com aquela cara de sonso, dizendo que a situação é grave. Todo mundo sabe. Eles *engravidaram a “viúva”*, agora têm que ajudar na *“ce\$ariana”*. Não queremos *respingo de células-tronco do cordão umbilical* por aqui.

O autor da carta ECO02 começa apresentando a imagem de *furacão*, com *epicentro* nos Estados Unidos, para retratar a crise econômica, iniciada em 2008. Associando a problemática financeira ao fenômeno natural, o autor nos remete, com base no sentido literal, às ideias de devastação, destruição com violência e rapidez, com início nos Estados Unidos e repercussão e influência em outros países.

Com isso, intensifica-se o valor de gravidade do problema, trazendo uma imagem que assusta, que impacta o leitor, muito mais do que se simplesmente dissesse “vivemos uma grave crise econômica”, de forma denotativa. Por isso, o uso da figuração contribui para que o produtor do texto expresse não somente sua opinião sobre o tema, mas também sua emoção sobre o assunto, a fim de, por meio

de marcas de subjetividade, chegar de forma mais direta e decisiva à adesão do leitor. Esse tipo de recurso funciona bem em contextos comunicativos em que não são exigidos formalidade e rigor por parte do argumentador.

De forma sarcástica, o autor apresenta um “despojamento” na linguagem, sendo informal em relação aos termos usados: *Tio Sam*, considerado um símbolo popular com referência aos Estados Unidos – um senhor de cartola vestindo as cores do país –; *pé-inchado*, gíria que significa bêbado, ou em linguagem popular “cachaceiro”; *pendurados*, gíria para endividados; *pagar a conta deste papagaio*, com sentido popular de “pagar dívida”, “conta” – no Brasil *papagaio* é um gíria para *nota promissória de valor duvidoso* –; *cara de sonso*, significando dissimulado. Com isso, o autor constrói uma situação comunicativa de crítica, mas, ao mesmo tempo, de humor, remetendo assim a um perfil de quem debocha das situações e das pessoas, em uma linguagem politicamente incorreta, como reflexo de uma indignação. Com isso, objetiva estabelecer uma relação de intimidade com seu auditório por meio de uma linguagem inusitada.

O produtor do texto ainda utiliza o campo semântico de gestação e parto, com as imagens de *gravidez*, *cesariana*, *respingo de células-tronco*. Essas noções, no contexto, nos reportam às noções de *gravidez indesejada* ou *não planejada* e *nascimento*, no caso de uma grave crise. Destaca-se o uso do símbolo do cifrão (\$) no lugar da letra s em *cesariana*, fazendo menção, de forma irônica e pejorativa, ao contexto financeiro de crise, em que os Estados Unidos são apontados como responsáveis e/ou culpados.

Essa carta é um exemplo extremo de uso significativo da linguagem figurada na constituição do texto argumentativo, porém não é só nele que se observa a tendência para o emprego de conotação, a qual está presente em todo o *corpus*. Essa é uma estratégia de busca por adesão do destinatário às teses defendidas, com valorização do aspecto emocional, em uma linguagem heterogênea, misturando os registros formal e informal.

3.3.3 Conectivos e termos equivalentes nas cartas: explicação, conclusão, adversidade e concessão

Como exposto no capítulo 1, na seção 1.10, alguns conectivos funcionam como orientadores discursivos no encadeamento dos segmentos para uma determinada ideia ou tese, mesmo que, em muitos casos, essa orientação possa ocorrer sem sua presença material no texto.

O objetivo, nesta seção, é apresentar considerações a respeito da presença, da frequência e do emprego dos conectivos de explicação, de conclusão, de adversidade e de concessão, nas cartas que compõem o *corpus*.

No grupo da explicação, os segmentos funcionam como argumentos na estrutura argumentativa. No total, foram identificadas 26 ocorrências de conectivos ou termos equivalentes, divididos dessa forma: 16 ocorrências de *pois*, 1 de *devido a*, 1 de *tendo em vista*, 1 de *por conta de*, 5 de *porque* e 2 de *até porque*.

a) Os *royalties* pertencem aos estados-membros e aos municípios onde são exploradas estas fontes de energia,/ *porque* é em seus territórios que ocorre uma série de degradações à população – da perda da receita tributária a danos ambientais e sociais inerentes à atividade. (PET04)

No exemplo *a*, apresenta-se um caso em que, na estrutura argumentativa da carta, o segmento introduzido por *porque* é argumento para o segmento anterior. Invertendo a relação, pode-se deduzir também que o primeiro segmento é conclusão ou tese para o segundo.

Vejamos mais um exemplo:

b) Alguns candidatos à prefeitura do Rio de Janeiro devem prestar mais atenção quando fizerem as suas promessas de campanha, / *tendo em vista* que algumas não poderão ser cumpridas /. Uns dizem que vão restringir o uso do “caveirão”./ Outros afirmam que vão investir na segurança pública, *pois* o modelo atual está defasado. (POL07)

No trecho anterior, apresenta-se a expressão *tendo em vista* interligando dois segmentos, em que o segundo é argumento para o primeiro, e também o exemplo do conectivo *pois* relacionando elementos (orações) dentro de um mesmo

segmento na estrutura do texto. Apresentam-se, no caso, 4 segmentos no trecho destacado, sendo o segundo argumento para o primeiro, e os dois últimos sendo exemplos para a ideia do segundo segmento.

No que se refere à relação de conclusão, identificamos 10 ocorrências para conectivos conclusivos e termos equivalentes, sendo: 2 ocorrências de *portanto*, 1 de *por isso*, 2 de *então*, 3 de *assim* e 1 de *e*; também há o emprego de *resumindo* (verbo no gerúndio) com valor de *portanto* no contexto – carta POL02). Seguem três exemplos:

c) [...] mas as favelas geram votos – é um ninho – e é isto o que interessa. / *Então*, se elas acabarem e os favelados tiverem mais instrução, mais oportunidades, certamente eles saberão melhor em quem votar e, aí, a mamata acaba. (POL13)

d) Os *royalties* pertencem aos estados-membros e aos municípios onde são exploradas estas fontes de energia, / porque é em seus territórios que ocorre uma série de degradações à população – da perda da receita tributária a danos ambientais e sociais inerentes à atividade./ *Portanto*, a tentativa de retirar ou restringir as receitas dos *royalties* [...] constituir-se-á flagrante agressão à própria federação brasileira [...]. (PET04)

e) Depois de eleito, o prefeito/governador/presidente passa a ser o representante de todo o povo / e jamais poderá discriminar a população por ter votado em um opositor. (ELE19)

Nos exemplos *c* e *e*, nota-se o emprego de *então* e *e* com valor conclusivo para o segmento anterior, como também depreende-se que o primeiro segmento de cada exemplo funciona como argumento para o segundo. Em *d*, temos um exemplo de uso de *portanto*, introduzindo segmento conclusivo.

Considerando a presença e a frequência das relações de adversidade nas cartas, percebeu-se que o conectivo mais utilizado foi *mas*, talvez por ser de uso mais comum em relações de adversidade, enquanto os outros conectivos, como *no entanto*, *contudo*, *todavia* etc., sejam considerados mais “sofisticados” ou de uso

mais formal, o que não se refere ao caso das cartas. No *corpus*, foram identificadas 26 ocorrências para esse conectivo, em contraposição a 1 ocorrência de *todavia* e 3 ocorrências de *e* com papel de conectivo adversativo.

Segue um exemplo:

f) Muito bonita e oportuna a campanha do TSE, recomendando ao eleitor valorizar o seu voto. De fato, quatro anos é muito tempo./ *Mas* fica em total desacordo com a situação do eleitor residente em determinados bairros (ou seriam currais eleitorais?), onde o candidato é imposto, sob pena de sofrer na carne o castigo pela desobediência.
(ELE02)

Nesse exemplo, o conectivo *mas* estabelece relação de oposição entre dois segmentos do trecho, introduzindo a voz do argumentador, que se contrapõe a uma outra vinda de fora no primeiro segmento, conforme exposto já neste capítulo, na subseção 3.3.1. Com esse papel, foram identificadas 8 ocorrências nas cartas.

Houve também emprego do *e* com valor adversativo, como no exemplo a seguir.

g) Eles vão lá, prometem mil coisas e não cumprem nem um terço [...].
(POL13)

A maioria de ocorrências para conectivo adversativo está concentrada na ligação de pequenos termos ou orações dentro do próprio segmento destacado na estrutura da carta: 22 ocorrências. Seguem dois exemplos:

h) Difícil é banir por completo essa “raça de víboras”, *mas* é possível, gradativamente, reduzir tais aproveitadores dos recursos públicos e da ingenuidade da grande parte dos eleitores deste país. (POL03)

i) Sou a favor da manutenção de vereadores que têm trabalho social sério – são poucos, *mas* existem. (POL09)

No que diz respeito à conjunção concessiva, que também estabelece uma relação de oposição, houve menor ocorrência de conectivos: 5, com um de cada tipo – *ainda que*, *apesar de*, *embora*, *mesmo que* e *se bem que*. Como já dito, na

concessão, antecipa-se a oposição, que retrata a voz de fora, sendo anulada pela voz do argumentador. A seguir, são apresentados alguns exemplos:

j) *Ainda que se exaltem as vantagens da urna eletrônica para tornar a votação mais ágil / ninguém me garante sua total segurança e inviolabilidade.* (POL02)

k) Infelizmente, elas [flores] dividem o espaço com dezenas de faixas e galhardetes de candidatos, com seus lindos sorrisos. *Apesar do todo o esforço, eles perdem feio para a beleza natural das florezinhas.* (ELE06)

l) Fico triste, *embora* não decepcionada, com os resultados dos nossos atletas nestas Olimpíadas. (OLI01)

Nos exemplos anteriores, em *k* e *l* o conectivo estabelece relação entre elementos internos aos segmentos destacados na estrutura do texto, formando um bloco semântico, diferentemente de *j*, em que a concessão em si corresponde a um segmento na estrutura argumentativa da carta.

O que se pode perceber na análise do *corpus* é uma ocorrência baixa no geral no uso de conectivos. Existe uma tendência para não usá-los, principalmente na relação entre grandes segmentos do texto. O maior emprego ocorre na ligação entre termos ou orações no interior dos segmentos argumentativos. Quanto à frequência, nota-se preferência pelo uso de conectivos adversativos e explicativos, em detrimento de concessivos e conclusivos, em menor número.

4 CARTAS DOS LEITORES NA SALA DE AULA

4.1 Contexto: ensino de texto argumentativo

É consenso que as habilidades de ler e escrever são fundamentais em qualquer área de conhecimento, já que nos comunicamos, nos expressamos e estudamos, basicamente, por meio de textos. É de conhecimento geral também que, no contexto escolar, temos um histórico de problemas com o trabalho relacionado a leitura e escrita na educação básica. Nossa realidade geral diz respeito a alunos que completam os ensinos fundamental e médio estudando Língua Portuguesa em todos os anos desses ciclos, mas chegando ao nível superior com sérias dificuldades de estruturação de texto, de organização e apresentação de ideias, de defesa de um posicionamento sobre uma temática polêmica, e mesmo de leitura e interpretação.

É claro que esse panorama apresenta um contexto de causas e fatores bastante complexo, que vem sendo discutido há tempos em congressos na área, como também em cursos de graduação e de pós-graduação em Letras. Sem a intenção de destrinchar o problema aqui em muitos detalhes, já que a intenção é expor um panorama, podem-se resumir alguns pontos significativos que vêm norteando essas discussões, incluindo nesse contexto a publicação dos *Parâmetros Curriculares Nacionais* (PCNs).

Um dos problemas mais destacados nessas discussões se refere ao fato de, em certos casos, a redação servir, nas aulas de Língua Portuguesa, como produto com um fim em si mesmo, cujo objetivo seria somente a correção gramatical. Nesses casos, não se abordam, de modo geral, outros aspectos do texto, como também não se consideram etapas importantes de produção – como planejamento, escrita, revisão crítica e reescrita – e não se estabelece um vínculo da produção textual em sala a uma necessidade real de interação comunicativa. O problema apresenta-se aqui de forma generalizada, é claro. Entretanto, essa situação corresponde a uma tradição, que se constituiu em várias gerações.

Houve uma mudança de foco, porém, em relação a essas questões, principalmente com a alteração da denominação *redação* para *produção textual*. Isso não significou apenas uma troca de nome, mas uma mudança quanto à concepção da atividade de escrever, de elaborar textos, nas aulas de Língua Portuguesa. O termo *redação* tinha um sentido de aplicação muito restrito. A expressão *produção textual* ampliou as perspectivas sobre o fazer textos, trazendo outros conceitos e outras situações para a sala de aula.

Passou-se a incorporar a noção de gênero ao trabalho com textos, com novas discussões teórico-metodológicas em relação à prática textual, considerando condições de produção, finalidade, lugar, interlocutores, meio, tempo etc. como fatores condicionantes e constituintes de significação. Assim, o ensino de língua e linguagem passou a ter uma abordagem mais voltada às necessidades comunicativas exigidas pela vida cotidiana em sociedade, buscando uma aproximação com a realidade do aluno, mas também capacitando-o a entrar em contato com outras realidades linguísticas, com base em textos de circulação em veículos diferentes, com formatos e linguagens diversificados.

Em relação, especificamente, à produção de textos argumentativos, cabe um destaque quanto à ênfase em um trabalho direcionado à formação de opinião, à apresentação e à defesa de ponto de vista, com base na leitura de diferentes fontes de informação. O objetivo, no ensino da escrita em língua materna, passou a ser capacitar o estudante a estruturar textos de forma coerente, utilizando uma linguagem adequada à situação comunicativa envolvida. Esse trabalho vislumbra uma competência essencial para a vida do aluno, no que diz respeito à sua formação como cidadão, à continuação de seus estudos no nível superior e à sua inserção no mercado de trabalho.

Uma das exigências fundamentais, em diversas áreas, para ser bem-sucedido no campo profissional é o “gerenciamento da informação por meio da comunicação oral e escrita, ou seja, a capacidade de ler, falar e escrever bem” (ABREU, 2006, p. 11). É imprescindível desenvolver essas habilidades, pois “[...] passamos a maior parte do tempo defendendo nossos pontos de vista, falando com pessoas, tentando motivar nossos filhos” (ABREU, 2006, p. 11).

Na sociedade, de modo geral, são muitas as situações sociais em que somos desafiados a defender nossas ideias, e muitas em que diferentes pessoas

tentam nos convencer de seus pontos de vista. Estar alienado no que concerne a esse processo é, de certa forma, estar excluído socialmente.

Ensinar os alunos a argumentar deve ser um objetivo pedagógico prioritário, que diz respeito a professores de todas as áreas de conhecimento. A ciência se constrói, fundamentalmente, pela defesa e refutação de ideias, com base em argumentos e demonstrações. Construção de pensamento científico é um processo em trânsito, em que as ciências são, constantemente, questionadas e reavaliadas.

Ao tratar disso, estão-se considerando aspectos como leitura, interpretação, formação de conceitos, elaboração e organização de argumentos consistentes e coerentes etc. Nesse caso, cada professor, em sua disciplina, pode trabalhar tudo isso com a fundamentação teórica que lhe é devida. É evidente que questões relacionadas à configuração de gênero textual, estruturação de enunciados, linguagem e gramática, em seus aspectos teóricos específicos, cabem ao professor de Língua Portuguesa.

A escola, de uma maneira ampla e interdisciplinar, deve criar condições para que os alunos formem uma racionalidade crítica e argumentativa, para desempenharem um papel ativo e construtivo na própria sociedade em que vivem.

O aperfeiçoamento da capacidade de comunicar-se de forma eficiente é de extrema relevância em um mundo que evolui diariamente. A necessidade de opinar, argumentar, persuadir, criticar, defender-se, participar, expressar-se, enfim, demanda a implantação de práticas pedagógicas que propiciem o desenvolvimento das capacidades comunicativas necessárias ao cidadão. A vida em sociedade requer cada vez mais que se desenvolvam habilidades discursivas que contribuam para a formação de cidadãos críticos, capazes de avaliar, participar e melhorar a sociedade na qual vivem (BUANI, 2011, p. 6).

A partir disso, impõe-se o maior desafio para os professores de Língua Portuguesa: pensar práticas pedagógicas que possibilitem a formação de uma autonomia linguística para o estudante, de forma contextualizada, discutindo o que acontece na realidade política e social e criando oportunidades reais de interação. Juntamente a isso, o professor deve trabalhar com o aluno a questão de que os discursos traduzem e criam, por meio de linguagem, representações ideológicas.

A linguagem tem influência também sobre os comportamentos do homem. O discurso transmitido contém em si, como parte da visão de mundo que veicula, um sistema de valores, isto é, estereótipos dos comportamentos humanos que são valorizados positiva ou negativamente. Ele veicula os tabus comportamentais. A sociedade transmite aos indivíduos – com a linguagem e graças a ela – certos estereótipos, que determinam certos comportamentos (FIORIN, 2005, p. 55).

Portanto, ainda de acordo com Fiorin (2005), comunicar é também agir num sentido mais amplo, pois, quando um enunciador reproduz elementos ideológicos de um discurso dominante, em uma medida, acaba por reforçar as estruturas de dominação. Entretanto, se toma como base outros discursos, acaba por questionar certas estruturas sociais. “[...] Sem pretender que o discurso possa transformar o mundo, pode-se dizer que a linguagem pode ser instrumento de libertação ou de opressão, de mudança ou de conservação” (FIORIN, 2005, p. 74).

Consequentemente, se o aluno é capaz também de apreender o que está nas “entrelinhas” dos textos, em seus aspectos ideológicos implícitos, em diferentes níveis de significação, haverá mais chances de fugir à manipulação e de atuar de forma mais consciente na sociedade em que vive.

4.2 Gêneros no trabalho em sala de aula

De acordo com Marcuschi (2008, p. 90), ensinar alguém a ler e produzir diferentes modalidades e gêneros de textos é ensinar operações discursivas de produção de sentidos inseridos em uma determinada cultura, como formas de ação linguística. Desse modo, o trabalho com os textos deve transcender em muito o mero ensino de usos linguísticos e regras gramaticais descontextualizados.

Considerar os gêneros como base para o ensino de Língua Portuguesa é trabalhar com atividades mais significativas de linguagem, com produtos de esferas sociais da atividade humana. Além disso, deve ser possibilitado ao aluno o contato com diversas formas de interação social, com base em um acervo construído historicamente por práticas sociais.

O gênero se mostra, basicamente, como um fator de economia, em sua relativa estabilidade social, funcionando, de certo modo, como modelos representativos de ideologias e interações comunicativas específicas, já que surgem de necessidades criadas em situações sociocomunicativas.

O papel dos gêneros textuais tem sido reconhecido como fundamental na interação sociocomunicativa e, em vista disso, eles passaram a nortear o ensino de língua, especialmente o trabalho com análise, interpretação e produção de textos. Essa abordagem favorece o desenvolvimento da competência linguística e discursiva e, conseqüentemente, amplia a participação social do indivíduo (KÓCHE, 2010, p. 14).

Em nossa tradição educacional, no ensino de texto, foi conferido privilégio aos modos de composição: descrição, narração e dissertação. Não há problema algum, na verdade, em desenvolver habilidades específicas relacionadas a esses formatos, pelo contrário. Entretanto, em um trabalho que busca maior interação e aproximação com a realidade linguística dos falantes, esses modos podem ser trabalhados no contexto de cada gênero, em uma prática correspondente ao cotidiano comunicativo em sociedade.

O gênero é uma escolha que leva consigo uma série de consequências formais e funcionais. Na realidade, se observarmos como agimos nas nossas decisões na vida diária, dá-se o seguinte: primeiramente, tenho uma atividade a ser desenvolvida e para a qual cabe um discurso característico. Esse discurso inicia com a escolha de um gênero que por sua vez condiciona uma esquematização textual (MARCUSCHI, 2008, p. 85).

Assim, de acordo com o autor (MARCUSCHI, 2008, p.86), muitas decisões de textualização – como configuração textual com suas estruturas específicas, ordenamento de parágrafos, escolha lexical etc. – devem-se à escolha do gênero, que está atrelada à situação e ao contexto comunicativo que gerou uma necessidade específica.

Portanto, não se pode mais trabalhar, em sala de aula, com uma metodologia que visa apenas ler e escrever para a escola e para o professor dar uma nota. É fundamental possibilitar ao aluno o domínio da linguagem e da textualidade como instrumento social para o exercício da cidadania, pois deve-se atender a um propósito sociocultural fora da escola, nas práticas cotidianas.

Assim, o estudante deve dominar os gêneros em suas especificidades, considerando também diferenças quanto ao auditório (ou destinatário), por exemplo.

Uma imagem inadequada do auditório, resultante da ignorância ou de um concurso imprevisto das circunstâncias, pode ter as mais desagradáveis consequências. Uma argumentação considerada persuasiva pode vir a ter um efeito revulsivo sobre um auditório para o qual as razões pró são, de fato, razões contra. [...] O conhecimento daqueles que se pretende conquistar é, pois, uma condição prévia de qualquer argumentação eficaz (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 22-23).

Mudanças no auditório, aproveitando o exemplo, redefinem a organização dos argumentos, o nível de formalidade e a escolha lexical. Por isso, é imprescindível uma definição clara de quem é o auditório, de quem é esse outro

para quem se escreve, se diz algo. A má definição do auditório, que deixa obscura a cena textual, ou mesmo a delimitação de um mesmo interlocutor indefinidamente, que é o professor, são problemas no trabalho com as produções escolares.

A partir dessas questões gerais, apresentamos algumas sugestões ou propostas para um trabalho mais direcionado sobre argumentação, utilizando como material o gênero carta de leitor.

4.3 Proposta de trabalho com base em cartas de leitores

Como exposto anteriormente, ensinar a argumentar é ensinar a pensar, a articular ideias, a usar o discurso como forma de poder e de ação. Por isso, é preciso levar em conta um ensino de argumentação contextualizado em situações comunicativas similares à realidade, relacionadas a gêneros textuais. Não se deve privilegiar apenas o estudo do modo argumentativo de forma estanque e esvaziada de sentidos.

O trabalho com argumentação associada a gêneros possibilita também destacar certas particularidades e determinados fatores contextuais e linguísticos que acabam por influenciar diretamente o texto. Elementos como propósito comunicativo, auditório, tempo, lugar, veículo etc. são determinantes na configuração do texto argumentativo – de sua estrutura e de sua linguagem. Analisar diferenças nesse sentido colabora bastante para uma apropriação maior dos recursos e das possibilidades da produção de textos, como também dos usos da própria língua, para a escrita em outros gêneros.

A proposta de trabalho com cartas de leitores apresenta como especificidade, necessariamente, o contato com outros gêneros, pois, na medida em que as cartas comentam e discutem temas tratados em notícias e reportagens, a intertextualidade e a polifonia são fatores condicionais para o novo texto. Por isso, a leitura e a produção desse gênero na escola possibilitam ao estudante desenvolver uma postura crítica e reflexiva, porque é necessário haver uma apropriação do tema, em sua percepção dialógica e polêmica, e uma configuração de posicionamento sobre a questão levantada. O objetivo principal, em uma carta de leitor, é expressar

um ponto de vista, em meio a tantos outros, buscando justificá-lo para demonstrar que se está com a razão.

Esse gênero textual atende a diversos propósitos comunicativos, uma vez que o enunciador pode participar de várias maneiras: para elogiar, criticar, contradizer alguma opinião, acrescentar outras informações, apresentar um ponto de vista próprio, sugerir, agradecer, reclamar, solicitar, corrigir algo que foi escrito, entre outras. Desse modo, a finalidade principal da carta de leitor é convencer o interlocutor (KÖCHE *et al*, 2010, p. 67).

Levar o aluno a apreender essa finalidade deve ser o primeiro aspecto a ser considerado na análise do gênero. Esse propósito sustenta a intencionalidade do produtor da carta – o que o motivou a escrever e enviar seu texto ao jornal. Essas são condições que antecedem a escrita propriamente dita, influenciando as escolhas do autor, como dito anteriormente.

Desse modo, devem-se criar situações e estratégias, em sala de aula, que possibilitem aos estudantes perceber essas intenções e esses propósitos comunicativos. Os professores devem orientá-los, a partir disso, a produzir textos de forma mais consciente e contextualizada.

Além disso, o estudante precisa ter condições, após a delimitação de um propósito, de apresentar um posicionamento, de maneira fundamentada. Isso só pode ser feito com base em leituras e discussões sobre os temas abordados. Sem informação não se forma opinião.

Por isso, é necessário também propiciar ao estudante o contato com “textos reais” de informação e de opinião e o exercício de expor suas ideias seguindo modelos estruturais, para que tenha condições, futuramente, de fazer uso de ferramentas e recursos textuais específicos na sua vida prática e profissional em sociedade.

Quanto mais expostos à diversidade de opiniões, mais serão capazes de pensar sobre o mundo que os cerca, levando em consideração diferentes perspectivas. As divergências de opiniões acabam por estimular e até transformar a formação e a consolidação de pontos de vista. Esse tipo de atividade proporciona também ao aluno um maior envolvimento com o contexto sociopolítico e cultural em que está inserido, construindo a noção de cidadania e de responsabilidade social.

Na abordagem do gênero em sala de aula, a metodologia de estudo deve considerar, em fase inicial, a leitura e a discussão dos temas e dos posicionamentos tratados nas cartas. Isso deve anteceder a qualquer estudo da estrutura ou da

linguagem dos textos. É preciso antes provocar uma intimidade com o gênero, buscando destacar o propósito comunicativo básico, os tipos de temas frequentes, as intenções do enunciador. Dessa forma, as questões que circundam esse primeiro contato com o gênero são:

- a) O que leva alguém a enviar uma carta ao jornal?
- b) Qual é a intenção comunicativa do autor do texto com esse tipo de manifestação textual?
- c) Quais são os possíveis efeitos de manifestar uma opinião em um jornal?
- d) Que tipos de temas são tratados com maior frequência nesse gênero textual?
- e) Quem é e qual é o papel do auditório?
- f) Quais são as delimitações de tempo e espaço para o gênero?

Essas questões ajudam a entender o contexto de produção das cartas, que deve ser considerado nessa primeira fase de leitura dos textos, juntamente com a atenção à análise das informações e das ideias levantadas. Em seguida, é fundamental ater-se à estruturação dos textos: seu formato e sua organização. Após isso, deve vir uma fase de leitura mais voltada para a linguagem, para a “rede” de sentidos tecida no texto, que traz à tona as ideias implícitas e pressupostas, presentes nas relações entre enunciados e na seleção vocabular.

[...] cumpre mostrar-lhe que, além da significação explícita, existe toda uma gama de significações implícitas, muito mais sutis, diretamente ligadas à intencionalidade do produtor. É neste nível que se revelam os tipos de atos que deseja realizar através do texto, os efeitos que pretende produzir no leitor, sua atitude perante os estados de coisas a que o texto remete, seu maior ou menor engajamento com relação aos enunciados que produz, a maneira, enfim, como representa a si mesmo, ao outro e ao mundo por meio da linguagem (KOCH, 2008, p. 159-160).

Após o momento de leitura e discussão dos textos, como do olhar para o contexto de produção e o formato do gênero em si, podem-se criar estratégias para um segundo momento, em que o aluno precisa formar seus próprios pontos de vista diante de temas polêmicos. Para isso, antes de tudo, ele precisa de informação, lendo sobre os assuntos, em diversos gêneros, e debatendo os temas em sala de aula, aprendendo a respeitar opiniões diferentes das suas e contra-argumentar diante de réplicas.

A seguir, apresentamos uma espécie de passo a passo para uma proposta de trabalho com o gênero, em turmas do ensino médio, que se inicia com a leitura geral de fontes diversas e a discussão de um tema polêmico e tem fim com a produção de uma carta de leitor e seu envio ao jornal.

Proposta de atividade:

- 1) Apresentação de uma situação problemática inicial, por meio de notícias e reportagens, em textos ou em vídeos. A seleção de materiais a serem expostos – é importante contextualizar a situação a partir de fontes diversas – pode apresentar uma abordagem geral do tema, para que o aluno, após discussão em turma, delimite uma abordagem específica, definindo um tema próprio, com base no que lhe foi exposto. Isso é importante para ensiná-lo também a delimitar um tema, a definir uma problemática.
- 2) Possibilidade de um debate sobre as ideias destacadas nos materiais, de forma orientada, a partir da proposta de questões que direcionem a discussão, pelo menos em um primeiro momento. Em seguida, os próprios alunos devem ter um espaço para propor questões e temas que considerem importantes. Esses temas podem ser anotados no quadro, para posterior escolha ou melhor sistematização das ideias.
- 3) Apresentação de exemplares do gênero carta de leitor que tratem do tema geral, discutindo os posicionamentos com a turma. Pode-se dividir a turma em dois grupos: alunos favoráveis e alunos contrários a determinadas opiniões, para que possam, mesmo que informal e improvisadamente, justificar seus pontos de vista oralmente.
- 4) Destaque de determinados aspectos referentes ao gênero, tais como: diferenças estruturais da carta de leitor em relação à carta comum, a função comunicativa, a estrutura dos textos (tema, tese e argumentos), o tipo de linguagem, etc., por meio de atividades diferenciadas – grupos de trabalho, estudos dirigidos etc.
- 5) Após revisão e discussão da análise anterior, apresentação de proposta de produção de texto, especificando: a modalidade (escrita), o gênero (carta de leitor), o modo de organização (argumentação), o meio (jornal), o destinatário (o jornal e os leitores), a linguagem (informal “cuidada” ou formal).
- 6) Após a elaboração da primeira versão dos textos, proposta de revisão por outros colegas e pelo professor, para dar orientações e sanar dúvidas. Nesse momento, é fundamental analisar se os requisitos gerais da produção foram atendidos, como: o gênero, a temática, o modo de organização, a estrutura e a linguagem.

- 7) Discussão, em sala, da coerência e da coesão dos textos produzidos, por meio de destaque dado a pontos positivos e negativos nas produções, no que se refere a apresentação de posicionamento, fundamentação de ponto de vista, relevância e coerência dos argumentos, organização e estruturação do texto, etc.
- 8) Em relação a aspectos específicos, como vocabulário, gramática e ortografia, elaboração de orientações e atividades específicas com base nos trechos dos textos dos alunos.
- 9) Após a discussão e as atividades específicas de revisão gramatical, proposta de reescritura do texto.
- 10) Revisão e comentários sobre os textos reescritos.
- 11) Orientação aos estudantes para envio das cartas ao jornal, pelo correio ou por *e-mail*.
- 12) Disponibilização de um momento com a turma para discutir e ter um retorno da experiência desenvolvida em sala, para que os alunos comentem as principais dificuldades e as vantagens da atividade de modo geral.

Com essa atividade, que precisa ser desenvolvida em etapas, o que pode levar algumas aulas, desenvolvem-se a oralidade e a escrita, por um procedimento que visa à consciência do estudante sobre certos processos comunicativos e linguísticos, assim como à autonomia, já que a língua é uma ferramenta que deve dominar para construção e consolidação de seu papel e de seu lugar como cidadão. Assim, a língua é vista e estudada de forma integrada a uma prática social, contextualizada em uma situação comunicativa específica e delimitada.

Embora se saiba que se consegue, com esse tipo de atividade, uma aproximação com uma situação comunicativa real, existe a consciência também de que, por ser uma atividade escolar, independentemente da proposta, há um acordo implícito de que a escrita tem como finalidade maior a própria aprendizagem da escrita. O aluno escreve para aprender a escrever melhor. Nesse caso, a proposta apresenta um gênero a aprender, antes de este se realizar como um gênero a comunicar.

Entretanto, essa “imitação” da realidade é muito significativa por possibilitar que os estudantes aprendam a construir representações adequadas dos contextos de interação e a agir orientados por estas. Deve-se ter em consideração, portanto,

que toda introdução de um gênero na escola é resultado de uma decisão didática que visa, antes de tudo, a objetivos precisos de aprendizagem.

4.4 Outras sugestões

Como exposto no capítulo 1, seção 1.8, no dizer de Bakhtin (2009), o processo de ler, compreender e se apropriar de um texto é também uma forma de diálogo, estabelecido numa relação de troca entre autor e leitor, construindo novos sentidos. O professor deve criar em sala de aula, por meio de estratégias específicas, o estabelecimento de diálogos com os textos, explicando os diversos recursos que geram significações explícitas ou implícitas.

Qualquer tipo genuíno de compreensão deve ser *ativo*, deve conter já o germe de uma resposta. Só a compreensão ativa nos permite apreender o tema [...]. Compreender a enunciação de outrem significa orientar-se em relação a ela, encontrar o seu lugar adequado no contexto correspondente. A cada palavra da enunciação que estamos em processo de compreender, fazemos corresponder uma série de palavras nossas, formando uma réplica. Quanto mais numerosas e substanciais forem, mais profunda e real é a nossa compreensão (BAKHTIN, 2009, p. 136-137).

Por meio de diferentes formas de interação e de diálogo com os textos, o aluno será capaz de se posicionar de forma mais segura e autônoma e poderá expressar seu ponto de vista com mais maturidade.

A partir da leitura, da discussão geral e da produção dos textos, o professor pode aprofundar os estudos da linguagem e da argumentação constituintes desse gênero textual, elaborando atividades que direcionem a atenção para recursos específicos. Isso possibilitará ao aluno o exercício de uma leitura mais consciente em relação a certas estratégias textuais e, conseqüentemente, ao domínio de uma escrita mais produtiva, mais eficiente, aprimorando seu próprio texto.

Com base nisso, apresentamos nesta seção mais algumas sugestões de trabalho com carta de leitor. A abordagem volta-se especificamente para a linguagem em si, destacando aspectos específicos como polifonia e argumentatividade.

Conforme apresentado no capítulo 3, na subseção 3.3.1, a carta de leitor é um texto altamente polifônico, pois o argumentador emite um parecer sobre uma

problemática exposta por outro(s) enunciador(es). Nesse processo, o argumentador se apropria da temática (problema) e retorna sua compreensão a respeito, em uma dinâmica dialógica, por meio de uma opinião. Assim, a tese é uma espécie de resposta ao tema, ou seja, o ponto de vista exposto pelo argumentador é uma réplica à proposta, formulada por outra(s) voz(es) exterior(es) ao texto.

Uma atividade interessante é selecionar cartas que tratem de um mesmo tema, mas apresentem posicionamentos diversos, para que o aluno identifique esse tema e as diferentes teses a respeito, com atenção a esse diálogo estabelecido nos textos – buscando diferenciar os posicionamentos favoráveis (concordância) dos posicionamentos desfavoráveis (discordância) em relação ao tema/à proposta. É importante enfatizar que as cartas dos leitores, normalmente, tratam de temas noticiados e discutidos na semana. Por isso, a fim de contextualizar melhor as questões discutidas, é fundamental recuperar, de alguma forma, as informações e as notícias que motivaram os textos.

Apresentamos dois exemplos a seguir.

MED05

O governador Cabral erra ao chamar os médicos de vagabundos. Acredito que eles trabalham muito. O que falta é verificar a carga horária de cada um nas unidades contratadas e exigir sua presença na unidade. Com certeza, vão descobrir médico com seis situações em unidades, o que, conforme legislação da classe de quatro horas/unidade, somam 24 horas. Com certeza, será constatado que vários trabalham muito, mas não cumprem a carga horária/unidade que deveriam. Quanto à classe, não existe mais corporativista, daí a manifestação do Cremerj.

MED06

É inacreditável que agora o Cremerj e outros órgãos queiram processar Sérgio Cabral por injúria e difamação. Que injúria ele proferiu? Difamou quem? Pessoas que não têm o menor compromisso com a vida humana. Que já se esqueceram, faz tempo, o juramento no dia da colação de grau. Nosso governador está coberto de razão: não precisamos de médicos assim. Não temos hospitais decentes, sabemos que nossos leitos são poucos, que as atendentes fazem tudo para minorar essa situação caótica. Agora, os médicos não irem trabalhar é inadmissível. Eles têm obrigação moral de salvar vidas. Escolheram essa linda profissão.

As duas cartas apresentam o mesmo tema, referente à polêmica declaração do governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, chamando médicos que faltaram ao serviço de “vagabundos”. Na primeira carta, MED05, o argumentador se posiciona contra a declaração do governador, julgando-a errada; na segunda, MED06, o autor do texto defende Sérgio Cabral, concordando com sua declaração. Portanto, o diálogo entre a voz do argumentador e a voz de fora, que se refere à declaração do governador, apresenta-se de formas diferentes nas duas cartas. Destacando o tema e a tese de cada carta, temos:

MED05

Tema: Referência feita pelo governador Sérgio Cabral aos médicos do serviço público como “vagabundos”.

Tese: O governador Cabral erra ao chamar os médicos de vagabundos.

MED06

Tema: Posicionamento do governador Sérgio Cabral no contexto da referência feita aos médicos do serviço público como “vagabundos”.

Tese: Nosso governador está coberto de razão: não precisamos de médicos assim.

Como uma sugestão de atividade, o professor pode pedir que se destaquem os temas dos textos, por meio da formulação de um sintagma nominal, e a tese, pela identificação do enunciado que representa a opinião do autor sobre o tema. No caso de teses implícitas, esse enunciado deve ser formulado pelo aluno, com base no contexto e em pistas do próprio texto.

Apresentando tema e tese, nas cartas de leitores, em termos de problemática e proposta de solução ou exposição de opinião, fica mais nítida essa relação dialógica para o aluno, como também a própria fundamentação da argumentação na carta de leitor.

A partir disso, torna-se mais coerente a apreensão dos enunciados que funcionam como argumentos para a justificação da tese em relação ao tema. Na carta MED05, o autor justifica sua opinião utilizando como argumento a situação equivocada da carga horária nas unidades, defendendo que os médicos trabalham muito e que, por isso, o governador está errado. Na carta MED06, o autor faz uma abordagem mais apelativa, utilizando argumentos subjetivos e “emocionais”, como o “juramento da colação de grau” e a “obrigação moral de salvar vidas”, para apoiar o posicionamento do governador.

Assim, o aluno é capaz de destacar e analisar a estrutura geral do texto, que, sem rigidez de ordem, seria: o problema é *x*, a opinião é *y*, porque *argumentos*. O discente pode ser orientado a reescrever as principais ideias das cartas nessa organização lógica e sintética do texto. Isso colabora para apreensão dessa estrutura geral.

Como estratégia facilitadora, pode-se fazer o seguinte questionamento: considerando a polêmica exposta (tema), o argumentador quer nos convencer/persuadir de quê (tese)? Após isso, pergunta-se em relação à tese: por quê? As respostas são os argumentos, considerando as seguintes relações: *tese [porque] argumentos* ou *argumentos [portanto] tese*.

Resumindo, a estrutura geral da carta de leitor pode ser apreendida em três elementos principais:

- a) Tema (problemática) – o que se discute; a tese proposta.
- b) Tese (opinião ou proposta de solução) – posicionamento do argumentador da carta, que pode ser favorável ou não à proposta exposta no tema.
- c) Argumento(s) – elemento(s) que justifica(m) ou fundamenta(m) a tese.

É importante elaborar atividades em que os alunos possam identificar e reorganizar esses elementos, a fim de entender com maior propriedade a estruturação do texto, a organização e a apresentação das ideias pelo autor, analisando também, se possível, algumas tendências em relação à ordem de ideias nesse gênero de texto. Esse tipo de atividade pode auxiliar os alunos no exercício de uma leitura mais atenta e produtiva, como também no planejamento e na estruturação de seus próprios textos, já que desenvolvem a capacidade de identificar e organizar elementos estruturais do texto argumentativo de modo geral.

O fato de o gênero carta de leitor ser relativamente simples, quanto a essa estruturação, em comparação a outros gêneros, é um bom começo no trabalho com argumentação. Partir do gênero mais simples para o mais complexo leva o aluno a passar por níveis de complexidade e de amadurecimento na escritura de seus textos.

No que se refere à questão da polifonia, podem-se explorar os recursos de citações e de oposições nos textos, por meio de atividades que analisem a presença e a atuação de diferentes vozes nas cartas, colaborando para a complexidade de posicionamentos.

Em relação ao primeiro caso, podem-se destacar situações em que uma citação é o próprio tema, ficando explícita a voz comentada, assim como seu enunciador, como nos exemplos anteriores, com as cartas MED05 e MED06, em que o argumentador emite sua opinião sobre uma fala pronunciada. Ainda no que concerne às citações, podem-se destacar também os casos em que funcionam

como argumentos de autoridade, discutindo, em turma, sua coerência e sua pertinência à argumentação apresentada.

Um exercício que destaca a polifonia presente nos textos, relacionado ao segundo caso, é a apreensão da inter-relação entre ideias opostas, no caso de concessivas e adversativas. Vejamos os casos a seguir.

ELE02

Muito bonita e oportuna a campanha do TSE, recomendando ao eleitor valorizar o seu voto. De fato, quatro anos é muito tempo. Mas fica em total desacordo com a situação do eleitor residente em determinados bairros (ou seriam currais eleitorais?), onde o candidato é imposto, sob pena de sofrer na carne o castigo pela desobediência.

No exemplo anterior, pode-se discutir o valor do trecho sublinhado no sentido de apreender a que ideia ou conclusão somos levados a pensar quando o lemos isoladamente. Ainda pode-se destacar o emprego de “de fato” como elemento confirmador, por parte do argumentador, da coerência do enunciado anterior ou do posicionamento da voz referida (proposta), no caso a voz do TSE. Na carta, há uma espécie de concordância parcial, percebida na relação do primeiro segmento com o segmento posterior, que traz uma oposição, introduzida pelo conectivo *mas*. Esse segundo segmento traz uma restrição, que destoa do que é apresentado anteriormente, como um fator de exceção que prejudica a ideia geral anterior.

Quando fazemos uso da coordenação adversativa, a oração adversativa, obviamente, faz um encaminhamento argumentativo contrário ao da oração anterior, frustrando, assim, a expectativa do destinatário (ABREU, 2001, p. 24).

É importante salientar com o aluno essa mudança de direcionamento e, mais importante ainda, levá-lo a perceber para onde está a força argumentativa do texto. No caso do exemplo anterior, os argumentos apresentados na carta fundamentam a ideia introduzida pelo conectivo.

Além disso, outros recursos podem ser explorados paralelamente, como, por exemplo, a escolha lexical. No primeiro segmento do trecho destacado, usou-se a palavra *bonita*, que, no contexto, acaba tendo um tom depreciativo, significando implicitamente: “a campanha pode ser bonita, mas é ineficaz”. Nesse caso, o valor

argumentativo de *bonita* tem um peso muito menor que o valor de “eficaz”, considerando a restrição apresentada no que diz respeito a determinados bairros. A palavra *bonita*, nesse sentido, ganha, inclusive, certo valor irônico.

Seguimos com outro exemplo.

POL02

Ainda que se exaltem as vantagens da urna eletrônica para tornar a votação mais ágil, ninguém me garante sua total segurança e inviolabilidade.

No exemplo anterior, a oposição é marcada na voz de fora, por meio do conectivo *ainda que*. Diferentemente do exemplo retirado da carta ELE02, a oposição é antecipadamente enfraquecida, ou seja, adianta-se, claramente, que a ideia exposta será desconsiderada pelo argumentador, que, logo a seguir, introduzirá enunciado com ideia oposta, que prevalecerá na argumentação. Nesse caso, não há quebra de expectativa.

Podemos dizer que a articulação sintática de oposição utilizando a subordinação concessiva tem um efeito de modalização, uma vez que prepara, com antecipação, o destinatário, para uma conclusão contrária ao inicialmente esperado (ABREU, 2001, p. 25).

Atividades que tenham como proposta levar o aluno a pensar e a discutir essas diferenças semânticas atreladas a diferenças sintáticas são fundamentais para trabalhar o “jogo de intenções” presente ao se construir um texto argumentativo. É importante mostrar ao aluno que, em qualquer texto, mas principalmente no argumentativo, nenhuma escolha é gratuita e as trocas não são neutras. Por isso, não são muito eficientes exercícios em que se substitua simplesmente uma forma pela outra, ou em que se transforme uma estrutura de concessão em adversidade, sem discutir efeitos de sentido e de intenção relacionados a um contexto.

Como já mencionado, não são somente as estruturas frasais as responsáveis pela argumentação. As escolhas lexicais colaboram significativamente para a rede de argumentatividade, passando intenções e valores. Nas cartas dos leitores, isso é destacado pelas palavras de sentido pejorativo ou meliorativo, pelas ironias e pela linguagem figurada.

Analisar os recursos lexicais é outra forma de estudar a polifonia. A ironia, por exemplo, é pura ambiguidade. Assim, podem-se explorar também os pressupostos e informações implícitas, que constituem muito do teor argumentativo desses textos. Isso pode ser melhor verificado com base em um exemplo, apresentado a seguir.

ELE 10

Atualmente, o melhor humorístico na televisão é o programa eleitoral gratuito. É impressionante a quantidade de piadistas que despontam nesta época. Se os eleitores do Rio acreditarem nas hilárias promessas desses aventureiros candidatos estaremos perdidos. Acho, inclusive, que deveria ser criado um reality show político, porque o que tem de artista querendo aparecer às nossas custas é brincadeira. Enquanto a política não for levada **a sério**, o **caos** continuará até chegarmos ao **fundo do poço**, e falta pouco. Não basta impugnar somente os fichas-sujas; temos que **extirpar os mentirosos**, os que prometem e não cumprem e os que **aparecem para curtir com a nossa cara**. Vamos **dar um basta ao deboche eleitoral**.

Na carta ELE10, discute-se a questão da falta de seriedade na política brasileira, baseando-se na propaganda eleitoral gratuita. Para isso, o autor faz uso de ironia ao dizer que a propaganda, assim como a política, é uma piada. Para iniciar uma análise, nesses termos, da carta em sala de aula, deve-se começar esse questionamento por dois pontos:

- a) Qual é a visão do argumentador sobre a política?
- b) Como é possível depreender esse ponto de vista no texto?

Em relação ao item a, espera-se que a turma, na leitura do texto, perceba que o argumentador destaca a questão da falta de seriedade na política. O professor deve orientar essa discussão. Após isso, é preciso que os alunos identifiquem as escolhas lexicais no texto que colaboram para a configuração dessa ideia, passando julgamentos de valor (item b).

O campo semântico apresentado pelo autor refere-se ao universo do humor: *humorístico, piadistas, hilárias, brincadeira, deboche*. Além disso, há palavras que também refletem esse contraponto no que diz respeito a uma imagem de seriedade esperada da política e do programa eleitoral, como: *aventureiros, reality show, artista, mentirosos*.

Sabe-se que esses sentidos são irônicos no texto pelo conhecimento de mundo do que deve ser e do que é a política na nossa realidade. Essa visão não deveria ter relação com humor, pelo contrário, é algo que deveria ser considerado com muita seriedade, já que a política é a força que rege um país, que comanda,

que organiza. Por isso, o argumentador se mostra indignado com a pouca formalidade e seriedade, de modo geral, do programa eleitoral gratuito, criticando, além disso, o pouco comprometimento dos políticos ao apresentar promessas de teor duvidoso.

O texto pode ser dividido em duas partes: uma que apresenta um “cenário” de deboche em relação à propaganda, em que o autor faz uso de ironias; outra em que o argumentador assume uma voz mais “séria”, mudando o tom e a apresentação das ideias. O aluno pode ser levado a perceber essa mudança de tom e a intenção de apresentar essas duas perspectivas diferentes, observando um enunciado que funciona como marco no texto: “Enquanto a política não for levada a sério...”

Outras palavras, na segunda perspectiva, passam o sentido corresponde à visão que o argumentador tem da política brasileira. A palavra *caos* apresenta a situação presente, que, em sua concepção, poderá transformar-se em algo pior no futuro: *fundo do poço*. Tanto uma forma quanto outra apresentam sentidos figurados, que podem ser explorados em discussão com os alunos, embora sejam expressões de uso comum no cotidiano.

A partir desse enunciado destacado como marco na carta, o autor abandona a linguagem irônica para assumir uma linguagem de indignação, chamando os políticos de corruptos e mentirosos, e o contexto eleitoral de deboche.

A linguagem é apelativa e busca chamar a atenção do leitor, por meio de ironias, palavras de sentido conotativo e pejorativo. Nesse caso, a linguagem é constituída de argumentatividade, contribuindo para apresentar o posicionamento indignado do autor e reforçar sua tese: “Enquanto a política não for levada a sério, o caos continuará até chegarmos ao fundo do poço, e falta pouco”. Nesse caso, o léxico contribui mais para o texto, no que diz respeito à constituição do caráter argumentativo, do que sua própria estrutura, que não está configurada em argumentos formais.

A carta ELE 04, transcrita a seguir, funciona como mais um exemplo de linguagem conotativa contribuindo para a argumentatividade do texto, com ênfase em uma perspectiva subjetiva.

ELE 04

Diminui o percentual de eleitores jovens por conta da imundície que tem sido a política. A juventude, que é movida por sonhos, emoções, modismo, aventuras, está tolhida, deprimida, sem atmosfera e

horizonte. A cada dia, somente escândalos. Nunca se viu antes na História deste país tanta corrupção e imoralidade. Uma nação sem a força da juventude é árvore de espécie frutífera, mas que não dá frutos. A falta de caráter dos políticos em nosso país envergonha a juventude na hora de votar.

A linguagem presente nas cartas comumente reflete uma maior subjetividade da parte do argumentador, principalmente pelo uso de conotações. A interpretação desses sentidos é fundamental para se apropriar dos julgamentos passados, muitas vezes de forma implícita, imprescindíveis para configuração da opinião transmitida no texto.

Não basta conhecer o significado literal das palavras ou sentenças de uma língua: é preciso saber reconhecer todos os seus empregos possíveis, que podem variar de acordo com as intenções do falante e as circunstâncias de sua produção (KOCH, 2008, p. 27).

Generalização, simplificação de ideias, caráter emocional, linguagem apelativa são algumas das características comuns encontradas em cartas de leitores. Considerando isso, pode-se fazer um exercício crítico com os alunos também no que diz respeito à validade ou não desse tipo de argumentação em outras situações comunicativas, debatendo a questão do gênero e de seu espaço de divulgação associada a isso.

Outra possibilidade é, ao se pensar em outras situações ou gêneros em que a formalidade e a fundamentação de ideias sejam cobradas de forma mais rigorosa, discutir se essas características seriam consideradas inadequadas. Esse seria um ponto importante ao se transpor o estudo da argumentação para outros gêneros, como artigos de opinião, editoriais, textos acadêmicos etc.

5 CONCLUSÕES

Ao apresentar, nesta tese, a carta do leitor como um gênero textual argumentativo e como um material produtivo para ser trabalhado em sala de aula do ensino médio, delimitamos alguns conceitos importantes no que diz respeito a argumentação e gênero textual.

Sobre argumentação, a definição básica se refere à noção de intenção comunicativa. Desse modo, argumentar é buscar convencer o outro sobre algo, persuadi-lo ou influenciá-lo. De certa forma, é também agir sobre o outro. Nessa forma de ação, pretende-se mudar representações mentais, pela evidência de algumas ideias e omissão de outras, por escolhas que fazemos, conscientemente ou não, de palavras, de recursos e de estratégias discursivas.

A argumentação é um “modo de organização”, uma mecânica de discurso, com seus recursos e procedimentos próprios, utilizados em gêneros diversos. Assim, a carta do leitor é um gênero textual em que predomina o modo de organização discursivo argumentativo, pois a intenção do autor do texto é buscar a adesão do destinatário em relação à ideia que defende a respeito de um tema polêmico.

Associado à ideia de argumentação está o conceito de argumentatividade, que destaca o caráter pessoal e intencional do produtor do texto na escolha de determinadas formas, construções e palavras, que expõe, explícita ou implicitamente, seu posicionamento em relação ao que é tratado. Isso pode acontecer, em diferentes graus, em textos de diferentes modos de organização, embora no argumentativo o fenômeno fique mais evidente. São fatores de argumentatividade nas cartas: a estrutura, a organização dos enunciados em suas relações de sentido (tese e argumentos, restrições e concessões), a linguagem empregada, as escolhas lexicais, o uso de ironia etc.

Portanto, se considerarmos que as escolhas e combinações de palavras e a progressão textual por articulações entre enunciados objetivam a uma intencionalidade de persuasão (caráter argumentativo), podemos concluir que a argumentação está inscrita na própria língua, de acordo com o que propõe a Semântica Argumentativa. Logo, a linguagem nunca é neutra.

Nos textos argumentativos, há certas condições que devem ser atendidas, no que diz respeito tanto ao contexto comunicativo, quanto à estrutura textual. Em relação ao contexto, as cartas atendem às condições específicas para tal, pois apresentam uma proposta suscetível de questionamentos, um argumentador e um sujeito-alvo (destinatário). No mais, apresentam também, em sua estrutura geral, um tema, uma tese e argumentos.

Apresentaram-se, como resultados de análise no *corpus* da pesquisa, algumas distinções importantes ao se considerar a estruturação geral das cartas.

A primeira distinção apresentada foi entre tema e tese, em que o primeiro representa a problemática ou a tese proposta e a segunda apresenta a proposta de solução ou a opinião sobre a questão. Nas cartas, é possível, de modo geral, relacionar tema a problema, já que em muitas delas há uma motivação vinda de uma situação problemática, sobre a qual o autor deseja opinar ou exigir/sugerir melhorias ou soluções.

Os argumentos são elementos que fundamentam o ponto de vista adotado. Na estruturação do texto, argumentos são justificativas para a tese. Esta significa o mesmo que conclusão, na relação *argumento [portanto] tese* ou *tese [porque] argumento*.

Na análise da estrutura geral das cartas, foram estudadas:

- a) as partes que compõem seu formato geral, no que diz respeito à apresentação do tema e à defesa de um ponto de vista, destacando-se tese e argumentos;
- b) a linguagem utilizada.

Em relação ao primeiro item, constatamos que, no *corpus*, a função principal dos textos é criticar, reclamar, questionar sobre algum tema polêmico. Para a problemática apresentada no tema, em pouco mais da metade das cartas (54%), apresenta-se uma proposta de solução, e no restante há a manifestação de uma opinião a respeito. Normalmente, a tese aparece de forma explícita nas cartas (82,4%), não apresentando uma posição fixa no gênero, em sua estruturação.

Sobre a linguagem adotada, destacamos os pontos que mais nos chamaram a atenção no *corpus*, que são:

- a) a polifonia, por meio do diálogo entre tema e tese, das citações, das relações de oposição de ideias (com adversativas e concessivas) e da ironia;

- b) o léxico, principalmente pelo emprego de linguagem figurada;
- c) os conectivos, no que concerne à ocorrência e ao emprego das relações de explicação, conclusão, adversidade e concessão.

O texto argumentativo, que é polifônico já em sua motivação inicial, apresenta influências e marcas de outros textos ou discursos. Nas cartas, essa motivação está baseada em um diálogo entre tema e tese, em uma relação de intertextualidade. Entretanto, outras vozes são retratadas nos textos de diferentes maneiras, como em citações, diretas ou não, ironias e relações de oposição de ideias.

As escolhas lexicais, em sentido figurado ou não, de modo geral, colaboram para compor o quadro argumentativo dos textos, enfatizando pontos de vista que revelam angústia, insatisfação, indignação – emoções do enunciador. Algumas marcas, como os conectivos, indicam a orientação argumentativa dos textos, expondo as relações de sentido. Todos esses aspectos constituem a própria configuração do gênero.

Em uma perspectiva mais ampla, os gêneros não são meramente modelos estruturais e linguísticos, mas sim atividades sociais. No caso das cartas, a atividade diz respeito a expor um ponto de vista, que significa um ato de participação social, em um sentido de contribuição sobre os assuntos discutidos em sociedade.

Portanto, a carta do leitor é um gênero textual específico gerado a partir de determinadas condições sociais e culturais. Como já dito antes, quem escreve ao jornal parte de uma situação problemática noticiada recentemente, tendo como objetivo expor seu posicionamento a respeito do tema – reclamando, sugerindo, reivindicando etc.

O jornal participa da construção do produto final (o texto publicado) fazendo cortes e atribuindo títulos, por exemplo. É o jornal que supervisiona e coordena os diálogos entre os leitores. Isso faz parte das condições estabelecidas nesse processo de comunicação, que devem ser levadas em conta no trabalho com o material em sala de aula. Considerar esses elementos e condições é fundamental para o exercício da apreensão de sentidos e da elaboração de ideias.

Ensinar os alunos a argumentar deve ser o objetivo pedagógico prioritário da escola. A partir disso, impõe-se o maior desafio para os professores de Língua Portuguesa: pensar práticas pedagógicas que possibilitem a formação de uma

autonomia linguística para o estudante, discutindo o que acontece na realidade política e social e criando oportunidades reais de interação.

Como apresentado anteriormente, ensinar a argumentar é ensinar a pensar, a articular ideias, a usar o discurso como forma de poder e de ação. Por isso, é preciso levar em conta um ensino de argumentação contextualizado em situações comunicativas similares à realidade, relacionadas a gêneros textuais.

Quanto mais expostos à diversidade de opiniões, mais serão capazes de pensar sobre o mundo que os cerca, levando em consideração diferentes perspectivas. As divergências de opiniões acabam por estimular e até transformar a formação e a consolidação de pontos de vista.

Atividades que tenham como proposta levar o aluno a pensar e a discutir as diferenças semânticas atreladas às diferenças sintáticas são fundamentais para trabalhar o “jogo de intenções” presente ao se construir um texto/discurso argumentativo. É importante mostrar para o aluno que, em qualquer texto, mas principalmente no texto argumentativo, nenhuma escolha é gratuita e as trocas não são neutras. Por isso, não adiantam exercícios em que se substitua simplesmente uma forma pela outra, ou em que se transforme uma estrutura de concessão em adversidade, sem discutir efeitos de sentido e de intenção relacionados a um contexto.

Além disso, pode-se fazer um exercício crítico com os alunos também no que diz respeito à validade ou não do tipo de argumentação encontrado nas cartas em outras situações comunicativas, debatendo a questão do gênero e seu espaço de divulgação, em comparação a outros espaços.

Certamente, este trabalho não esgota todas essas questões, em relação ao gênero estudado, nem no que se refere à argumentação de modo geral. Priorizou-se aqui a análise das condições delimitadoras para a argumentação nesses textos. Isso nos levou à conclusão inicial de que, por conta do contexto, principalmente por haver um tema polêmico e uma intenção de persuasão, e da estrutura textual, a carta do leitor é um gênero argumentativo. É verdade que aspectos relacionados à linguagem merecem um estudo mais detalhado – temática que pode ser abordada em futuras pesquisas –, já que, no trabalho, foram destacadas questões em uma análise mais geral e panorâmica.

Fica evidente a produtividade do trabalho com esse material em sala de aula, pela possibilidade de os estudantes analisarem textos com diferentes

posicionamentos sobre um mesmo tema, em uma linguagem mais simples. Além disso, como uma abordagem inicial para o estudo da argumentação, é importante considerar que as cartas tratam de questões atuais e críticas, relacionadas a um contexto político e social. Isso é fundamental para que nossos alunos, desde cedo, comecem a se interessar e pensar sobre a realidade que os cerca, para se tornarem sujeitos conscientes e atuantes na sociedade em que vivem.

REFERÊNCIAS

ABREU, Antônio Suárez. *Curso de redação*. 11. ed. São Paulo: Ática, 2001.

_____. *A arte de argumentar: gerenciando razão e emoção*. 9. ed. Cotia: Ateliê Editorial, 2006.

AZEREDO, José Carlos de. *Iniciação à sintaxe do português*. 5. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999. (Coleção Letras).

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Trad. Michel Lahud; Yara Frateschi Vieira. 13 ed. São Paulo: Hucitec, 2009. (Linguagem e Cultura, 3).

BARBISAN, Leci Borges. A definição argumentativa do léxico no discurso. Disponível em: <<http://www.congressoaled2005.puc.cl/pdf/leci%20borges.pdf>>. Acesso em: 23 maio 2009.

BRAIT, Beth. Análise do discurso e argumentação: o exemplo da ironia. In: MARI, H. et al (Org.). *Fundamentos e dimensões da análise do discurso*. Belo Horizonte: Carol Borges – Núcleo de Análise do Discurso. Fale – UFMG, 1999.

BUANI, Márcia Helena Ortega. Cartas do leitor como estratégia para o ensino de língua portuguesa. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1156-4.pdf>. Acesso em 04 nov. 2011.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2004.

CHARAUDEAU, Patrick. *Linguagem e discurso: modos de organização*. Coord. da equipe de tradução: Angela M. S. Corrêa e Ida Lúcia Machado. São Paulo: Contexto, 2008.

CITELLI, Adilson. *Linguagem e persuasão*. 12. ed. São Paulo: Ática, 1998. (Princípios).

COSENDEY, Jaqueline Nunes da Fonseca. *Argumentação na mídia impressa: textos opinativos d'O Globo na década de 1940 e na atualidade*. 2011. Tese de Doutorado em Língua Portuguesa. Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2011.

COUTINHO, Maria Antónia. Para uma linguística dos géneros do texto. *Diacrítica*. Braga: n.19 (1), 2005. p. 73-88.

DIONISIO, Angela Paiva et al. *Gêneros textuais e ensino*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.

_____; BESERRA, Normanda da Silva (Orgs.). *Tecendo textos, construindo experiências*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

DOOLEY, Robert A.; LEVINSOHN, Stephen H. *Análise do discurso: conceitos básicos em linguística*. Trad. Ruth Julieta da Silva e John White. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

DUCROT, Oswald. *Provar e dizer: leis lógicas e leis argumentativas*. Trad. de Maria Aparecida Barbosa, Maria de Fátima G. Moreira e Cidmar Teodoro Pais. São Paulo: Global, 1981. (Linguagem, Comunicação e Sociedade).

FIORIN, José Luiz. *Linguagem e ideologia*. 8. ed. rev. São Paulo: Ática, 2005. (Série Princípios, 137).

FRANÇA, José Marcos de. A didatização de um gênero do argumentar: a carta de leitor. *Interdisciplinar*, ano 5, v. 12, jul.-dez. 2010, p. 151-166. Disponível em: http://www.posgrap.ufs.br/periodicos/interdisciplinar/revistas/ARQ_INTER_12/INTER_12_12.pdf. Acesso em: 18 out. 2011.

GARCIA, Othon Moacir. *Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar*. 17. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

GRAEFF, Telisa Furlanetto. A argumentação no discurso e os reflexos no léxico. In: VI Congreso Latinoamericano de Estudios del Discurso: América Latina en su discurso, 2005, Santiago - Chile. *Actas do VI Congreso Latinoamericano de Estudios del Discurso: América Latina en su discurso*, 2005.

GUIMARÃES, Eduardo (Org.). *História e sentido na linguagem*. Campinas: Pontes, 1989. (Linguagem-Crítica).

KOCH, Ingedore G. Villaça. *A inter-ação pela linguagem*. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2001. (Repensando a Língua Portuguesa).

_____. *Argumentação e linguagem*. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

KÖCHE, Vanilda Salton *et al.* *Leitura e produção textual: gêneros textuais do argumentar e expor*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. Tradução de Cecília P. de Souza-e-Silva; Décio Rocha. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008. (Educação Linguística, 2).

OLIVEIRA, Helênio Fonseca. Concessão e produção de textos. In: LOPES, Luiz Paulo da M.; MOLLICA, Maria Cecília (Orgs.). *Espaços e interfaces da linguística e da linguística aplicada*. Rio de Janeiro, UFRJ, 1995. p. 89-96. (Cadernos Didáticos/UFRJ; 17).

_____. “Prós” e “contras” ou a argumentação ponderada. Congresso da Associação dos Estudos da Linguagem do Rio de Janeiro (ASSEL/RIO). 3º, 1994. *Anais...*, Rio de Janeiro, ASSEL/RIO, 1995.

_____. *Conjunções e argumentação em português*. Rio de Janeiro, 1999. Trabalho utilizado como material didático em minicurso ministrado na UERJ em 2001.

_____. Categorias do modo argumentativo de organização do discurso. In: GÄRTNER, Eberhard *et. al.* (Eds.). *Estudos de linguística textual do português*. Frankfurt: TFM, 2000.

_____. Conjunções e palavras e locuções afins: seu papel no discurso. In: _____. *Descrição do português à luz da linguística do texto*. Rio de Janeiro: UFRJ; CEP, 2001. (Módulo didático, unidade V, 1ª parte).

_____. Os gêneros da redação escolar e o compromisso com a variedade padrão da língua. In: HENRIQUES, Claudio Cezar; SIMÕES, Darcília (Orgs.). *Língua e cidadania: novas perspectivas para o ensino*. Rio de Janeiro: Europa, 2004.

_____. Gêneros textuais e conceitos afins: teoria. In: VALENTE, André (Org.). *Língua Portuguesa e identidade: marcas culturais*. Rio de Janeiro: Caetés, 2007a.

_____. Conflito entre a natureza pejorativa ou melhorativa das escolhas lexicais e a orientação argumentativa do texto. IX Fórum de Estudos Linguísticos da UERJ, Rio de Janeiro, 2007b. Disponível em: <http://mail.mailig.ig.com.br/mail/?ui=1&attid=0.1&disp=vah&view=att&th=1194374ee31...>>. Acesso em: 14 abr. 2008.

PERELMAN, Chaïm. Argumentação. In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1987. v. 11.

_____; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da argumentação: a nova retórica*. Trad. Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005. (Justiça e Direito).

SACKS, Sheldon (Org.). *Da metáfora*. São Paulo: Educ/Pontes, 1992.

SANTOS, Leonor Werneck (Org.). *Discurso, coesão, argumentação*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1996. (Série Investigações Linguísticas, v. 1).

TOLDO, Claudia Stumpf (Org.). *Questões de linguística*. Passo Fundo: UPF, 2003. (Série Jornadas Literárias).

APÊNDICE – Análise da estrutura das cartas

ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente)

ECA01

1) *Função:*

Criticar a impunidade em relação à violência cometida por adolescentes amparados por ECA e legislação.

2) *Segmentos:*

A – Comemora-se o 18º aniversário do ECA, citado como um marco de proteção contra a violência praticada por adultos

B – todavia existe a violência cometida por eles nas ruas amparados por uma legislação anacrônica

C – [portanto] a maioria penal aos 18 anos é mais um estímulo que um freio à criminalidade de jovens

D – [porque] muitos são reincidentes

E – [portanto] urge acordar

Organização linear: A todavia B [portanto] C [porque] D [portanto] E

Organização hierárquica: A todavia B → **C** ← D

↓

E

3) *Síntese:*

A maioria penal aos 18 anos é mais um estímulo que um freio à criminalidade de jovens, porque, apesar dos 18 anos do ECA, há impunidade à violência cometida por adolescentes nas ruas, sendo inclusive reincidentes.

4) *Relação:*

Problema (Tema): Violência cometida por adolescentes, amparados pelo ECA.

Opinião (Tese): A maioria penal aos 18 anos é mais um estímulo que um freio à criminalidade de jovens (Solução implícita: A maioria penal deveria ser diminuída).

5) *Observação:*

* O segmento E enfatiza uma tomada de ação, portanto de persuasão. Porém ele não reflete a tese principal do texto, por não conter a ideia principal, que se origina em uma intenção comunicativa, que é externar um ponto de vista. O enunciado funciona como se fosse um estímulo à ação por ela mesma (“é preciso fazer algo”), de forma geral.

ECA02

1) *Função:*

Criticar a situação constrangedora dos motoristas em relação aos lavadores de para-brisas nos sinais.

2) *Segmentos:*

A – O problema dos lavadores de para-brisas em sinais é antigo e cresceu

B – [porque] há preguiça e falta de sintonia das autoridades com o problema

C – [porque] consideram-no “coisa menor” e deixam rolar frouxo

D – [mas] código penal prevê como crime

E – [portanto] para os que já se esqueceram, o problema pode ser coibido sim

F – pois no Pan eles sumiram

Organização linear: A [porque] B [porque] C [mas] D [portanto] E pois F

Organização hierárquica: A ← B } [mas] D → E ← F

↑

C

3) *Síntese:*

Para os que já se esqueceram, o problema pode ser coibido sim [dos lavadores de para-brisa nos sinais], apesar de antigo e crescente, por conta da preguiça e da falta de sintonia das autoridades que o consideram “menor”, pois o código penal prevê como crime, e eles “sumiram” na época do Pan.

4) *Relação:*

Problema (Tema): Problema dos lavadores de para-brisas em sinal.

Opinião (Tese): Para os que já se esqueceram, o problema pode ser coibido sim [dos lavadores de para-brisa nos sinais].

POLÍTICA**POL01**1) *Função:*

Criticar candidatura, com permissão da lei, de políticos com ficha suja.

2) *Segmentos:*

A – País não é sério

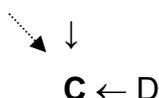
B – [porque] permite que fichas-sujas se candidatem a cargos públicos; a intenção deve ser se locupletar por caminhos sórdidos

C – [portanto] a sociedade deveria se mobilizar para varrer a sujeira da sociedade; acorda, meu povo

D – [porque] por muito menos os argentinos fazem panelaço em praça pública

Organização linear: A [porque] B [portanto] C [porque] D

Organização hierárquica: A ← B

3) *Síntese:*

Toda a sociedade deveria se mobilizar para que toda essa sujeira fosse varrida da nossa sociedade, porque nosso país não é sério, já que permite que candidatos com ficha suja se candidatem a cargos públicos, que devem ter intenção de se locupletar por meios sórdidos.

4) *Relação:*

Problema (Tema): Candidatura, com permissão da lei, de políticos com ficha suja.

Opinião (Tese): Toda a sociedade deveria se mobilizar para que toda essa sujeira fosse varrida da nossa sociedade (Solução).

5) *Observação:*

* Como E é um fragmento que reflete uma persuasão à ação por ela mesma, não explicitando o conteúdo desenvolvido no texto, não pode ser a tese principal. É somente um reforço à ideia de D, tese de fato.

POL02

1) *Função:*

Criticar a falta de transparência no processo eleitoral com as urnas eletrônicas.

2) *Segmentos:*

A – Ainda que se exalte a urna eletrônica para agilidade na votação

B – não há garantia de segurança e inviolabilidade

C – [porque] não há comprovante de como foi votado

D – [e] advogados pressurosos condenam divulgação de lista de fichas-sujas

E – [portanto] querem que continuemos a votar às cegas

F – [porque] deve atender a determinados interesses

Organização linear: Ainda que A, B [porque] C [e] D [portanto] E [porque] F

Organização hierárquica: Ainda que A, B ← C } [e] D } → **E** ← F

3) *Síntese:*

Querem que continuemos a votar às cegas, que deve atender a determinados interesses, porque ninguém garante a segurança e a inviolabilidade da urna eletrônica, apesar de exaltada, já que não há comprovante de como votou, e há defesa e proteção de advogados pressurosos em relação à divulgação da lista de políticos com ficha suja.

4) *Relação:*

Problema (Tema): Falta de transparência no processo eleitoral com as urnas eletrônicas.

Opinião (Tese): Querem que continuemos a votar às cegas.

5) *Observação:*

* O conectivo [e] de D tem um valor mais apropriado para a ideia de “além disso”, como introduzindo informação diferente de tudo desenvolvido anteriormente, não sendo simplesmente uma ideia paralela à anterior.

POL03

1) *Função:*

Criticar a decisão da Justiça Eleitoral em permitir candidatura de fichas-sujas.

2) *Segmentos:*

A – Decisão da JE não impede fichas-sujas de concorrer às eleições

B – [portanto] assim JE está do lado dos corruptos, e não do povo

C – [portanto] depois disso, cabe ao eleitor fazer valer os seus direitos e não permitir que os desonestos voltem a atuar na política deste país.

D – [porque] é possível reduzi-los, apesar de ser difícil bani-los.

Organização linear: A [portanto] B [portanto] C [porque] D

Organização hierárquica: A } → **C** ← D

↓

B

3) *Síntese:*

Cabe ao eleitor fazer valer os seus direitos e não permitir que os desonestos voltem a atuar na política deste país, pois é possível reduzi-los, porque a JE está do lado dos corruptos, por conta de sua decisão de permitir que candidatos com ficha suja concorram às eleições.

4) *Relação:*

Problema (Tema): Decisão da Justiça Eleitoral em permitir candidatura de fichas-sujas.

Opinião (Tese): Cabe ao eleitor fazer valer os seus direitos e não permitir que os desonestos voltem a atuar na política deste país. (Solução)

POL04

1) *Função:*

Denunciar o cerceamento do processo eleitoral em comunidades sob o controle de milícias ou traficantes.

2) *Segmentos:*

A – Milícias ou traficantes, ao cercearem eleições em comunidades, invalidam o processo eleitoral nas seções em que se fazem representar como eleitores

B – [portanto] cabe ao TRE suspender, impedir ou anular a votação em algumas seções

C – [porque] deve-se garantir a manutenção do princípio democrático de igualdade de oportunidades e a lisura e a correção do processo.

Organização linear: A [portanto] B [porque] C

Organização hierárquica: A → **B** ← C

3) *Síntese:*

Cabe ao TRE suspender, impedir ou anular a votação em algumas seções, porque há cerceamento de eleições por milícias ou traficantes em comunidades, que invalida o processo eleitoral, pois se deve garantir a manutenção do princípio democrático de igualdade de oportunidades e a lisura e a correção do processo.

4) *Relação:*

Problema (Tema): Cerceamento do processo eleitoral em comunidades sob o controle de milícias ou traficantes.

Opinião (Tese): Cabe ao TRE suspender, impedir ou anular a votação em algumas seções. (Solução)

POL05

1) *Função:*

Criticar liberação de candidatura de políticos acusados ou já condenados por homicídio.

2) *Segmentos:*

A – É falta de respeito com cidadão carioca permitirem candidatos acusados ou já condenados por homicídio

B – [portanto] o vice-presidente do TRE lamentar que “infelizmente, é a nossa realidade” é um absurdo

C – pois apenas vivemos essa triste situação porque as autoridades não proíbem tais candidaturas

D – [porque] de nada adianta detector de metais no TRE, se teremos assassinos eleitos na Câmara etc.

E – [portanto] nós, cidadãos do Rio, não podemos permitir que criminosos assumam o governo da cidade

F – pois assim estaremos deliberadamente arruinando qualquer chance de melhoria da segurança.

Organização linear: A [portanto] B pois C [porque] D [portanto] E pois F

Organização hierárquica: $A \rightarrow B \leftarrow C$ }
 \uparrow } $\rightarrow E \leftarrow F$
 D }

3) *Síntese:*

Nós, cidadãos do Rio, não podemos permitir que criminosos assumam o governo da cidade, já que estaremos arruinando qualquer chance de melhoria na segurança, pois vivemos essa triste situação porque as autoridades não proíbem tais candidaturas, por isso o vice-presidente do TRE lamentar que “infelizmente, é a nossa realidade” é um absurdo, pois é falta de respeito com o cidadão carioca.

4) *Relação:*

Problema (Tema): Liberação de candidatura de políticos acusados ou já condenados por homicídio.

Opinião (Tese): Nós, cidadãos do Rio, não podemos permitir que criminosos assumam o governo da cidade. (Solução implícita: a população deve agir)

POL06

1) *Função:*

Criticar candidatura de políticos com ficha suja.

2) *Segmentos:*

A – Todos os candidatos respondem a um questionário quando fazem a homologação da candidatura junto aos TREs [...]

B – [portanto] se não é possível impedir a candidatura dos chamados fichas-sujas [...], o TSE deveria acrescentar no questionário a declaração da outrora conhecida como folha corrida

C – [porque] se não se pode impedir que concorram, pelo menos tomaremos conhecimento da vida pregressa do candidato.

Organização linear: A [portanto] B [porque] C

Organização hierárquica: A → B ← C

3) *Síntese:*

Se não é possível impedir a candidatura dos chamados fichas-sujas, o TSE deveria acrescentar no questionário a declaração da outrora conhecida como folha corrida, porque, se não se pode impedir que concorram, pelo menos tomaremos conhecimento da vida pregressa do candidato

4) *Relação:*

Problema (Tema): Candidatura de políticos com ficha suja.

Opinião (Tese): Se não é possível impedir a candidatura dos chamados fichas-sujas, o TSE deveria acrescentar no questionário a declaração da outrora conhecida como folha corrida. (Solução)

POL07

1) *Função:*

Criticar candidatos à prefeitura do Rio que fazem promessas de campanha que não podem ser cumpridas.

2) *Segmentos:*

A – Alguns candidatos à prefeitura do Rio devem prestar mais atenção quando fizerem suas promessas de campanha

B – tendo em vista que algumas não poderão ser cumpridas

C – [porque] uns dizem que vão restringir o uso do “caveirão”

D – [e] outros afirmam que vão investir na segurança pública

E – [mas] cabe lembrar que segurança pública é da competência do governo do estado e que a atuação é privativa das polícias Civil e Militar

F – [portanto] que tal se os candidatos apresentassem planos para melhorar o ensino nas escolas municipais e humanizar mais o atendimento nos hospitais municipais?

G – [porque] poderão cumprir as suas promessas e estarão combatendo e colaborando para minorar a violência que hoje assola a nossa cidade maravilhosa.

Organização linear: A tendo em vista que B [porque] C [e] D [mas] E [portanto] F [porque] G

Organização hierárquica: A ← B

↑

C [e] D [mas] E → F ← G

3) *Síntese:*

Alguns candidatos à prefeitura do Rio devem prestar mais atenção quando fizerem suas promessas de campanha, já que algumas não poderão ser cumpridas, **apresentando planos para melhorar o ensino nas escolas municipais e humanizar mais o atendimento nos hospitais municipais,** porque poderão cumprir as suas promessas e estarão combatendo e colaborando para minorar a violência que hoje assola a nossa cidade maravilhosa.

4) *Relação:*

Problema (Tema): Promessas de campanha que não podem ser cumpridas por candidatos à prefeitura do Rio.

Opinião (Tese): Alguns candidatos à prefeitura do Rio devem prestar mais atenção quando fizerem suas promessas de campanha, apresentando planos para melhorar o ensino nas escolas municipais e humanizar mais o atendimento nos hospitais municipais. (Solução)

POL08

1) *Função:*

Contestar declaração do coronel Jardim sobre críticas sofridas e esclarecer posicionamento [Chico Alencar] sobre atuação da prefeitura em relação a políticas de segurança pública.

2) Segmentos:

A – Defendo empenho máximo da prefeitura como braço social de políticas integradas de segurança pública

B – Por isso não poderia prometer proibir a ação do “caveirão”. O que afirmei foi que, como prefeito, terei voz ativa para contestar a atual política de segurança, que considero equivocada

C – [portanto] seria mais útil aos leitores o coronel Jardim explicar por que considera a política de segurança do governo estadual de imensa letalidade e tão pouco eficaz, em vez de reiterar as óbvias limitações constitucionais do poder municipal sobre as ações policiais

D – [porque] estas, por sinal, podem ser questionadas por qualquer cidadão de bem [...].

Organização linear: A por isso B [portanto] C [porque] D

Organização hierárquica: A
 $\left. \begin{array}{l} \downarrow \\ B \end{array} \right\} \rightarrow \mathbf{C} \leftarrow D$

3) Síntese:

Seria mais útil aos leitores o coronel Jardim explicar por que considera a política de segurança do governo estadual de imensa letalidade e tão pouco eficaz, em vez de reiterar as óbvias limitações constitucionais do poder municipal sobre as ações policiais, pois o coronel Jardim está errado em suas críticas [implícito], porque não poderia prometer proibir a ação do “caveirão”. O que afirmei foi que, como prefeito, terei voz ativa para contestar a atual política de segurança, que considero equivocada, porque defendo empenho máximo da prefeitura como braço social de políticas integradas de segurança pública.

4) Relação:

4) *Relação:*

Problema (Tema): Falta de coerência e seriedade em relação a promessas de candidatos em campanha.

Opinião (Tese): Sou a favor da manutenção de vereadores que têm trabalho social sério. (Solução implícita: deveriam ser mantidos os vereadores que têm trabalho social sério)

POL10

1) *Função:*

Criticar valorização da política paternalista.

2) *Segmentos:*

A – Depositamos muita esperança de uma vida melhor nas mãos dos políticos [...]

B – [porque] a política paternalista implantada por muitos candidatos tomou conta de nossa consciência

C – [mas] devemos dar o exemplo antes de cobrar qualquer atitude

D – [embora] não possamos esperar um discurso como esse de todos, pois muitos travam uma luta diária contra a pobreza [...]

E – [e] alguns candidatos, sabendo disso, conseguem qualquer voto com a promessa de mais uma refeição

Organização linear: A [porque] B [mas] C [embora] D [e] E

Organização hierárquica: A ← B [mas] C

[embora]

D [e] E

3) *Síntese:*

Devemos dar o exemplo [em relação à política paternalista] antes de cobrar qualquer atitude, embora não possamos esperar um discurso como esse de todos e alguns candidatos, sabendo disso, consigam qualquer voto com a promessa de mais uma refeição, pois depositamos muita esperança de uma vida melhor nas mãos dos políticos, já que a política paternalista implantada por muitos candidatos [...] tomou conta de nossa consciência.

4) *Relação:*

Problema (Tema): Valorização da política paternalista.

Opinião (Tese): Devemos dar o exemplo [em relação à política paternalista] antes de cobrar qualquer atitude. (Solução)

POL111) *Função:*

Criticar jogo de interesses no financiamento de campanhas aos Executivo e Legislativo.

2) *Segmentos:*

A – O financiamento da campanha para cargos no Executivo e no Legislativo deveria ser feito com recursos públicos

B – [porque] dessa forma, a disputa se daria num ambiente mais homogêneo e evitar-se-iam dívidas de campanha

C – [porque] esta semana, vimos diversas informações acerca da obscuridade no nome de doadores. Os vultuosos valores também são informações estranhas [...]

D – [portanto] há necessidade de medidas urgentes em relação ao assunto, a cada dia mais exteriorizado com o seu lado mais ilegal

Organização linear: A [porque] B [porque] C [portanto] D

Organização hierárquica: **A** ← B → D

↑

C

(parte de B)

3) *Síntese:*

O financiamento da campanha para cargos no Executivo e no Legislativo deveria ser feito com recursos públicos, porque, dessa forma, a disputa se daria num ambiente mais homogêneo e evitar-se-iam dívidas de campanha, pois, esta semana, vimos diversas informações acerca da obscuridade no nome de doadores.

Os vultuosos valores também são informações estranhas, por isso há necessidade de medidas urgentes em relação ao assunto.

4) *Relação:*

Problema (Tema): Jogo de interesses no financiamento de campanhas aos Executivo e Legislativo.

Opinião (Tese): O financiamento da campanha para cargos no Executivo e no Legislativo deveria ser feito com recursos públicos. (Solução)

5) *Observação:*

* O segmento D funciona como uma conclusão no texto, retomando, de certa forma, a tese principal, porém com caráter de parecer final.

POL12

1) *Função:*

Criticar financiamento de campanha por doações de particulares.

2) *Segmentos:*

A – Já que está fácil, está sobrando, preciso com urgência de financiamentos e doações [...]

B – O nosso país tem 10% de analfabetos e mais não sei quantos sem ter o que comer – em pleno século XXI – mas tem farta distribuição de dinheiro aos políticos

C – [portanto] não é possível levar esse país a sério

Organização linear: A / B [portanto] C

Organização hierárquica: A / B → C

3) *Síntese:*

Não é possível levar esse país a sério, porque o nosso país tem 10% de analfabetos e mais não sei quantos sem ter o que comer – em pleno século XXI – mas tem farta distribuição de dinheiro aos políticos, então [...].

4) *Relação:*

Problema (Tema): Financiamento de campanha por doações de particulares.

Opinião (Tese): Não é possível levar esse país a sério. (Tese implícita)

5) *Observação:*

* O primeiro segmento do texto é uma sequência justaposta, que representa, por meio da ironia e dos sarcasmo, a indignação do autor com a problemática destacada: Financiamento de campanha por doações de particulares. Convencionamos representar essa relação de justaposição com o símbolo /.

POL13

1) *Função:*

Criticar campanha de políticos em relação às favelas em época de eleições.

2) *Segmentos:*

A – Sanear as favelas, desmotivar a favelização e criar programas habitacionais [...] não estão nas metas dos políticos

B – [porque] eles vão lá, prometem mil coisas e não cumprem nem um terço

C – mas as favelas geram votos [...] e é isto o que interessa

D – [portanto] se elas acabarem e os favelados tiverem mais instrução, mais oportunidades, certamente eles saberão melhor em quem votar e, aí, a mamata acaba

Organização linear: A [porque] B mas C [portanto] D

Organização hierárquica: A ← B

mas C → D (argumento para A)

(argumento para A)

3) *Síntese:*

Sanear as favelas, desmotivar a favelização e criar programas habitacionais [...] não estão nas metas dos políticos, porque eles prometem mil coisas e não cumprem nem um terço, mas as favelas geram votos [...] e é isto o que interessa, portanto, se elas acabarem e os favelados tiverem mais instrução, mais oportunidades, certamente eles saberão melhor em quem votar.

4) *Relação:*

Problema (Tema): Campanha de políticos em relação às favelas em época de eleições.

Opinião (Tese): Sanear as favelas, desmotivar a favelização e criar programas habitacionais não estão nas metas dos políticos.

POL14

1) *Função:*

Criticar o não cumprimento de mandatos políticos em época de candidaturas em eleições.

2) *Segmentos:*

A – Vendo o desfile de infindáveis candidatos a salvadores da pátria do Rio, causa espécie que nenhum deles se comprometa com o cumprimento integral do mandato

B – [porque] os vereadores, na primeira oportunidade, viram secretários ou afins [...]

C – [e] prefeitos suspiram por um governo de estado ou um ministério, largam seus mandatos e se vão [...]

D – [portanto] a solução é estabelecer que detentores de cargos eletivos estejam impossibilitados às vantagens e/ou privilégios político-fisiológicos fora desses cargos, a menos que renunciem ao mandato [...]

Organização linear: A [porque] B [e] C [portanto] D

Organização hierárquica: A ← B [e] C } → D

3) *Síntese:*

A solução é estabelecer que detentores de cargos eletivos estejam impossibilitados às vantagens e/ou privilégios político-fisiológicos fora desses cargos, a menos que renunciem ao mandato [...], porque, vendo o desfile de infindáveis candidatos a salvadores da pátria do Rio, causa espécie que nenhum deles se comprometa com o cumprimento integral do mandato, pois os vereadores, na primeira oportunidade, viram secretários ou afins [...] e prefeitos suspiram por um governo de estado ou um ministério, largam seus mandatos e se vão.

4) *Relação:*

Problema (Tema): Não cumprimento de mandatos políticos em época de candidaturas em eleições.

Opinião (Tese): A solução é estabelecer que detentores de cargos eletivos estejam impossibilitados às vantagens e/ou privilégios político-fisiológicos fora desses cargos, a menos que renunciem ao mandato. (Solução)

POL15

1) Função:

Criticar o quadro desolador da cidade no contexto das eleições.

2) Segmentos:

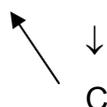
A – É fundamental uma reviravolta, no Legislativo e na prefeitura, se é que se deseja reverter o quadro de desolação da cidade, abandonada pelos responsáveis

B – [porque] promessas sempre as mesmas, em vésperas de eleições, [...] são lançadas por pretensos candidatos, sem a mínima qualificação, na tentativa de cooptarem o voto dos desinformados

C – [portanto] a qualquer preço, o momento é oportuno e único para se evitar o continuísmo político, cujos resultados têm sido desastrosos [...]

Organização linear: A [porque] B [portanto] C

Organização hierárquica: A ← B



3) Síntese:

É fundamental uma reviravolta, no Legislativo e na prefeitura, se é que se deseja reverter o quadro de desolação da cidade, abandonada pelos responsáveis, porque promessas sempre as mesmas, em vésperas de eleições, são lançadas por pretensos candidatos, sem a mínima qualificação, na tentativa de cooptarem o voto dos desinformados, por isso, a qualquer preço, o momento é oportuno e único para se evitar o continuísmo político, cujos resultados têm sido desastrosos.

4) Relação:

Problema (Tema): Quadro desolador da cidade no contexto das eleições.

Opinião (Tese): É fundamental uma reviravolta, no Legislativo e na prefeitura, se é que se deseja reverter o quadro de desolação da cidade. (Solução)

POL16

1) Função:

Criticar campanha de políticos em época de eleições com uso de histórico de militância contra o regime militar.

2) Segmentos:

A – Alguns candidatos insistem em tentar passar uma imagem de “herói da resistência”, não poupando oportunidades de lembrar ao eleitor seu passado de militância contra o antigo regime militar

B – [porque] [por exemplo] aqui, em Recife, um candidato a vereador utiliza grande parte de sua propaganda eleitoral para veicular depoimentos de autoridades [...] exaltando suas “façanhas” [...]

C – [mas] nenhum deles aprofunda as discussões sobre o tema, preferindo romancear suas atividades e evitando abordar, por exemplo, indícios de traição [...]

Organização linear: A [porque] B [mas] C

Organização hierárquica: A ← B
[mas] C

3) Síntese:

Nenhum dos candidatos aprofunda as discussões sobre o tema [militância no regime militar], preferindo romancear suas atividades e evitando abordar, por exemplo, indícios de traição, embora alguns insistam em tentar passar uma imagem de “herói da resistência”, como um candidato no Recife.

4) Relação:

Problema (Tema): Campanha de políticos em época de eleições com uso de histórico de militância contra o regime militar.

Opinião (Tese): Nenhum dos candidatos aprofunda as discussões sobre o tema [militância no regime militar], preferindo romancear suas atividades e evitando

abordar, por exemplo, indícios de traição. (Solução implícita: os candidatos deveriam aprofundar as discussões sobre o tema)

ELEIÇÕES 2008

ELE01

1) *Função:*

Protestar quanto à falta de lucidez e clareza para escolha de candidatos nas eleições.

2) *Segmentos:*

A – Eleições se aproximam e há dúvidas na escolha de candidatos

B – [porque] a magistratura está com as mãos atadas e à espera de leis mais restritivas

C – e no Congresso todos querem representatividade para mais força e tranquilidade

D – [portanto] enquanto não pensarmos em educação como solução, este país democrático de analfabetos será um caos

E – [porque] não existe democracia sem lucidez para escolher

F – [porque] os políticos e o povo são analfabetos

Organização linear: A [porque] B [e] C [portanto] D [porque] E [porque] F

Organização hierárquica:

$$\begin{array}{ccc}
 A & & \\
 \uparrow & & \\
 B [e] C & \left. \vphantom{\begin{array}{c} A \\ \uparrow \\ B [e] C \end{array}} \right\} & \rightarrow D \leftarrow E \\
 & & \uparrow \\
 & & F
 \end{array}$$

3) *Síntese:*

Enquanto não pensarmos em educação como solução, este país democrático de analfabetos será um caos, porque não existe democracia sem lucidez para escolher, pois nas eleições há dúvidas na escolha de candidatos, uma vez que a magistratura está com as mãos atadas e à espera de leis mais restritivas, e no Congresso todos querem representatividade para mais força e tranquilidade.

4) *Relação:*

Problema (Tema): Falta de lucidez e clareza para escolha de candidatos nas eleições.

Opinião (Tese): Enquanto não pensarmos em educação como solução, este país democrático de analfabetos será um caos. (Solução implícita: devemos pensar em educação como solução)

5) *Observação:*

* Nesse caso, poderíamos considerar, em uma análise mais detida, a divisão da estrutura “*leio que a magistratura está com as mãos atadas e à espera de leis mais restritivas*”, em que a relação estabelecida com o [porque] não se faz com “leio” e sim com a oração subordinada “a magistratura está com as mãos atadas e à espera de leis mais restritivas”.

ELE02

1) *Função:*

Reclamar quanto à situação de determinados bairros onde o candidato é imposto sob pena de “castigos”.

2) *Segmentos:*

A – É bonita e oportuna a campanha do TSE sobre o valor do voto

B – mas fica em desacordo com a situação de alguns bairros onde o candidato é imposto sob pena de castigos

C – [e] não adianta considerar os serviços da Força Nacional ou de outras polícias

D – [porque] isso garantiria a campanha e a eleição, mas não a segurança do indivíduo após a eleição

E – [portanto] para que o eleitor possa exercer o seu direito e dever de votar livre e espontaneamente, o candidato imposto tem que ser impugnado.

Organização linear: A mas B [e] C [porque] D [portanto] E

Organização hierárquica: A mas B [e] C ← D } → E

3) *Síntese:*

Para que o eleitor possa exercer o seu direito e dever de votar livre e espontaneamente, o candidato imposto tem que ser impugnado, porque, apesar da boa campanha do TSE de valorização do voto, em alguns bairros o candidato é imposto, sob pena de castigos, e não adianta a Força Nacional, porque protege a eleição mas não o indivíduo após o processo.

4) *Relação:*

Problema (Tema): Situação de determinados bairros onde o candidato é imposto sob pena de “castigos”.

Opinião (Tese): Para que o eleitor possa exercer o seu direito e dever de votar livre e espontaneamente, o candidato imposto tem que ser impugnado. (Solução)

ELE03

1) *Função:*

Criticar o quadro político em processo de eleição.

2) *Segmentos:*

A – O quadro que se nos afigura sobre as eleições não é salutar

B – [porque] pelo visto, baixaremos mais nosso nível político-cultural

C – [porque] ser político é ser líder, guardião dos erários, mas vemos a destruição dos valores financeiros e morais

D – [porque] verificamos que obras escolhidas pelas autoridades não são as necessárias à população, hospitais públicos são agenciadores de serviço, alunos de escolas públicas são aprovados sem conhecimento etc.

Organização linear. A [porque] B [porque] C [porque] D

Organização hierárquica: A ← B

↑

C ← D

3) *Síntese:*

O quadro que se nos afigura sobre as eleições não é salutar, porque baixaremos mais nosso nível político-cultural, pois vemos a destruição dos valores financeiros e

morais, quando verificamos que as obras escolhidas não são as necessárias à população etc.

4) *Relação:*

Problema (Tema): Quadro político em processo de eleição.

Opinião (Tese): O quadro que se nos afigura sobre as eleições não é salutar.

ELE04

1) *Função:*

Comentar a diminuição do percentual de eleitores jovens.

2) *Segmentos:*

A – Diminui o percentual de eleitores jovens

B – por conta da imundície que tem sido a política

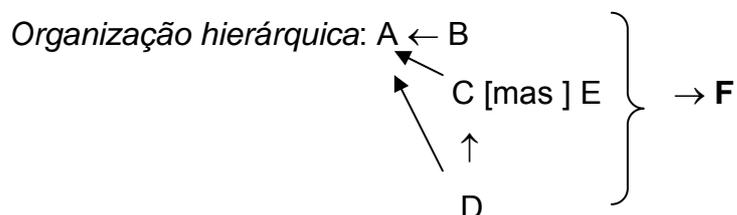
C – [porque] a juventude está deprimida

D – [porque] há muitos escândalos, corrupção e imoralidade

E – [mas] uma nação sem a força da juventude é árvore de espécie frutífera, mas que não dá frutos

F – [portanto] a falta de caráter dos políticos envergonha a juventude na hora de votar.

Organização linear: A por conta de B [porque] C [porque] D [mas] E [portanto] F



3) *Síntese:*

A falta de caráter dos políticos em nosso país envergonha a juventude na hora de votar, porque diminui o percentual de eleitores jovens por conta da imundície que tem sido a política, pois a juventude está deprimida, já que há muitos escândalos, mas ela é a força de uma nação.

4) *Relação:*

Problema (Tema): Diminuição do percentual de eleitores jovens.

Opinião (Tese): A falta de caráter dos políticos em nosso país envergonha a juventude na hora de votar.

ELE05

1) *Função:*

Criticar o processo de eleição a cada dois anos.

2) *Segmentos:*

A – As eleições a cada dois anos só servem para perpetuar o mandato dos partidos

B – [porque] elegendo um governador de determinado partido, o eleitor é levado a eleger o prefeito do mesmo partido ou coligado, para não haver incompatibilidade administrativa

C – [portanto] acho que o povo merece que se faça um debate para se eleger no mesmo ano todos os políticos [...].

Organização linear: A [porque] B [portanto] C

Organização hierárquica: A ← B → C

3) *Síntese:*

Acho que o povo merece que se faça um debate para se eleger no mesmo ano todos os políticos, porque as eleições a cada dois anos só serve para perpetuar o mandato dos partidos, pois, elegendo um governador de determinado partido, o eleitor é levado a eleger o prefeito do mesmo partido ou coligado, para não haver incompatibilidade administrativa.

4) *Relação:*

Problema (Tema): O processo de eleição a cada dois anos.

Opinião (Tese): Acho que o povo merece que se faça um debate para se eleger no mesmo ano todos os políticos. (Solução implícita: deveria ser feito um debate)

ELE06

1) *Função:*

Criticar a poluição visual e a falta de fiscalização com material de campanha de políticos.

2) *Segmentos:*

A – O Alto da Boa Vista fica lindo, nesta época do ano. Coberto de marias-sem-vergonha [...]

B – [mas] infelizmente elas dividem espaço com faixas e galhardetes de candidatos, com seus lindos sorrisos

C – [mas] apesar do esforço [sorrisos], eles perdem feio para a beleza das flores

D – [portanto] mesmo não sendo contra as eleições, sou contra a poluição visual e a falta de fiscalização, que me obriga a conviver com essa cena todos os dias [...].

Organização linear: A [mas] B [mas] C [portanto] D

Organização hierárquica: A [mas] B
 [mas] } → D
 C }
 (a partir de “com”)

3) *Síntese:*

Nada contra as eleições. Apenas sou contra a poluição visual e a falta de fiscalização, que me obriga a conviver com essa cena [cartazes de políticos] todos os dias, porque as faixas e os galhardetes dos políticos estragam esteticamente a paisagem, como no Alto da Boa Vista.

4) *Relação:*

Problema (Tema): Poluição visual e falta de fiscalização com material de campanha de políticos.

Opinião (Tese): Nada contra as eleições. Apenas sou contra a poluição visual e a falta de fiscalização, que me obriga a conviver com essa cena [cartazes de políticos] todos os dias. (Solução implícita: deveria haver fiscalização)

ELE071) *Função:*

Criticar lei que permite candidatos ficha-suja.

2) *Segmentos:*

A – Tendo em vista fichas-sujas candidatos, julgo, como povo, que devo lembrar ao STF fundamentos da ciência Direito. O Direito é dinâmico

B – pois o povo, ao longo da vida, reavalia os seus direitos

C – [portanto] a lei há de ser também reavaliada

D – [porque] [como exemplo] Jesus Cristo, à época em que viveu, era tido como um reformador social. Hoje, é um homem justo [...]. O povo não admite fichas-sujas candidatos.

E – [portanto] é preciso lembrar que o Direito é um mínimo ético, isto é, não pode permitir o que o povo proíbe, nem proibir o que o povo permite [...].

Organização linear: A pois B [portanto] C [porque] D [portanto] E

Organização hierárquica: A ← B → C ← D → E (conclusão)

3) *Síntese:*

A lei há de ser também reavaliada, porque o Direito é dinâmico, já que o povo, ao longo da vida, reavalia os seus direitos, como exemplo [...], e, se o povo não admite fichas-sujas candidatos, o Direito deve ser ético e não permitir o que o povo proíbe.

4) *Relação:*

Problema (Tema): Lei que permite candidatos ficha-suja.

Opinião (Tese): A lei há de ser também reavaliada. (Solução)

ELE08

1) *Função:*

Criticar o aumento progressivo da lista de políticos e candidatos com fichas sujas publicadas na imprensa.

2) *Segmentos:*

A – É inacreditável como cresce a relação de políticos e candidatos com fichas sujas publicadas pela imprensa

B – [portanto] Sugiro que, daqui para a frente, a fim de facilitar o eleitor, a imprensa passe a publicar a lista de candidatos que [...] ainda têm a ficha limpa

C – [porque] se ganhar ouro em Olimpíadas fosse fácil, certamente o Brasil não teria enviado atletas, e sim políticos.

Organização linear: A [portanto] B [porque] C

Organização hierárquica: A → **B** ← C

3) *Síntese:*

Sugiro que, daqui para a frente, a fim de facilitar o eleitor, a imprensa passe a publicar a lista de candidatos que ainda têm a ficha limpa, porque cresce muito a relação de políticos e candidatos com fichas sujas publicadas pela imprensa, pois se ganhar ouro em Olimpíadas fosse fácil, certamente o Brasil não teria enviado atletas, e sim políticos.

4) *Relação:*

Problema (Tema): Aumento progressivo da lista de políticos e candidatos com fichas sujas publicadas na imprensa.

Opinião (Tese): Sugiro que, daqui para a frente, a fim de facilitar o eleitor, a imprensa passe a publicar a lista de candidatos que ainda têm a ficha limpa.

(Solução)

ELE09

1) *Função:*

Criticar aceite de inscrição do candidato no TRE pelo apelido em vez do nome.

2) *Segmentos:*

A – Os eleitores podem ter dúvidas ao votar; o TRE aceita que o candidato dê o apelido e não o nome na inscrição da candidatura [Ideia implícita: A' – Isso é errado / Não deveria ser assim]

B – [porque] quando vamos procurar emprego temos que dar nome e sobrenome; assim também deve ser para quem vai disputar eleição [referência à ideia implícita em A']

C – [porque] é cargo público, vai representar o povo

D – [portanto] tenho vergonha de ser eleitora [Ideia implícita: D’ – Isso é uma vergonha]

E – [porque] se algum deles conseguir se eleger vai abrir portas para outros bandidos nas próximas eleições [...].

Organização linear: A [porque] B [porque] C [portanto] D [porque] E

Organização hierárquica: A (A’) ← B ← C

↓

D

↑

E

3) Síntese:

O TRE não deveria aceitar que o candidato desse o apelido e não o nome na inscrição de sua candidatura, gerando dúvidas no eleitor, pois quando vamos procurar emprego temos que dar nome e sobrenome, então assim também deve ser para quem vai disputar eleição, que é cargo público, porque, se algum deles conseguir se eleger, vai abrir portas para outros bandidos nas próximas eleições, por isso tenho vergonha.

4) Relação:

Problema (Tema): Aceite de inscrição do candidato no TRE pelo apelido em vez do nome.

Opinião (Tese): O TRE não deveria aceitar que o candidato desse o apelido e não o nome na inscrição de sua candidatura. (Solução) (tese implícita)

ELE10

1) Função:

Criticar a falta de seriedade na propaganda eleitoral e de ética na política.

2) Segmentos:

A – O melhor humorístico na televisão é o programa eleitoral gratuito

B – [porque] é impressionante a quantidade de piadistas que despontam – as promessas são hilárias

C – [mas] enquanto a política não for levada a sério, o caos continuará até chegarmos ao fundo do poço

D – [portanto] não basta impugnar somente os fichas-sujas; temos que extirpar os mentirosos, os que prometem e não cumprem e os que aparecem para curtir com a nossa cara, dando um fim ao deboche eleitoral.

Organização linear: A [porque] B [mas] C [portanto] D

Organização hierárquica: A ← B [mas] C → D

3) *Síntese:*

Não basta impugnar somente os fichas-sujas; temos que extirpar os mentirosos, os que prometem e não cumprem e os que aparecem para curtir com a nossa cara, dando um fim ao deboche eleitoral, no que diz respeito à falta de seriedade nas eleições, porque, enquanto a política não for levada a sério, o caos continuará até chegarmos ao fundo do poço.

4) *Relação:*

Problema (Tema): Falta de seriedade na propaganda eleitoral e de ética na política.

Opinião (Tese): Não basta impugnar somente os fichas-sujas; temos que extirpar os mentirosos, os que prometem e não cumprem e os que aparecem para curtir com a nossa cara, dando um fim ao deboche eleitoral. (Solução)

ELE11

1) *Função:*

Criticar a falta de segurança nas eleições, denunciando manipulação de votos.

2) *Segmentos:*

A – Os TREs estão veiculando campanha de conscientização do voto e o governo colocou nas ruas as Forças Armadas para impedir que traficantes e milícias imponham voto em seus candidatos

B – [mas] isso é ledo engano

C – [porque] basta que esses marginais mandem um recado que a comunidade não se arriscará a desrespeitar

D – [portanto] seria mais fácil impugnar a candidatura destes elementos.

Organização linear: A [mas] B [porque] C [portanto] D

Organização hierárquica: A [mas] B → D

↑

C

3) *Síntese:*

Seria mais fácil impugnar a candidatura destes elementos [políticos com apoio de milícias e traficantes], porque não adianta os TREs veicularem campanha de conscientização do voto e o governo colocar nas ruas as Forças Armadas para impedir que traficantes e milícias imponham voto em seus candidatos, porque basta que esses marginais mandem um recado que a comunidade não se arriscará a desrespeitar.

4) *Relação:*

Problema (Tema): Falta de segurança nas eleições, com denúncia de manipulação de votos.

Opinião (Tese): Seria mais fácil impugnar a candidatura destes elementos [políticos com apoio de milícias e traficantes]. (Solução)

ELE12

1) *Função:*

Criticar atuação ruim de candidatos e políticos, que não realizam projetos atrasados.

2) *Segmentos:*

A – O cansativo nos candidatos é a grandiloquência enganadora

B – [portanto] o Brasil e as suas cidades precisam de soluções, de prática e de urgência na implantação de projetos que estão aí há 20 anos nas gavetas [...]

C – [porque] alguns herdeiros da velha política estão sempre contra e quando se encontram dentro da administração não conseguem resolver nada [...]

D – [e] as nossas cidades vão entrando em decadência

Organização linear: A [portanto] B [porque] C [e] D

Organização hierárquica: A ← C [e] D } → **B**

3) *Síntese:*

O Brasil e as suas cidades precisam de soluções, de prática e de urgência na implantação de projetos que estão aí há 20 anos nas gavetas, porque é cansativa nos candidatos a grandiloquência enganadora, pois alguns herdeiros da velha política estão sempre contra e quando se encontram dentro da administração não conseguem resolver nada, enquanto as nossas cidades vão entrando em decadência.

4) *Relação:*

Problema (Tema): Atuação ruim de candidatos e políticos, que não realizam projetos atrasados.

Opinião (Tese): O Brasil e as suas cidades precisam de soluções, de prática e de urgência na implantação de projetos que estão aí há 20 anos nas gavetas. (Solução)

ELE13

1) *Função:*

Questionar segurança das urnas eletrônicas.

2) *Segmentos:*

A – As urnas eletrônicas nunca foram seguras

B – [porque] os EUA não aderiram ao sistema

C – [porque] qualquer pessoa que entende de informática é capaz de fazer miséria no sistema

D – [porque] o TSE e os TREs não defenderam sua inviolabilidade diante de toda escuta ilegal que a Abin fez às vistas do Palácio

E – [porque] após apurações em algumas cidades o número de votantes é maior que o número de habitantes

F – [e] por isso muitas pessoas desistem de votar, por acharem que nada vai mudar

Organização linear: A [porque] B [porque] C [porque] D [porque] E [e] F

Organização hierárquica: B → **A** ← C } [e] F

↑ ↑

D E

3) *Síntese:*

As urnas eletrônicas nunca foram seguras, tanto que os EUA não aderiram ao sistema, pois qualquer pessoa que entende de informática é capaz de fazer miséria no sistema, porque o TSE e os TREs não defenderam sua inviolabilidade diante de toda escuta ilegal que a Abin fez às vistas do Palácio, e após apurações em algumas cidades o número de votantes é maior que o número de habitantes, por isso muitas pessoas desistem de votar, por acharem que nada vai mudar.

4) *Relação:*

Problema (Tema): Segurança questionável das urnas eletrônicas.

Opinião (Tese): As urnas eletrônicas nunca foram seguras.

ELE14

1) *Função:*

Criticar o conteúdo e o nível da campanha eleitoral.

2) *Segmentos:*

A – São lamentáveis o conteúdo da propaganda eleitoral e o nível dos candidatos

B – [porque] No caso dos prefeitos, repete-se [...] uma grande demonstração de demagogia

C – [porque] Dentre os candidatos a vereador, muitos não sabem se expressar, outros prometem o que não podem cumprir

D – [porque] No meio disso está a existência de partidos políticos. O que existem são meras siglas, sem ideologia [...]

E – [e] por isso fico feliz por estar dispensado de votar

Organização linear. A [porque] B [porque] C [porque] D [e] E

Organização hierárquica: B → **A** ← C } [e] E

↑

D

3) *Síntese:*

São lamentáveis o conteúdo da propaganda eleitoral e o nível dos candidatos, pois, no caso dos prefeitos, repete-se uma grande demonstração de demagogia, dentre os candidatos a vereador, muitos não sabem se expressar, outros prometem o que não podem cumprir e no meio disso está a existência de partidos políticos. Por isso fico feliz por estar dispensado de votar.

4) *Relação:*

Problema (Tema): Conteúdo e nível da campanha eleitoral.

Opinião (Tese): São lamentáveis o conteúdo da propaganda eleitoral e o nível dos candidatos.

ELE15

1) *Função:*

Criticar a falta de objetividade na campanha eleitoral.

2) *Segmentos:*

A – Impressiona a falta de objetividade de nossos candidatos a prefeito e vereador

B – [porque] todos prometem mais UPAs, melhoria no policiamento, construção de casa própria etc.

C – [mas] esquecem-se da medicina preventiva [...], a desigualdade, a deseducação

D – [e] ninguém fala de evasão de impostos e seu emprego racional

E – [e] nenhum candidato da Zona Oeste [...] ataca o problema crucial dos transportes coletivos [...]

F – [portanto] valorizem seu voto ou pagarão indefinidamente pelas consequências que ora vivenciamos

Organização linear. A [porque] B [mas] C [e] D [e] E [portanto] F

Organização hierárquica: $A \leftarrow B \text{ [mas] } C \text{ [e] } D \text{ [e] } E \} \rightarrow F$

3) *Síntese:*

Valorizem seu voto ou pagarão indefinidamente pelas consequências que ora vivenciamos, pois impressiona a falta de objetividade de nossos candidatos a prefeito e vereador, porque todos prometem mais UPAs, melhoria no policiamento, construção de casa própria etc., mas se esquecem da medicina preventiva, a desigualdade, a deseducação, ninguém fala de evasão de impostos e seu emprego racional, e nenhum candidato da Zona Oeste ataca o problema crucial dos transportes coletivos.

4) *Relação:*

Problema (Tema): Falta de objetividade na campanha eleitoral.

Opinião (Tese): Valorizem seu voto ou pagarão indefinidamente pelas consequências que ora vivenciamos. (Solução)

ELE16

1) *Função:*

Criticar a propaganda da JE de conscientização sobre o voto.

2) *Segmentos:*

A – A Justiça Eleitoral pouco ou nada acrescenta com essa propaganda dos quatro anos

B – [portanto] deveria voltar-se para informar os eleitores [...] que pendências judiciais existem à conta de cada candidato

C – [porque] o STF apenas decidiu que cidadãos com processos não transitados em julgado podem se candidatar; não proibiu a divulgação de encrencas sub judice [...]

D – [portanto], isto posto, ficaria o eleitor ciente de quem é quem na hora de votar

Organização linear: A [portanto] B [porque] C [portanto] D

Organização hierárquica: $A \rightarrow \mathbf{B} \leftarrow C$



D

3) *Síntese:*

A Justiça Eleitoral deveria voltar-se para informar os eleitores, de forma sucinta e inteligente, que pendências judiciais existem à conta de cada candidato, já que pouco ou nada acrescenta com essa propaganda dos quatro anos, pois o STF apenas decidiu que cidadãos com processos não transitados em julgado podem se candidatar; não proibiu a divulgação de encrencas sub judice, logo ficaria o eleitor ciente de quem é quem na hora de votar.

4) *Relação:*

Problema (Tema): A propaganda da Justiça Eleitoral de conscientização sobre o voto.

Opinião (Tese): A Justiça Eleitoral deveria voltar-se para informar os eleitores, de forma sucinta e inteligente, que pendências judiciais existem à conta de cada candidato (Solução).

ELE171) *Função:*

Comentar candidaturas à prefeitura do Rio de Janeiro nas eleições em 2008.

2) *Segmentos:*

A – O Rio de Janeiro está tendo uma oportunidade ímpar de desenvolvimento econômico e social com o segundo turno das eleições para a prefeitura

B – [porque] há muitas possibilidades para a cidade, nessa integração governos federal, estadual e municipal, com a candidatura de Eduardo Paes

C – [porque] não bastasse a competência como administrador, o Rio, depois de muito tempo, tem condições de progresso; recursos não faltarão [Paes é um bom candidato – implícito]

D – mas, uma vez mais, parece que o carioca quer mesmo “ser do contra” [escolhendo Gabeira – implícito] [Gabeira não é bom candidato – implícito]

E – [porque] Gabeira é um excelente nome para a defesa dos interesses do Rio no Congresso, mas querem perder um excelente deputado para eleger um prefeito que não tem estrutura, equipe, conhecimento e competência administrativa

Organização linear: A [porque] B [porque] C mas D [porque] E

Organização hierárquica: A ← B } mas D (tese implícita em B e D)

↑ ↑
C E

3) *Síntese:*

Eduardo Paes é bom candidato à prefeitura do Rio, porque há uma oportunidade ímpar de desenvolvimento econômico e social, pois há muitas possibilidades para a cidade, nessa integração governos federal, estadual e municipal, porque não bastasse a competência como administrador, o Rio, depois de muito tempo, tem condições de progresso; recursos não faltarão; **Gabeira não é bom candidato à prefeitura do Rio**, porque é um excelente nome para a defesa dos interesses do Rio no Congresso, mas querem perder um excelente deputado para eleger um prefeito que não tem estrutura, equipe, conhecimento e competência administrativa.

4) *Relação:*

Problema (Tema): Candidaturas à prefeitura do Rio de Janeiro nas eleições em 2008.

Opinião (Tese): Eduardo Paes é bom candidato à prefeitura do Rio e Gabeira não é bom candidato. (tese implícita)

ELE18

1) *Função:*

Criticar nível da campanha 2008 para prefeito do Rio de Janeiro.

2) *Segmentos:*

A – Fernando Gabeira não está influenciando seus eleitores

B – [porque] a baixaria que rola na internet contra o seu opositor, Eduardo Paes, é de uma virulência que não vi em nenhuma eleição anterior

C – [mas] é uma pena

D – [porque] ambos são pessoas de bem, têm um estilo próprio, o que só deveria enriquecer os debates

E – mas a coisa vai para o lado pessoal, e ideias, projetos, prioridades, elencos não têm oportunidade de serem debatidos

F – [portanto] apesar de achar o sr. Fernando Gabeira irretocável, votei nele no primeiro turno, votarei com toda a convicção no Eduardo Paes nesse segundo turno [Eduardo Paes é melhor candidato – implícito]

G – [porque] considero-o mais credenciado a fazer uma excelente administração, pois para isso se preparou a vida toda. Conhece os meandros e as manhas administrativas

Organização linear: A [porque] B [mas] C [porque] D mas E [portanto] F [porque] G

Organização hierárquica: A ← B [mas] C ← D [mas] E } → F ← G

3) Síntese:

Apesar de achar o senhor Fernando Gabeira irretocável, votei nele no primeiro turno, votarei com toda a convicção no Eduardo Paes nesse segundo turno **[Eduardo Paes é melhor candidato que Gabeira – implícito]**, porque Fernando Gabeira não está influenciando seus eleitores, pois a baixaria que rola na internet contra o seu opositor, Eduardo Paes, é de uma virulência que não vi em nenhuma eleição anterior, mas é uma pena, porque ambos são pessoas de bem, têm um estilo próprio, o que só deveria enriquecer os debates, e Paes é mais credenciado a fazer uma excelente administração, pois para isso se preparou a vida toda. Conhece os meandros e as manhas administrativas.

4) Relação:

Problema (Tema): Nível da campanha 2008 para prefeito do Rio de Janeiro.

Opinião (Tese): Apesar de achar o senhor Fernando Gabeira irretocável, votei nele no primeiro turno, votarei com toda a convicção no Eduardo Paes nesse segundo turno (tese implícita: Eduardo Paes é melhor candidato que Gabeira).

ELE19

1) Função:

Criticar discurso que defende que haverá maior liberação de verbas no apoio a Paes para prefeito do Rio.

2) *Segmentos:*

A – O discurso que diz para votar no Paes porque os governos vão liberar mais verbas para a cidade afirma que votar no Gabeira significa que a cidade não terá recursos

B – [mas] isso é vergonha, discriminação, ameaça. Sinto-me cidadão de segunda classe

C – [porque] depois de eleito, o prefeito/governador/presidente passa a ser representante de todo o povo e jamais poderá discriminar a população por ter votado em um opositor

D – [porque] as verbas têm que ser distribuídas por critérios justos e legais, jamais por amizades e por partidos

E – [porque] pago meus impostos como qualquer outro cidadão brasileiro e quero tratamento justo e igual para todos

Organização linear: A [mas] B [porque] C [porque] D [porque] E

Organização hierárquica: A [mas] **B** ← C

↑ ↑

D E

3) *Síntese:*

[O discurso que diz que a integração entre governos traz mais verbas para a cidade] é uma vergonha, discriminação, ameaça, porque, depois de eleito, o prefeito/governador/presidente passa a ser representante de todo o povo e jamais poderá discriminar a população por ter votado em um opositor, já que as verbas têm que ser distribuídas por critérios justos e legais, jamais por amizades e por partidos, porque é preciso tratamento justo e igual para todos.

4) *Relação:*

Problema (Tema): Discurso que defende que haverá maior liberação de verbas no apoio a Paes para prefeito do Rio, com a integração entre governos.

Opinião (Tese): O discurso que diz que a integração entre governos traz mais verbas para a cidade é uma vergonha, discriminação, ameaça.

1) *Função:*

Criticar discurso que defende que haverá maior harmonia entre governos no apoio a Paes para prefeito do Rio.

2) *Segmentos:*

A – É um absurdo que numa democracia tenhamos de assistir ao presidente da República declarando seu apoio a um determinado candidato e induzindo a população a votar em seu protegido, alegando que só assim haverá harmonia entre os governos

B – [porque] isso é injusto com a população do Rio de Janeiro, que sempre fica de marisco nas pedras

C – [porque] um presidente, assim como o governador, têm obrigação de se manterem imparciais e harmonizarem-se com o prefeito escolhido pelo povo de seu município [...]

Organização linear: A [porque] B [porque] C

Organização hierárquica: A ← C

↑

B

3) *Síntese:*

É um absurdo que numa democracia tenhamos de assistir ao presidente da República declarando seu apoio a um determinado candidato e induzindo a população a votar em seu protegido, alegando que só assim haverá harmonia entre os governos, porque isso é injusto com a população do Rio de Janeiro, que sempre fica de marisco nas pedras, pois um presidente, assim como o governador, têm obrigação de se manterem imparciais e harmonizarem-se com o prefeito escolhido pelo povo de seu município.

4) *Relação:*

Problema (Tema): Discurso que defende que haverá maior harmonia entre governos no apoio a Paes para prefeito do Rio.

Opinião (Tese): É um absurdo que numa democracia tenhamos de assistir ao presidente da República declarando seu apoio a um determinado candidato e

induzindo a população a votar em seu protegido, alegando que só assim haverá harmonia entre os governos.

ELE21

1) Função:

Criticar postura dos candidatos nas eleições 2008 para prefeito do Rio de Janeiro.

2) Segmentos:

A – Camelôs, flanelinhas [...] são problemas que exigem coragem para serem enfrentados, e isto nem Gabeira nem Paes estão mostrando que têm

B – [porque] estão mais preocupados com seu projeto de eleição, submetendo-se aos caprichos do sistema perverso e do eleitor bobo, interesseiro [...]

C – [portanto] a menos que definam o que vão fazer para extirpar esses cancros da vida carioca [...], nenhum dos dois merece o meu voto (Nenhum dos dois merece ser prefeito do Rio – implícito)

Organização linear: A [porque] B [portanto] C

Organização hierárquica: A ← B } → C

3) Síntese:

A menos que definam com clareza o que vão fazer para extirpar esses cancros da vida carioca, nenhum dos dois merece o meu voto [Nenhum dos dois merece ser prefeito do Rio – implícito], porque camelôs, flanelinhas etc. são problemas que exigem coragem para serem enfrentados, e isto nem Gabeira nem Paes estão mostrando que têm, pois estão mais preocupados com seu projeto de eleição, submetendo-se aos caprichos do sistema perverso e do eleitor bobo, interesseiro.

4) Relação:

Problema (Tema): Postura dos candidatos nas eleições 2008 para prefeito do Rio de Janeiro.

Opinião (Tese): A menos que definam com clareza o que vão fazer para extirpar esses cancros da vida carioca, nenhum dos dois merece o meu voto (tese implícita: nenhum dos dois merece ser prefeito do Rio)

ELE22*1) Função:*

Comentar os candidatos à prefeitura do Rio de Janeiro nas eleições 2008.

2) Segmentos:

A – A principal e determinante diferença entre os candidatos a prefeito do Rio de Janeiro só poderá ser entendida após a posse do vitorioso

B – [porque] se der Gabeira, a responsabilidade pela gestão será inteiramente sua, pois não precisará nomear ninguém em troca do apoio recebido

C – [porque] a gestão de Paes dependerá menos de sua vontade, pois terá que cumprir os inúmeros acordos que fez para chegar lá.

Favorável a Gabeira (implícito)

Organização linear: A [porque] B [porque] C

Organização hierárquica: A ← C

↑

B

3) Síntese:

A principal e determinante diferença entre os candidatos a prefeito do Rio de Janeiro só poderá ser entendida após a posse do vitorioso (Gabeira é o melhor candidato – implícito), porque, se der Gabeira, a responsabilidade pela gestão será inteiramente sua, pois não precisará nomear ninguém em troca do apoio recebido, e a gestão de Paes dependerá menos de sua vontade, pois terá que cumprir os inúmeros acordos que fez para chegar lá.

4) Relação:

Problema (Tema): Candidatos à prefeitura do Rio de Janeiro nas eleições 2008.

Opinião (Tese): A principal e determinante diferença entre os candidatos a prefeito do Rio de Janeiro só poderá ser entendida após a posse do vitorioso (tese implícita: Gabeira é o melhor candidato).

ELE23*1) Função:*

Criticar falta de coerência de alguns políticos candidatos à prefeitura do Rio.

2) *Segmentos:*

A – Certos candidatos se mostram como a solução para todos os males que afligem suas cidades

B – [porque] prometem tudo e até rejeitam suas origens, abraçando ideologias antagônicas às do início de “carreira” e confundindo o eleitor

C – [portanto] tais candidatos, certamente, serão [deveriam ser] alvo de uma reflexão crítica e cautelosa dos votantes

D – [porque] precisamos é de coerência, autenticidade e compromisso, para que possamos acreditar nas “promessas”

Organização linear: A [porque] B [portanto] C [porque] D

Organização hierárquica: A ← B → C ← D

3) *Síntese:*

Tais candidatos [incoerentes e sem compromisso], certamente, serão [deveriam ser] alvo de uma reflexão crítica e cautelosa dos votantes, já que prometem tudo e até rejeitam suas origens, abraçando ideologias antagônicas às do início de “carreira” e confundindo o eleitor, porque precisamos é de coerência, autenticidade e compromisso, para que possamos acreditar nas “promessas”.

4) *Relação:*

Problema (Tema): Falta de coerência de alguns políticos candidatos à prefeitura do Rio.

Opinião (Tese): Tais candidatos [incoerentes e sem compromisso], certamente, serão [deveriam ser] alvo de uma reflexão crítica e cautelosa dos votantes. (Solução implícita: deve-se fazer reflexão crítica dos candidatos)

ELE24

1) *Função:*

Criticar falta de coerência de parcerias em campanhas políticas.

2) *Segmentos:*

A – Nós necessitamos urgentemente começar a valorizar a ética e a coerência, assim como a importância dos valores e dos princípios

B – [porque] do contrário, não poderemos exigir isso dos políticos

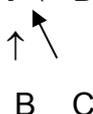
C – [porque] a miscelânea de apoios arregimentados pelos candidatos à prefeitura carioca demonstra a desvalorização dos princípios

D – [porque] é inadmissível que alguém seja chamado de “chefe de quadrilha” hoje e amanhã esteja ao lado de seu acusador

E – [porque] tudo tem um limite

Organização linear: A [porque] B [porque] C [porque] D [porque] E

Organização hierárquica: A ← D ← E



3) *Síntese:*

Nós necessitamos urgentemente começar a valorizar a ética e a coerência, assim como a importância dos valores e dos princípios, porque, do contrário, não poderemos exigir isso dos políticos, pois a miscelânea de apoios arregimentados pelos candidatos à prefeitura carioca demonstra a desvalorização dos princípios e é inadmissível que alguém seja chamado de “chefe de quadrilha” hoje e amanhã esteja ao lado de seu acusador, porque tudo tem um limite.

4) *Relação:*

Problema (Tema): Falta de coerência de parcerias em campanhas políticas.

Opinião (Tese): Nós necessitamos urgentemente começar a valorizar a ética e a coerência, assim como a importância dos valores e dos princípios. (Solução)

STF (Supremo Tribunal Federal)

STF01

1) *Função:*

Criticar duas decisões do STF nos últimos dois dias, que aprovou a candidatura de fichas-sujas e anulou a sentença de um condenado.

2) *Segmentos:*

A – Em dois dias seguidos, os brasileiros foram atingidos por duas decisões do STF, que aprovou a candidatura de fichas-sujas e anulou a sentença de um condenado por estar algemado no julgamento

B – [portanto] nossos magistrados agiram como leguleios, fundamentalistas legais

C – [e] além disso, proporcionaram outra demonstração do abismo histórico entre as elites e o povo.

Organização linear: A [portanto] B [e] C

Organização hierárquica: A → **B** [e] **C**

3) *Síntese:*

Nossos magistrados agiram como fundamentalistas legais e proporcionaram uma demonstração do abismo histórico entre as elites e o povo, pois atingiram os brasileiros com duas decisões no STF, que aprovou a candidatura de fichas-sujas e anulou a sentença de um condenado.

4) *Relação:*

Problema (Tema): Duas decisões do STF, que aprovou a candidatura de fichas-sujas e anulou a sentença de um condenado

Opinião (Tese): Nossos magistrados agiram como fundamentalistas legais e proporcionaram uma demonstração do abismo histórico entre as elites e o povo.

STF02

1) *Função:*

Criticar as últimas decisões do STF.

2) *Segmentos:*

A – Temos assistido, com indignação, às últimas decisões do STF e temos discutido

B – [portanto] se o nosso entendimento é que esse órgão está extrapolando suas funções, devemos reagir com o protesto democrático a que temos direito

C – [porque] não podem decidir como se fossem deuses, em posições favoráveis a criminosos

D – [porque] por exemplo, no Rio, mesmo algemado, um bandido se desvencilhou e matou um policial

E – [portanto] quem saiu beneficiado com a decisão foram os criminosos.

Organização linear: A [portanto] B [porque] C [porque] D [portanto] E

Organização hierárquica: A → **B** ← C

↑

D → E

3) Síntese:

Se o nosso entendimento é que esse órgão está extrapolando suas funções, devemos reagir com o protesto democrático a que temos direito, já que assistimos com indignação às suas últimas decisões, porque eles não podem decidir como deuses, pois no exemplo do Rio um bandido mesmo algemado matou um policial, logo quem se beneficia com a decisão é o bandido, e não o povo.

4) Relação:

Problema (Tema): As últimas decisões do STF.

Opinião (Tese): Se o nosso entendimento é que esse órgão está extrapolando suas funções, devemos reagir com o protesto democrático a que temos direito. (Solução)

STF03

1) Função:

Criticar o STF [quanto à questão da decisão da liberação do uso de algemas em julgamento, conforme ideia implícita no título].

2) Segmentos:

A – Desta vez o STF pegou pesado [quanto à questão da decisão da liberação do uso de algemas em julgamento, conforme ideia implícita no título]

B – [porque] o Brasil já tem fama de ser um país injusto, o paraíso da corrupção [e não deveria ser feita tal coisa]

C – [portanto] é a realidade de um país que está na contramão de tudo que se espera de uma Justiça correta, punitiva e respeitada

D – [porque] as pessoas de bem e trabalhadoras estão indignadas e com medo, e os bandidos, mais poderosos e impunes.

Organização linear: A [porque] B [portanto] C [porque] D

Organização hierárquica: A ← B → C ← D

3) *Síntese:*

É a realidade de um país que está na contramão de tudo que se espera de uma Justiça correta, punitiva e respeitada, porque as pessoas de bem e trabalhadoras estão indignadas e com medo, e os bandidos, mais poderosos e impunes, pois o STF pegou pesado [e não deveria ter feito tal coisa], porque o Brasil já tem fama de país injusto.

4) *Relação:*

Problema (Tema): Decisão do STF [quanto à questão da decisão da liberação do uso de algemas em julgamento, conforme ideia implícita no título]

Opinião (Tese): É a realidade de um país que está na contramão de tudo que se espera de uma Justiça correta, punitiva e respeitada.

STF04

1) *Função:*

Criticar decisões do STF, sob presidência do ministro Gilmar Mendes.

2) *Segmentos:*

A – Com o ministro Gilmar Mendes, STF não sai das manchetes pela postura de condescendência com indiciados de colarinho branco

B – [porque] concedeu *habeas corpus* com rapidez a Daniel Dantas

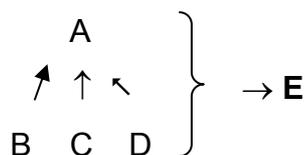
C – [porque] todos os comparsas presos foram libertados

D – [porque] proibiu uso de algemas etc.

E – [portanto] parece que isso é só o começo de medidas que transformem o país num verdadeiro paraíso da impunidade das elites.

Organização linear: A [porque] B [porque] C [porque] D [portanto] E

Organização hierárquica:



3) *Síntese:*

Parece que isso é só o começo de medidas que transformem o país num verdadeiro paraíso da impunidade das elites, por conta da postura de condescendência do ministro do STF, Gilmar Mendes, com indiciados de colarinho branco, porque concedeu *habeas corpus* etc.

4) *Relação:*

Problema (Tema): Postura de condescendência do ministro do STF, Gilmar Mendes, com indiciados de colarinho branco.

Opinião (Tese): Parece que isso é só o começo de medidas que transformem o país num verdadeiro paraíso da impunidade das elites.

OLIMPÍADAS 2008

OLI01

1) *Função:*

Criticar o desempenho dos nossos atletas nas Olimpíadas e a falta de patrocínio.

2) *Segmentos:*

A – Fico triste com os resultados dos nossos atletas nestas Olimpíadas [os resultados são ruins]

B – [mas] um país que deseja ser sede dos Jogos deveria incentivar através de patrocínio sério nossos desportistas

C – pois nos esportes individuais resultados medíocres são a regra

D – [e] as ONGs deveriam treinar atletas [também]

E – pois cansei de ver atletas implorando patrocínio na TV

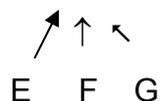
F – [porque] abraçar atleta que por mérito retorna campeão é fácil, mas é difícil lembrar-se de suas necessidades até os próximos Jogos

G – [porque] não há propaganda melhor para um país do que as medalhas de ouro.

Organização linear: A [mas] B pois C [e] D pois E [porque] F [porque] G

[e] **D**

Organização hierárquica: A [mas] **B** ← C



3) *Síntese:*

Um país que deseja ser sede dos Jogos deveria incentivar através de patrocínio sério nossos desportistas e as ONGs deveriam treinar nadadores, ginastas etc., porque nos esportes individuais resultados medíocres são a regra, pois cansei de ver atletas implorando patrocínio pela TV, porque abraçar o atleta que volta campeão é fácil, difícil é lembrar-se de suas necessidades, e porque não há propaganda melhor para um país do que as medalhas de ouro.

4) *Relação:*

Problema (Tema): Desempenho dos nossos atletas nas Olimpíadas e a falta de patrocínio.

Opinião (Tese): Um país que deseja ser sede dos Jogos deveria incentivar através de patrocínio sério nossos desportistas e as ONGs deveriam treinar nadadores, ginastas etc. (Solução)

OLI02

1) *Função:*

Comparar nossa evolução nas Olimpíadas ao desempenho de outros países.

2) *Segmentos:*

A – Houve evolução dos atletas de todos os países nestas Olimpíadas

B – [e] nós evoluímos também

C – [porque] nossa ginástica artística, Tiago, Cielo, nosso judô, o vôlei, todos tiveram um crescimento importante

D – [mas] o mundo cresceu muito, mas muito mais

E – [porque] uma prova disto são os recordes sul-americanos caindo a toda hora, nossas meninas na final inédita na ginástica, mas nada disso faz nem cócegas com a brutalidade dos resultados obtidos por vários outros países

F – [portanto] Evoluímos, sim, mas o mundo, incrivelmente mais.

Organização linear: A [e] B [porque] C [mas] D [porque] E [portanto] F

Organização hierárquica: A [e] B [mas] D
 ↑ ↑
 C E } → F

3) *Síntese:*

Evoluímos, sim, [nas Olimpíadas] mas o mundo, incrivelmente mais, já que nossa ginástica artística, Tiago, Cielo, nosso judô, o vôlei, todos tiveram um crescimento importante, recordes sul-americanos, nossas meninas na final inédita na ginástica, mas nada disso faz nem cócegas com a brutalidade dos resultados obtidos por vários outros países.

4) *Relação:*

Problema (Tema): Nossa evolução nas Olimpíadas em comparação ao desempenho de outros países.

Opinião (Tese): Evoluímos, sim, [nas Olimpíadas] mas o mundo, incrivelmente mais.

OLI03

1) *Função:*

Criticar a participação do Brasil nas Olimpíadas.

2) *Segmentos:*

A – O que estamos assistindo nas Olimpíadas é um fiasco

B – [porque] pela grandeza da nossa terra, mostra que os investimentos governamentais são desviados para fins duvidosos

C – [porque] é uma vergonha a nossa participação

D – [portanto] não podemos nos satisfazer em ver jovens despreparados, desassistidos a chorar uma derrota

E – [porque] derrota deve ser creditada a maus governantes sem competência.

Organização linear: A [porque] B [porque] C [portanto] D [porque] E

Organização hierárquica: A ← C } → D ← E

↑

B

3) *Síntese:*

Não podemos nos satisfazer em ver jovens despreparados, desassistidos a chorar uma derrota com a vergonhosa participação nas Olimpíadas, porque essa derrota é dos maus governantes sem competência, já que investimentos são desviados para fins duvidosos.

4) *Relação:*

Problema (Tema): Participação do Brasil nas Olimpíadas.

Opinião (Tese): Não podemos nos satisfazer em ver jovens despreparados, desassistidos a chorar uma derrota

OLI04

1) *Função:*

Criticar desempenho do país nas Olimpíadas.

2) *Segmentos:*

A – Não evoluímos em nada [nas Olimpíadas]

B – [porque] ficamos 20 anos com Edinanci no judô, Daiane dos Santos na ginástica; Hugo Hoyama no tênis de mesa, que irá se aposentar.

C – [porque] não há tênis de mesa nas escolas do Brasil, diferente da China

D – [porque] outros governantes investem em esportes, e os nossos governantes repassam recursos para apadrinhados, que não repassam aos atletas

E – [portanto] Esse é o Brasil hoje no esporte. Pobre país que se contenta com pouco [A situação do país no esporte é lamentável]

F – [porque] COB está há 25 anos no poder e governantes não se importam e não valorizam recursos.

Organização linear: A [porque] B [porque] C [porque] D [portanto] E [porque] F

Organização hierárquica: A ← D } → E ← F
 ↑
 B ← C

3) *Síntese:*

Esse é o Brasil hoje no esporte. Pobre país que se contenta com pouco [A situação do país no esporte é lamentável], já que não evoluímos em nada nas Olimpíadas, haja vista os exemplos, porque outros governantes investem em esportes, e os nossos governantes repassam recursos para apadrinhados, que não repassam aos atletas, pois COB está há 25 anos no poder e governantes não se importam e não valorizam recursos.

4) *Relação:*

Problema (Tema): Evolução do país nas Olimpíadas.

Opinião (Tese): Esse é o Brasil hoje no esporte. Pobre país que se contenta com pouco (tese implícita: a situação do país no esporte é lamentável).

PETRÓLEO (*Royalties*)

PET01

1) *Função:*

Criticar proposta da senadora Ideli Salvatti sobre nova divisão dos *royalties* do petróleo [implícito pelo título do texto e pelo contexto].

2) *Segmentos:*

A – É da natureza humana a ambição sobre grandes riquezas

B – [e] a senadora Ideli Salvatti não fugiu à regra

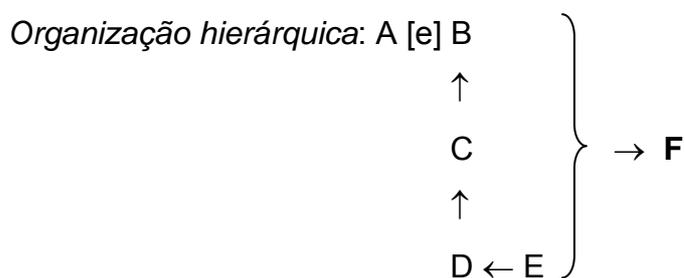
C – [porque] não mede seus atos para se apropriar da riqueza alheia

D – [porque] o que a senadora propõe é um absurdo

E – [porque] em hipótese, se se descobre ouro entre Rio e São Paulo, ela vai lançar projeto para dividir o território nacional como na época do Tratado de Tordesilhas

F – [portanto] os cariocas devem tomar uma atitude quanto à defesa de seu território e à garantia de seu direito.

Organização linear: A [e] B [porque] C [porque] D [porque] E [portanto] F



3) Síntese:

Para os cariocas, é tempo de colocar mais farpados em nossos arames de alto-mar e garantir usufruto daquilo que é nosso por direito, há mais de 20 anos [os cariocas devem tomar uma atitude quanto à defesa de seu território e à garantia de seu direito – implícito], porque o que a senadora Ideli Salvatti propõe é um absurdo [quanto à divisão dos *royalties* do petróleo], não medindo seus atos para se apropriar da riqueza alheia.

4) Relação:

Problema (Tema): Proposta da senadora Ideli Salvatti sobre nova divisão dos *royalties* do petróleo.

Opinião (Tese): Para os cariocas, é tempo de colocar mais farpados em nossos arames de alto-mar e garantir usufruto daquilo que é nosso por direito, há mais de 20 anos [implícito: os cariocas devem tomar uma atitude quanto à defesa de seu território e à garantia de seu direito]. (Solução)

PET02

1) Função:

Criticar proposta da senadora Ideli Salvatti sobre nova divisão dos *royalties* do petróleo.

2) Segmentos:

A – Estamos em debate sobre a divisão dos *royalties* do petróleo

B – [e] a senadora Ideli Salvatti apresentou sua proposta, mas esqueceu-se que estamos em uma União

A – Seguindo o raciocínio da senadora catarinense, o Rio perderia para São Paulo e Santa Catarina recursos do petróleo

B – [mas] mesmo eu não tendo nada contra Santa Catarina, de santa a senadora petista já mostrou que não tem nada [mas essa proposta traz interesses específicos – implícito]

C – [porque] invocar os *royalties* pelo tamanho do litoral catarinense chega a ser ultrajante

D – [portanto] nossos representantes no Congresso têm que assumir uma postura firme e contrária ao projeto que pilha as finanças do estado

E – [porque] a bancada fluminense não pode se eximir, sob pena de ficar marcada pela inércia ante a mais esta violência contra o povo do Rio.

Organização linear: A [mas] B [porque] C [portanto] D [porque] E

Organização hierárquica: A [mas] B
 ↑
 C } → **D** ← E

3) *Síntese*:

Nossos representantes no Congresso têm que assumir uma postura firme e contrária ao projeto que pilha as finanças do estado, porque a bancada fluminense não pode se eximir, sob pena de ficar marcada pela inércia ante a mais esta violência contra o povo do Rio, pois a proposta da senadora de invocar os *royalties* pelo tamanho do litoral catarinense chega a ser ultrajante.

4) *Relação*:

Problema (Tema): Proposta da senadora Ideli Salvatti sobre nova divisão dos *royalties* do petróleo.

Opinião (Tese): Nossos representantes no Congresso têm que assumir uma postura firme e contrária ao projeto que pilha as finanças do estado. (Solução)

PET04

1) *Função*:

Criticar proposta de nova divisão dos *royalties* do petróleo.

2) *Segmentos:*

A – Os *royalties* pertencem ao lugar onde são exploradas estas fontes de energia

B – porque em seu território há degradação à população

C – portanto a tentativa de retirar ou restringir as receitas dos *royalties* constituir-se-á flagrante agressão à própria federação brasileira

D – [porque] é proibido por se tratar de “cláusula pétrea”

E – [portanto] neste momento, o que se espera é que o governador Sérgio Cabral Filho se apresente para defender com convicção e veemência os interesses de seu povo.

Organização linear: A porque B portanto C [porque] D [portanto] E

Organização hierárquica: A ← B → C ← D } → E

3) *Síntese:*

Neste momento, o que se espera é que o governador Sérgio Cabral Filho se apresente para defender com convicção e veemência os interesses de seu povo, porque retirar ou restringir as receitas dos *royalties* constituir-se-á flagrante agressão à própria federação brasileira, pois, além de se tratar de “cláusula pétrea” na lei, há degradação à população do local.

4) *Relação:*

Problema (Tema): Proposta de nova divisão dos *royalties* do petróleo.

Opinião (Tese): Neste momento, o que se espera é que o governador Sérgio Cabral Filho se apresente para defender com convicção e veemência os interesses de seu povo. (Solução)

BOLÍVIA (Crise)**BOL01**1) *Função:*

Criticar postura do Brasil frente à crise com a Bolívia em relação ao fornecimento de gás.

2) *Segmentos:*

A – A Bolívia está mostrando a que veio. Nem só de alegria poderá sobreviver um governo

B – [porque] a competência é indispensável a quem procura o desenvolvimento do seu país

C – [porque] outros países que não souberam avaliar [...] estão recebendo o troco adverso com a interrupção parcial do fornecimento de gás

C' [e o Brasil foi incompetente também nas negociações do gás com a Bolívia] (implícito)

D – [porque] a Petrobras, além de perder suas instalações [...], enfrenta agora o desrespeito ao contrato firmado entre os governos boliviano e brasileiro, que não tem garantia de cumprimento.

Organização linear: A [porque] B [porque] C [porque] D

Organização hierárquica: A ← **B** ← C [e] C' ← D

[após “nem só”]

3) *Síntese:*

A competência é indispensável a quem procura o desenvolvimento do seu país, pois nem só de alegria vive um governo, como no caso da Bolívia, porque outros países que não souberam avaliar estão recebendo o troco adverso com a interrupção parcial do fornecimento de gás, e o Brasil foi incompetente nas negociações do gás com a Bolívia (implícito), pois a Petrobras, além de perder suas instalações [...], enfrenta agora o desrespeito ao contrato firmado entre os governos boliviano e brasileiro, que não tem garantia de cumprimento.

4) *Relação:*

Problema (Tema): Postura do Brasil frente à crise com a Bolívia em relação ao fornecimento de gás.

Opinião (Tese): A competência é indispensável a quem procura o desenvolvimento do seu país.

BOL02

1) *Função:*

Criticar situação internacional do Brasil em relação a problemas na relação com a Bolívia.

2) *Segmentos:*

A – O presidente Lula, mais uma vez, [...] fica numa situação internacional constrangedora

B – [porque] não é possível não perceber que Evo Morales não dá a menor atenção ao Brasil e ao seu presidente

C – [porque] o alinhamento do presidente da Bolívia é com o da Venezuela

D – [portanto] tudo que ele puder fazer para desqualificar o Brasil e seus interlocutores fará com o maior prazer

Organização linear: A [porque] B [porque] C [porque] D

Organização hierárquica: **A** ← B

↑

C → D

3) *Síntese:*

O presidente Lula, mais uma vez, fica numa situação internacional constrangedora, por incompetência sua e do seu conselheiro Marco Aurélio Garcia, porque não é possível não perceber que Evo Morales não dá a menor atenção ao Brasil e ao seu presidente, já que o alinhamento do presidente da Bolívia é com o da Venezuela, por isso tudo que ele puder fazer para desqualificar o Brasil e seus interlocutores fará com o maior prazer.

4) *Relação:*

Problema (Tema): Situação internacional do Brasil em relação a problemas na relação com a Bolívia.

Opinião (Tese): O presidente Lula, mais uma vez, fica numa situação internacional constrangedora.

BOL03

1) *Função:*

Criticar dependência do Brasil em relação ao gás boliviano.

2) *Segmentos:*

A – Mais uma vez estamos à mercê de uma nação marcada por conflitos internos. Só recentemente o Brasil viu o tamanho da dependência do gás

B – [porque] planos de A a Z são paliativos emergenciais e não resolvem o problema e os investimentos em gás deixam a desejar

C – [portanto] a prioridade, agora, é o futuro dos impostos do pré-sal

D – [porque] se amanhã faltar gás, a indústria brasileira vai sofrer o revés

Organização linear: A [porque] B [portanto] C [porque] D

Organização hierárquica: A ← B → C ← D

3) *Síntese:*

A prioridade, agora, é o futuro dos impostos do pré-sal, porque planos de A a Z são paliativos emergenciais e não resolvem o problema e os investimentos em gás deixam a desejar, deixando-nos na dependência do gás, e porque, se amanhã faltar gás, a indústria brasileira vai sofrer o revés.

4) *Relação:*

Problema (Tema): Dependência do Brasil em relação ao gás boliviano.

Opinião (Tese): A prioridade, agora, é o futuro dos impostos do pré-sal. (Solução)

BOL04

1) *Função:*

Criticar falta de comando e liderança do presidente na política externa do país em relação à crise na Bolívia.

2) *Segmentos:*

A – Marco Aurélio Garcia ultrapassa os limites de suas restritas competências [...],

B – [portanto] fica difícil saber a quantas anda e quem é quem no comando da política externa do país

C – [porque] o presidente permanece incólume no seu tradicional e cômodo “cone do silêncio”

D – [porque] faz de conta que nada sabe sobre o que se passa na Bolívia [...]

Organização linear: A [portanto] B [porque] C [porque] D

Organização hierárquica: A → **B** ← C

↑

D

3) *Síntese:*

Fica difícil saber a quantas anda e quem é quem no comando da política externa do país, já que Marco Aurélio Garcia ultrapassa os limites de suas restritas competências e o presidente permanece incólume no seu tradicional e cômodo “cone do silêncio”, fazendo de conta que nada sabe sobre o que se passa na Bolívia.

4) *Relação:*

Problema (Tema): Falta de comando e liderança do presidente na política externa do país em relação à crise na Bolívia.

Opinião (Tese): Fica difícil saber a quantas anda e quem é quem no comando da política externa do país.

ECONOMIA

ECO01

1) *Função:*

Criticar previsões de analistas durante anos em relação à economia de mercado.

2) *Segmentos:*

A – Durante anos, ouvi analistas tratando a economia de mercado como uma espécie de continuidade da teoria da evolução das espécies [...] Quase acreditei (implícito – Isso não aconteceu)

B – [porque] hoje, centenas de milhares de pessoas na meca do mercado ou se transformaram em funcionários públicos ou recorrerão ao seguro-desemprego [...]. e os bônus gordos [...] seguirão privados

C – [mas] se algo consola é que pelo menos os profetas dos novos tempos ficarão na muda, até o vento passar

Organização linear: A [porque] B [mas] C

Organização hierárquica: A ← B (**parte implícita de A**) [mas] C

3) *Síntese:*

Profecias de mercado não funcionam, pois, durante anos, ouvi analistas tratando a economia de mercado como uma espécie de continuidade da teoria da evolução das espécies [...] Quase acreditei (Isso não aconteceu), já que hoje, centenas de milhares de pessoas na meca do mercado ou se transformaram em funcionários públicos ou recorrerão ao seguro-desemprego [...]. e os bônus gordos [...] seguirão privados, mas os “profetas” de hoje terão de ficar quietos esperando passar essa fase

4) *Relação:*

Problema (Tema): Previsões de analistas durante anos em relação à economia de mercado.

Opinião (Tese): Profecias de mercado não funcionam (tese implícita).

ECO02

1) *Função:*

Criticar problemática financeira nos Estados Unidos e reflexos em nosso país.

2) *Segmentos:*

A – Um furacão financeiro com epicentro nos EUA continua devastando o planeta

B – [porque] as empresas de lá emprestam dinheiro sem garantias e geram milhares de mutuários pendurados e renegociações

C – [portanto] isto significa que vamos pagar a conta também

D – [e] aparece o Bush dizendo que a situação é grave

E – [mas] todo mundo sabe. Eles geraram o problema, agora têm que ajudar na solução

F – [porque] não queremos reflexos disso na economia de nosso país

Organização linear: A [porque] B [portanto] C [e] D [mas] E [porque] F

Organização hierárquica: A ← B } → **C** } [e] D [mas] E ← F

3) *Síntese:*

Vamos sofrer as consequências da crise econômica dos EUA, onde as empresas emprestam dinheiro sem garantias e geram milhares de mutuários pendurados e renegociações, com sequelas em todo o mundo, mas não queremos reflexos disso na nossa economia, porque eles geraram o problema, agora têm que ajudar na solução.

4) *Relação:*

Problema (Tema): Problemática financeira nos Estados Unidos e reflexos em nosso país.

Opinião (Tese): Vamos sofrer as consequências da crise econômica dos EUA (tese implícita).

ECO03

1) *Função:*

Criticar posição de lideranças sobre reflexos da crise econômica mundial em nosso país.

2) *Segmentos:*

A – Talvez nos custe caro a presunção de nossas lideranças de que o país estaria suficientemente preparado para resistir à crise econômica que se aproxima

B – [porque] tudo indica que ela revelará o custo real que pagaremos pelo palavrório de palanque

C – [porque] deslumbrado por índices econômicos positivos, o governo dedicou-se a prática de políticas assistencialistas que turbinaram seu ibope [...]

D – [mas] ao longo do processo fomos perdendo posições mesmo entre os chamados países em desenvolvimento [...]

E – [mas] acusar os bandidos de sempre [...] não é uma atitude madura e digna de um país que se deseja autônomo e soberano

Organização linear: A [porque] B [porque] C [mas] D [mas] E

Organização hierárquica: **A** ← C [mas] D

↑ [mas]
B E

3) *Síntese:*

Talvez nos custe caro a presunção de nossas lideranças de que o país estaria suficientemente preparado para resistir à crise econômica que se aproxima, pois tudo indica que ela revelará o custo real que pagaremos pelo palavrório de palanque, porque, deslumbrado por índices econômicos positivos, o governo dedicou-se a prática de políticas assistencialistas que turbinaram seu ibope , mas ao longo do processo fomos perdendo posições mesmo entre os chamados países em desenvolvimento.

4) *Relação:*

Problema (Tema): Posição de lideranças sobre reflexos da crise econômica mundial em nosso país.

Opinião (Tese): Talvez nos custe caro a presunção de nossas lideranças de que o país estaria suficientemente preparado para resistir à crise econômica que se aproxima.

ECO04

1) *Função:*

Comentar reflexos da crise econômica mundial em nosso país.

2) *Segmentos:*

A – A crise internacional cresce [...]

B – [mas] foi-nos apresentado, há anos, Pedro Malan, que criou um plano macroeconômico que vai nos tirando das dívidas [...]. Entrou Henrique Meirelles e nada mudou [...]

C – [portanto] a nação tem hoje recursos para enfrentar durante algum tempo o dragão que virá

D – [mas] o Brasil reza para que cheguem até aqui apenas marolas e não tsunamis

E – [porque] temos medo, pois se a macro vai bem, a micro, não [...]

Organização linear. A [mas] B [portanto] C [mas] D [porque] E

Organização hierárquica: A [mas] B → C
[mas] D ← E

3) *Síntese:*

A nação tem hoje recursos para enfrentar durante algum tempo o dragão [crise econômica] que virá, porque, apesar do crescimento da crise internacional, foi-nos apresentado, há anos, Pedro Malan, que criou um plano macroeconômico que vai nos tirando das dívidas. Entrou Henrique Meirelles e nada mudou, mas o Brasil reza para que cheguem até aqui apenas marolas e não tsunamis, pois temos medo, pois se a macro vai bem, a micro, não.

4) *Relação:*

Problema (Tema): Reflexos da crise econômica mundial em nosso país.

Opinião (Tese): A nação tem hoje recursos para enfrentar durante algum tempo o dragão [crise econômica] que virá.

ECO05

1) *Função:*

Criticar política de juros do país em relação à crise econômica mundial.

2) *Segmentos:*

A – A política de aumentar juros, carro-chefe do ministro Meirelles para diminuir consumo, nunca freou nada. Pelo contrário, só vai aumentando a inadimplência dos que ganham pouco e recorrem a empréstimos, cheques especiais e cartões de crédito para sobreviver

B – [porque] [por exemplo] os bancos centrais de todo o mundo, nessa emergência, baixaram juros para permitir a sobrevivência dos mortais assalariados

C – [portanto] o Brasil precisar reavaliar essa situação (implícito)

Organização linear: A [porque] B [portanto] C

Organização hierárquica: A ← B

↓

C

3) *Síntese:*

A política de aumentar juros, carro-chefe do ministro Meirelles para diminuir consumo, nunca freou nada. Pelo contrário, só vai aumentando a inadimplência dos que ganham pouco e recorrem a empréstimos, cheques especiais e cartões de crédito para sobreviver, pois os bancos centrais de todo o mundo, nessa emergência, baixaram juros para permitir a sobrevivência dos mortais assalariados, por isso o Brasil precisar reavaliar essa situação (implícito).

4) *Relação:*

Problema (Tema): Política de juros do país em relação à crise econômica mundial.

Opinião (Tese): A política de aumentar juros, carro-chefe do ministro Meirelles para diminuir consumo, nunca freou nada. Pelo contrário, só vai aumentando a inadimplência dos que ganham pouco e recorrem a empréstimos, cheques especiais e cartões de crédito para sobreviver.

ECO06

1) *Função:*

Criticar a instabilidade de investimentos de especuladores na Bolsa de Valores no país e defender os pequenos investidores.

2) *Segmentos:*

A – A Bolsa tem grandes especuladores [...]. Mas também tem os investidores, que não aplicam a curto prazo, pois querem crescer seu patrimônio financeiro

B – [mas] estes não podem ser chamados de jogadores (implícita crítica a discurso anterior subentendido que diz que todos são jogadores – problema da instabilidade)

C – [porque] não recebem qualquer tratamento privilegiado; pelo contrário, têm que pagar IR [...]

D – [porque] são centenas de milhares de pessoas físicas, inclusive através dos fundos FGTS/Petrobrás e Vale

E – [portanto] a meu ver, o que deveria ser mudado é a entrada e a saída, sem restrição, de capitais parasitários, que não trazem qualquer benefício para o país

Organização linear. A [mas] B [porque] C [porque] D [portanto] E

}

Organização hierárquica: A [mas] B ← C → E
 ↑
 D

3) *Síntese:*

A meu ver, o que deveria ser mudado é a entrada e a saída, sem restrição, de capitais parasitários, que não trazem qualquer benefício para o país, porque os pequenos investidores nacionais não podem ser chamados de jogadores, pois não recebem qualquer tratamento privilegiado; pelo contrário, têm que pagar IR, porque são centenas de milhares de pessoas físicas, inclusive através dos fundos FGTS/Petrobrás e Vale, diferentemente dos grandes especuladores.

4) *Relação:*

Problema (Tema): Instabilidade de investimentos de especuladores na Bolsa de Valores no país e os pequenos investidores.

Opinião (Tese): O que deveria ser mudado é a entrada e a saída, sem restrição, de capitais parasitários, que não trazem qualquer benefício para o país. (Solução)

ECO07

1) *Função:*

Comentar a instabilidade de investimentos nas bolsas de valores no contexto da crise mundial.

2) *Segmentos:*

A – Diariamente, estamos assistindo ao despencar das bolsas do mundo inteiro [...]

B – [portanto] uma saída honrosa seria fechar as bolsas do mundo todo e esperar o mercado se acalmar

C – [porque] essa turbulência tem mostrado que quem manda no mundo são os investidores especuladores e, portanto, não se pode esperar que tal ideia parta deles

D – [mas] todos estão perdidos sem saber como reagir

Organização linear. A [portanto] B [porque] C [mas] D

Organização hierárquica: A → B ← C [mas] D

3) *Síntese:*

Uma saída honrosa seria fechar as bolsas do mundo todo e esperar o mercado se acalmar, porque, diariamente, estamos assistindo ao despencar das bolsas do mundo inteiro e essa turbulência tem mostrado que quem manda no mundo são os investidores especuladores e, portanto, não se pode esperar que tal ideia parta deles, mas todos estão perdidos sem saber como reagir.

4) *Relação:*

Problema (Tema): Instabilidade de investimentos nas bolsas de valores no contexto da crise mundial.

Opinião (Tese): Uma saída honrosa seria fechar as bolsas do mundo todo e esperar o mercado se acalmar. (Solução)

ECO08

1) *Função:*

Criticar sugestão do governo de adiamentos ou cortes nos aumentos dos salários de servidores públicos, em reflexo da crise mundial.

2) *Segmentos:*

A – Mesmo não sendo servidor público, proponho que o governo federal, em vez de sugerir adiamentos ou cortes nos salários de servidores por conta da crise mundial, faça cortes no próprio governo

B – [porque] assim daria o exemplo, repensando/eliminando ministérios, ministros e assessores

C – [porque] fazer cortes com o dinheiro dos outros é fácil, mas com o seu próprio não (implícito)

Organização linear: A [porque] B [porque] C

Organização hierárquica: A ← B

↑

C

3) *Síntese:*

Mesmo não sendo servidor público, proponho que o governo federal, em vez de sugerir adiamentos ou cortes nos salários de servidores por conta da crise mundial, faça cortes no próprio governo, porque assim daria o exemplo, repensando/eliminando ministérios, ministros e assessores, pois fazer cortes com o dinheiro dos outros é fácil, mas com o seu próprio não (implícito).

4) *Relação:*

Problema (Tema): Sugestão do governo de adiamentos ou cortes nos aumentos dos salários de servidores públicos, em reflexo da crise mundial.

Opinião (Tese): Mesmo não sendo servidor público, proponho que o governo federal, em vez de sugerir adiamentos ou cortes nos salários de servidores por conta da crise mundial, faça cortes no próprio governo. (Solução)

ECO091) *Função:*

Comentar a crise econômica mundial.

2) *Segmentos:*

A – O mundo atravessa um momento grave com a crise dos países ricos

B – [porque] o Estado combatido por eles é o que os vem sustando. Fracassa, pela segunda vez na História, a teoria do mercado livre [...]

C – [portanto] a grande tarefa agora (após os escombros) será redefinir o futuro

D – [porque] o Estado viável não é o que dá suporte à especulação e ao oligopólio

E – [porque] o Estado viável será um que respeite a cidadania, a democracia, que seja solidário entre nações ricas, pobres e emergentes, que valorize e, até, sacralize o dinheiro público [...]

Organização linear: A [porque] B [portanto] C [porque] D [porque] E

Organização hierárquica:

$$\left. \begin{array}{l} A \\ \uparrow \\ B \end{array} \right\} \rightarrow \mathbf{C} \leftarrow D$$

$$\uparrow$$

$$E$$

3) *Síntese:*

A grande tarefa agora (após os escombros) será redefinir o futuro, porque um Estado viável é aquele que respeita a cidadania, a democracia, que é solidário entre nações ricas, pobres e emergentes, que valoriza e, até, sacraliza o dinheiro público, e não que dá suporte à especulação e ao oligopólio, pois o mundo atravessa um momento grave com a crise dos países ricos, já que o Estado combatido por eles é o que os vem sustando. Fracassa, pela segunda vez na História, a teoria do mercado livre.

4) *Relação:*

Problema (Tema): Crise econômica mundial.

Opinião (Tese): A grande tarefa agora (após os escombros) será redefinir o futuro, com um Estado viável, que respeite a cidadania, a democracia, que seja solidário entre nações ricas, pobres e emergentes, que valorize e, até, sacralize o dinheiro público. (Solução)

ECO10

1) *Função:*

Criticar medidas de governos para salvar banqueiros.

2) *Segmentos:*

A – Governantes de vários países se unem para salvar banqueiros mundo afora com trilhões de dólares em empresas de capital especulativo

B – [portanto] os governos se animam em ‘salvar o mundo de um colapso’ quando estão em jogo o capital e os grandes representantes de uma economia perversa

C – [mas] não vergonhosamente em salvar milhões de indivíduos sem assistência humanitária, o que seria muito mais barato

D – [portanto] assim é o capitalismo: individualista mas que despreza o indivíduo

Organização linear: A [portanto] B [mas] C [portanto] D

Organização hierárquica: A → **B [mas] C** → D (conclusão)

3) *Síntese:*

Os governos se animam em ‘salvar o mundo de um colapso’ quando estão em jogo o capital e os grandes representantes de uma economia perversa, porque governantes de vários países se unem para salvar banqueiros mundo afora com trilhões de dólares em empresas de capital especulativo, **mas não vergonhosamente em salvar milhões de indivíduos sem assistência humanitária**, portanto assim é o capitalismo: individualista mas que despreza o indivíduo.

4) Relação:

Problema (Tema): Medidas de governos para salvar banqueiros.

Opinião (Tese): Os governos se animam em ‘salvar o mundo de um colapso’ quando estão em jogo o capital e os grandes representantes de uma economia perversa, mas não vergonhosamente em salvar milhões de indivíduos sem assistência humanitária.

MÉDICOS FALTOSOS NO SISTEMA PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO

MED01

1) Função:

Criticar referência feita pelo governador Sérgio Cabral aos médicos do serviço público como “vagabundos”.

2) Segmentos:

A – O governador Sérgio Cabral voltou a chamar de vagabundos os médicos que estavam com seus contratos vencidos e trabalhavam de graça para o estado

B’ – [mas] o médico não é vagabundo (implícito)

B – [porque] trabalha com o contrato expirado há mais de um mês, luta sem a mínima estrutura, não tem garantia trabalhista, é sempre ameaçado nos plantões, recebe R\$ 1.300.

C’ – [e] um vereador é vagabundo (implícito)

C – [porque] trabalha um dia na semana, tem aposentadoria proporcional, várias regalias, comete vários crimes e tem a famigerada imunidade parlamentar e recebe R\$ 7.155, sem contar os “por fora”

Organização linear: A [mas] B' [porque] B [e] C' [porque] C

Organização hierárquica: A [mas] **B'** [e] **C'**

↑ ↑

B C

3) *Síntese:*

Apesar da fala do governador Sérgio Cabral, chamando de vagabundos os médicos que estavam com seus contratos vencidos e trabalhavam de graça para o estado, **o médico não é vagabundo**, porque trabalha com o contrato expirado há mais de um mês, luta sem a mínima estrutura, não tem garantia trabalhista, é sempre ameaçado nos plantões, recebe R\$ 1.300, **e sim um vereador é vagabundo**, pois trabalha um dia na semana, tem aposentadoria proporcional, várias regalias, comete vários crimes e tem a famigerada imunidade parlamentar e recebe R\$ 7.155, sem contar os “por fora”.

4) *Relação:*

Problema (Tema): Referência feita pelo governador Sérgio Cabral aos médicos do serviço público como “vagabundos”.

Opinião (Tese): O médico não é vagabundo, e sim um vereador é vagabundo (tese implícita).

5) *Observações:*

* Se consideramos outra perspectiva, constataremos que existe também implícita outra estrutura possível: O governador chamou os médicos de vagabundos..., mas o governador está errado (tese implícita), porque o médico não é vagabundo, já que... (argumentos), e sim um vereador é vagabundo, já que... (argumentos).

* O autor utilizou o mesmo tipo de discurso generalizante do governador para contra-argumentar da mesma forma, com um discurso generalizante.

MED02

1) *Função:*

Criticar postura dos médicos do serviço público, no contexto da referência feita por Cabral.

2) *Segmentos:*

A – Os médicos, se acham que ganham pouco, deveriam procurar outra colocação

B – [portanto] não está certo, depois de acertarem contrato de trabalho, deixarem os pacientes sem atendimento

C – [porque] é falta de profissionalismo

D' – [e] o governador está correto em criticar essa postura (implícito)

D – [embora] tenha sido infeliz em usar a expressão “vagabundos”

E – mas não há como justificar as faltas desses médicos pouco responsáveis, que negaram o juramento feito na diplomação para médicos

Organização linear: A [portanto] B [porque] C [e] D' [embora] D mas E

Organização hierárquica: A → **B** ← C e **D'** [embora] D mas E

3) *Síntese:*

Não está certo, depois de acertarem contrato de trabalho, deixarem os pacientes sem atendimento, porque, se acham que ganham pouco, deveriam procurar outra colocação, pois é falta de profissionalismo, **e o governador está correto em criticar essa postura (implícito)**, embora tenha sido infeliz em usar a expressão “vagabundos”, pois não há como justificar as faltas desses médicos pouco responsáveis, que negaram o juramento feito na diplomação para médicos.

4) *Relação:*

Problema (Tema): Postura dos médicos do serviço público, no contexto da referência feita por Cabral.

Opinião (Tese): Não está certo, depois de acertarem contrato de trabalho, [os médicos] deixarem os pacientes sem atendimento e o governador está correto em criticar essa postura (tese em parte implícita).

MED03

1) *Função:*

Criticar postura dos médicos do serviço público, no contexto da referência feita por Cabral.

2) *Segmentos:*

A – É errado o servidor não comparecer ao trabalho porque os serviços são deficientes e os servidores não têm condições de trabalho

B – e é absurdo, por causa disso, o respectivo órgão de classe fazer nota de repúdio contra quem reclamar

C – [porque] se o governador, que é autoridade, não pode se manifestar em relação a essa irresponsabilidade, imagine o reles cidadão

D – [portanto] o Cremerj deveria vir a público pleitear melhores condições de trabalho para os médicos ou lutar para que os hospitais tenham um choque de gestão que otimize os recursos disponíveis

Organização linear: A e B [porque] C [portanto] D

Organização hierárquica: A e B → D

↑

C

3) *Síntese:*

O Cremerj deveria vir a público pleitear melhores condições de trabalho para os médicos ou lutar para que os hospitais tenham um choque de gestão que otimize os recursos disponíveis, pois é errado o servidor não comparecer ao trabalho porque os serviços são deficientes e os servidores não têm condições de trabalho e é absurdo, por causa disso, o respectivo órgão de classe fazer nota de repúdio contra quem reclamar, porque, se o governador, que é autoridade, não pode se manifestar em relação a essa irresponsabilidade, imagine o reles cidadão.

4) *Relação:*

Problema (Tema): Postura dos médicos do serviço público, no contexto da referência feita por Cabral.

Opinião (Tese): O Cremerj deveria vir a público pleitear melhores condições de trabalho para os médicos ou lutar para que os hospitais tenham um choque de gestão que otimize os recursos disponíveis (tese implícita). (Solução implícita)

MED04

1) *Função:*

Criticar referência feita pelo governador Sérgio Cabral aos médicos do serviço público como “vagabundos” e postura dos médicos e do Cremerj.

2) Segmentos:

A – O governador não deveria chamar os médicos de vagabundos e a presidente do Cremerj não deveria ameaçar a população com uma greve dos médicos dos hospitais do estado

B – [portanto] tanto o governador quanto a presidente do Cremerj estão sendo insensatos

C – [porque] chamar um médico de vagabundo não está certo, se bem que faltar a um plantão sem avisar também não

D – e a presidente do Cremerj deveria fiscalizar melhor o comportamento dos profissionais

E – até porque a população está insatisfeita com o comportamento dos seus “profissionais”, que sequer respeitam o juramento que fizeram quando se formaram

Organização linear: A [portanto] B [porque] C e D até porque E

Organização hierárquica: A → **B** ← C e **D** ← E

3) Síntese:

Tanto o governador quanto a presidente do Cremerj estão sendo insensatos, porque o governador não deveria chamar os médicos de vagabundos e a presidente do Cremerj não deveria ameaçar a população com uma greve dos médicos dos hospitais do estado, pois chamar um médico de vagabundo não está certo, se bem que faltar a um plantão sem avisar também não, e **a presidente do Cremerj deveria fiscalizar melhor o comportamento dos profissionais**, porque a população está insatisfeita com o comportamento dos seus “profissionais”, que sequer respeitam o juramento que fizeram quando se formaram.

4) Relação:

Problema (Tema): Referência feita pelo governador Sérgio Cabral aos médicos do serviço público como “vagabundos” e postura dos médicos e do Cremerj.

Opinião (Tese): Tanto o governador quanto a presidente do Cremerj estão sendo insensatos, e a presidente do Cremerj deveria fiscalizar melhor o comportamento dos profissionais (tese implícita). (Solução)

MED05

1) Função:

Criticar referência feita pelo governador Sérgio Cabral aos médicos do serviço público como “vagabundos”.

2) Segmentos:

A – O governador Cabral erra ao chamar os médicos de vagabundos

B – [porque] eles trabalham muito

C – [mas] falta verificar a carga horária de cada um nas unidades contratadas e exigir sua presença na unidade, pois vão descobrir médico com seis situações em unidades [...]

D – [portanto] vários trabalham muito, mas não cumprem a carga horária/unidade que deveriam

E – [e] quanto à classe, não existe mais corporativista, daí a manifestação do Cremerj

Organização linear: A [porque] B [mas] C [portanto] D [e] E

Organização hierárquica: A ← B [mas] C [e] E

↓

D

3) Síntese:

O governador Cabral erra ao chamar os médicos de vagabundos, porque eles trabalham muito, mas falta verificar a carga horária de cada um nas unidades contratadas e exigir sua presença na unidade, pois vão descobrir médico com seis situações em unidades [...], portanto vários trabalham muito, mas não cumprem a carga horária/unidade que deveriam; além disso, quanto à classe, não existe mais corporativista, daí a manifestação do Cremerj.

4) Relação:

Problema (Tema): Referência feita pelo governador Sérgio Cabral aos médicos do serviço público como “vagabundos”.

Opinião (Tese): O governador Cabral erra ao chamar os médicos de vagabundos.

MED06

1) Função:

Defender posicionamento do governador Sérgio Cabral no contexto da referência feita aos médicos do serviço público como “vagabundos”.

2) Segmentos:

A – É inacreditável que o Cremerj e outros órgãos queiram processar Sérgio Cabral por injúria e difamação

B – [porque] ele não proferiu injúria nem difamou ninguém

C – [porque] essas pessoas não têm o menor compromisso com a vida humana [...]

D – [portanto] nosso governador está coberto de razão: não precisamos de médicos assim

E – [porque] não temos hospitais decentes, nossos leitos são poucos, as atendentes fazem tudo para minorar essa situação caótica

F – [mas] os médicos não irem trabalhar é inadmissível

G – [porque] eles têm obrigação moral de salvar vidas

Organização linear. A [porque] B [porque] C [portanto] D [porque] E [mas] F [porque] G

Organização hierárquica:

$$\begin{array}{c}
 A \leftarrow B \\
 \uparrow \\
 C
 \end{array}
 \left. \vphantom{\begin{array}{c} A \leftarrow B \\ \uparrow \\ C \end{array}} \right\} \rightarrow \mathbf{D}$$

\uparrow
 E [mas] F \leftarrow G

3) Síntese:

Nosso governador está coberto de razão: não precisamos de médicos assim, por isso é inacreditável que o Cremerj e outros órgãos queiram processar Sérgio Cabral por injúria e difamação, ele não proferiu injúria nem difamou ninguém, já que

essas pessoas não têm o menor compromisso com a vida humana, porque não temos hospitais decentes, nossos leitos são poucos, as atendentes fazem tudo para minorar essa situação caótica, mas os médicos não irem trabalhar é inadmissível, pois eles têm obrigação moral de salvar vidas.

4) Relação:

Problema (Tema): Posicionamento do governador Sérgio Cabral no contexto da referência feita aos médicos do serviço público como “vagabundos”.

Opinião (Tese): Nosso governador está coberto de razão: não precisamos de médicos assim.

ANEXO

Os anexos *Cartas de leitores selecionados do jornal O Globo* estão disponíveis somente na versão impressa.